



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia**  
**Universidade Técnica de Lisboa**



**ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO  
DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
CARACTERÍSTICOS DAS GRANDES EXPLORAÇÕES NOS  
PROGRAMAS AGRO-AMBIENTAIS  
O Caso de Estudo da Região do Alentejo**

**Diana Isabel Fama Fernandes**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica**

Orientadora: Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo

Co-orientador: Doutor José Francisco Ferragolo da Veiga

**Júri:**

Presidente: Doutor Raul da Fonseca Fernandes Jorge, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo, Professora Associada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor José Manuel Osório Barros de Lima Santos, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Lisboa, 2010

## Agradecimentos

Para a concretização deste trabalho não posso deixar de realçar o enorme contributo de um conjunto de amigos me orientaram, corrigiram, apoiaram e percorreram lado a lado este importante passo na minha vida académica.

Desta forma transmito os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Isabel Rodrigo, pela sua orientação, apoio, disponibilidade e muita paciência ao longo de todo o trabalho.

Ao Doutor José da Veiga que se mostrou prontamente disponível para co-orientar este trabalho e me recebeu com toda a sua simpatia. Agradeço todas as suas correcções e sugestões.

Aos Professores Dionísio Ortiz e Eladio Arnalte pela sua hospitalidade em Espanha, e por todas as suas aulas no Instituto Politécnico de Valência nas quais me acompanharam e orientaram ao longo de seis meses.

Ao Professor Carlos Cabral pelo apoio e sugestões que me ofereceu.

Ao Mestre Davide Freitas e Dra. Ana Diogo pela oportunidade que me ofereceram e acima de tudo, pela disponibilização imediata para me apoiar ao longo deste percurso, tal como Eng. Pedro Marques e Eng. Alexandra Law. Juntos contribuíram com elementos de interesse e manifestaram entusiasmo pelo trabalho que eu desenvolvia.

Ao G4! Valério Pita pela seriedade e frontalidade na maneira de encarar as situações. Alexandre Pacheco pelos grandes discursos, ensinamentos e diversão. Erica Cabral pela grande amizade, pela preocupação, por me ouvir, compreender e aconselhar nos momentos bons e menos bons.

À Catarina Campos por todos os bons momentos que passamos juntas.

À Jeanne Lopes e sua família pela grande amizade.

À minha segunda família Carlos, Grace, Alexandre, Selma, André, David, Guida e Diana, por todo o apoio.

Um agradecimento muito especial ao Diogo Vargas Teixeira. Nunca deixou de acreditar. Obrigada pela compreensão e ternura sempre manifestadas mesmo em tempos difíceis; pelo orgulho com que sempre reagiu aos resultados atingidos; pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora; pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviu; e sensatez com que sempre me ajudou.

À minha família, principalmente aos meus pais Ana Cristina e António e à minha irmã Cláudia. Por Tudo. Sem eles nada seria possível.

A todos os meus amigos um grande bem hajam!

## Resumo

Na presente dissertação passamos em revista a evolução da Política Agrícola Comum, conexas à questão ambiental e ao desenvolvimento rural no contexto nacional e europeu. Do pós-guerra em que os recursos alimentares escasseavam, motivando a implementação de medidas inspiradas no modelo produtivista da agricultura, estas deram azo às Reformas de 1992, aflorando a Agenda 2000 — que anunciava já a necessidade futura de outra reforma — na qual se evocam Políticas Agro-Ambientais e de Desenvolvimento Rural que se concretizaram com a Reforma de 2003.

Nestas Reformas destacamos o percurso das Políticas Agro-Ambientais consubstanciado em três etapas: a primeira denotando uma pioneira sensibilidade relativamente ao meio ambiente, apesar do controlo orçamental; a segunda é marcada pela já consolidada preocupação sobre o ambiente, embora constitua uma fase transitória para a terceira etapa em que se assumem políticas fiscalizadoras e de protecção do meio ambiente em conjugação com princípios de desenvolvimento rural.

Neste trabalho centrámo-nos na aplicação das Medidas Agro-Ambientais na Região do Alentejo. Para o efeito, trabalhamos informação secundária (1994-2002) e adoptámos critérios de análise que nos permitiram identificar os principais Sistemas de Produção Agrícola na Região do Alentejo e as principais Medidas Agro-Ambientais aí aplicadas, possibilitando desta forma o confronto de dados.

**Palavras-Chave:** Alentejo; Grandes Explorações; Medidas Agro-Ambientais; Políticas Agro-Ambientais; Sistemas de Produção Agrícola.

## **Abstract**

In this thesis we review the evolution of the Common Agricultural Policy related to environmental and rural development in the national and European context. The post-war era, where food resources were scarce, motivated the implementation of measures inspired in the productivistic agricultural model, these have led to the Reform of 1992, outlining Agenda 2000 - which exposed the need for further reform - in which the Agro-Environmental Policy and Rural Development were evoked and later concretized in the Reform of 2003.

In these Reforms we highlight the development of the Agro-Environmental Policies embodied in three stages: the first denoting a pioneer environmental sensitivity, despite budgetary control; the second is marked by a well established concern regarding the environment, although it represents a transitional phase to a third stage that assumes supervisory and environmental protection policies in conjunction with principles of rural development.

In this thesis we focused on the application of Agro-Environmental Measures in the Alentejo region. To this end, we worked on secondary information (1994 - 2002) and used an analysis criteria that allowed us to identify the major Agricultural Production Systems in the Alentejo region along with major Agro-Environmental Measures implemented in the area, thus enabling data confrontation.

**Key words:** Alentejo; Agricultural production systems; Agri-environmental measures; Agri-environmental policy; Large-scale farms.

## Extended Abstract

The objective of this master thesis is to examine the application of Agro-Environmental Measures in the portuguese mainland, specifically in the NUT II production unit that corresponds to the Alentejo region. Prior to this analysis, we found pertinent to include the evolutionary steps of the Common Agricultural Policy linked to environmental issues and rural development in both national and european context.

In the post-war era, when faced with scarce resources, productivistic model based methods proliferated. Such measures led to serious problems with agricultural surpluses and raised the first concerns about the resource environmental quality. The need for change had become an imperative. The challenges facing the european society motivated the reforms that followed. The Reform of 1992 marked the emergence of the support measures featuring the first agro-environmental measures sustained by the Reg. (EEC) N° 2078/92. The Agenda 2000 reform outlined a new direction for the European Commission - although along the lines of 1992 - from which the Rural Development Policy emerged. In 2003, a new reform emerges with the intent to strengthen the guidelines set in 2002, in which decoupling and dynamic modelling are adopted. The Rural Development Policy is now financed by a dedicated fund.

Within the scope of these reforms it is possible to identify an evolutionary path in the Agro-Environmental Policy embodied in three stages, the first denoting a pioneer sensitivity to the environment, despite the budgetary control; the second is marked the now well established concern regarding the environment, even though it constitutes a transitional phase for the third stage in which supervisory policies and environmental protection in conjunction with principles of development are assumed.

In this dissertation we focus on the implementation of the Agro-Environmental measures in the Alentejo region. To support this analysis we used secondary information provided by the portuguese Institute of Finance Agriculture and Fisheries (IFAP). This information includes the period from 1992 to 2008. However, we found that since 2003, the Institute has changed the criteria for presentation of information; it is no longer displayed as a function of the number of hectares per beneficiary and is now displayed as a function of global areas potentially covering several beneficiaries.

In light of these changes, as we intended to have references either in function of the number of beneficiary or in function of area, we selected information contained in the period from 1992 to 2002 inclusive.

To understand the Agro-Environmental Measures applied in this NUT II, we had to identify the major Agricultural Production Systems of the Alentejo region, for which we used the information in the General Census of Agriculture, provided by the National Statistics

Institute (INE). The combined data enabled us to confront the Agricultural Production Systems in the Agro-Environmental Measures implemented and derive some comments and conclusions.

The asymmetry in the different NUT II Region sub-regions reflected in the differential contribution of these to identify the main Agricultural Production Systems in the Region as well as the implementation of Agro-Environmental Measures.

We've selected a criteria among the factors, number of farm and areas (hectare) to proceed with the data analysis. The area criteria was shown to be most representative in the Alentejo region study.

We concluded that the farms with largest area - in the case of areas equal or superior to 100 ha - are the most "expressive"; which, considering that the ownership structure in the Alentejo region is dominated by large farms, may have a positive impact on safeguarding the imperatives of environmental considerations underlying their implementations. From the Rural Development standpoint, the prevalence of MAA implementations in the larger farms could prove to be a strengthening of the existing structure in this region of Portugal as it is cherished by the application of MAA that consolidate them economically.

## Índice

Agradecimentos .....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Extended Abstract.....	5
Índice .....	7
Lista de Abreviaturas.....	8
Introdução .....	9
Capítulo 1 — Da Política Agrícola Comum à questão ambiental e do desenvolvimento rural .....	10
1. A Política Agrícola Comum e as suas reformas: a necessidade de mudança .....	10
1.1 As Grandes Reformas da Política Agrícola Comum .....	15
2. Ambiente e Desenvolvimento Rural .....	25
2.1 A questão ambiental: da PAC ao Desenvolvimento Rural .....	25
2.2 A definição das ajudas à agricultura no âmbito dos Programas Agro-Ambientais....	30
2.3 As diferentes reacções dos Estados Membros aos Programas Agro-Ambientais ....	32
Capítulo 2 — Análise da Participação nos Programas Agro-Ambientais na região do Alentejo (NUT II) .....	37
1. Os principais Sistemas de Produção Agrícola do Alentejo.....	37
2. Aplicação de medidas agro-ambientais na região do Alentejo no período 1994 a 2002.	44
3. Sistemas de produção agrícola e medidas agro-ambientais — Um confronto ao nível da região do Alentejo.....	49
Conclusão .....	52
Referências Bibliográficas .....	54
ANEXOS .....	60

## Lista de Abreviaturas

CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CN	Cabeças Normais
DR	Desenvolvimento Rural
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAA	Medidas Agro-Ambientais
MCM	Montantes Compensatórios Monetários
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
OCM	Organização Comum de Mercado
OTE	Orientação Técnico-Económica
PAC	Política Agrícola Comum
QMG	Quantidades Máximas Garantidas
SAPARD	<i>Special Accession Programme for Agriculture and Rural Development</i>
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SPA	Sistemas de Produção Agrícolas
UE	União Europeia



## **Introdução**

O trabalho em questão tem como objectivo analisar a aplicação das Medidas Agro-Ambientais no Continente português, concretamente na unidade produtiva NUT II que corresponde à Região do Alentejo. Para suporte desta análise utilizámos a informação secundária cedida pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). Esta informação compreende o período de 1992 a 2008. Porém, constatámos que a partir de 2003, este Instituto alterou os critérios de apresentação da informação; a mesma deixou de ser exibida em função de número de beneficiário e hectares por beneficiário, passando a ser feita a apresentação em função de áreas globais, abrangendo mais do que um beneficiário, em que a identificação do mesmo se omitiu e a identidade dos beneficiários surge diluída nos dados facultados.

Em face disto, porque na nossa análise pretendíamos ter referenciais ora em função do número de beneficiário ora em função da área, seleccionámos como alvo apenas a informação compreendida no período de 1992 a 2002 inclusive.

Para compreensão das Medidas Agro-Ambientais aplicadas nesta NUT II, havia que identificar os principais Sistemas de Produção Agrícolas da Região do Alentejo, para o que nos valem da informação constante no Recenseamento Geral da Agricultura de 1999 facultada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A conjugação de dados permitiu-nos confrontar os Sistemas de Produção Agrícolas com as Medidas Agro-Ambientais aplicadas e ensaiar comentários e conclusões.

Previamente a essa análise afigurou-se-nos pertinente ter presente as etapas evolutivas da Política Agrícola Comum conexas à questão ambiental e ao desenvolvimento rural no contexto nacional e europeu.

## **Capítulo 1 — Da Política Agrícola Comum à questão ambiental e do desenvolvimento rural**

O presente capítulo tem por principal objectivo contextualizar o aparecimento da Política Agro-Ambiental à escala da União Europeia e nacional. Está organizado em duas partes. Na primeira procede-se a uma breve resenha histórica, a fim de evidenciar os principais aspectos que levaram à adopção daquela política por parte da Comissão Europeia. Para tal identificam-se três momentos históricos. O primeiro centra-se na Política Agrícola Comum (PAC), antes da grande reforma de 1992. O segundo analisa as principais reformas realizadas na PAC até ao momento presente: Reforma de 1992 e a Reforma da Agenda 2000 com alusão aos interesses de Portugal como Estado Membro. Por fim, o terceiro momento histórico versa o contexto da Reforma de 2003. Nesta breve resenha histórica, seguimos de perto o contributo de Cunha (2004).

Na segunda parte deste capítulo aborda-se, de forma sucinta, a “reação” dos vários Estados-Membros à adopção das novas políticas: a “Agro-Ambiental” e do “Desenvolvimento Rural” que surgem no contexto de alterações introduzidas no modelo da Política Agrícola Comum. Com estas novas políticas a Comissão Europeia reconhece relevância a duas novas dimensões. Por um lado à questão ambiental. Por outro, ao enfoque na escala territorial em detrimento da escala sectorial de que a PAC é exemplar. Após uma breve apresentação dos programas destas políticas, onde serão destacados os elementos considerados relevantes para o presente trabalho, analisam-se aspectos ilustrativos das dificuldades dos países do sul da União Europeia na aplicação dos programas agro-ambientais.

### **1. A Política Agrícola Comum e as suas reformas: a necessidade de mudança**

O Tratado de Roma, assinado em 1957 pelos seis Estados Membros fundadores da Comunidade Europeia (Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e República Federal da Alemanha), constituiu o acto fundador da Política Agrícola Comum (PAC). Criada num cenário de recuperação económica e de reconstrução dos laços europeus, a PAC tinha como principal missão garantir a oferta de bens alimentícios, promover o crescimento da

produção e produtividade, e ainda assegurar o rendimento dos agricultores. Desta forma, a agricultura passou a ser a primeira prioridade para um futuro Mercado Comum Europeu.

De forma a responder ao contexto e desafios colocados à agricultura e às sociedades europeias, são traçados, no Artigo 39.º do Tratado<sup>1</sup>, os objectivos da Política Agrícola Comum, a saber: “(i) Aumentar a produtividade da agricultura, desenvolvendo o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola assim como a utilização óptima dos factores de produção, nomeadamente a mão-de-obra; (ii) Assegurar assim um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; (iii) Estabilizar os mercados; (iv) Garantir a segurança dos abastecimentos; (v) Assegurar preços razoáveis ao consumidor.”

Os mecanismos e princípios adjacentes a estes objectivos apoiavam-se em três pilares: a unicidade de mercado, a preferência comunitária, e a solidariedade financeira.

A unicidade de mercado tem por significado a formação de uma única organização para o mercado de cada produto abrangido pela PAC, através da determinação de preços institucionais, regras comuns de concorrência e a eliminação de obstáculos ao comércio intracomunitário. A preferência comunitária permite certificar que o sistema de preços de garantia internos não será afectado pela interferência das importações de países terceiros. Por fim, a solidariedade financeira determina o acordo de suporte comum de custo de funcionamento da PAC, a partir de um Fundo Comunitário — O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

A complexidade para enquadrar os mecanismos e princípios das políticas nacionais já existentes na nova Política Comum levou a que as primeiras Organizações Comuns de Mercados (OCM) fossem aplicadas de uma forma gradual. O primeiro grupo de OCM — que abarcava os cereais, a carne de porco, os ovos, as aves, as frutas, os vegetais e o vinho — surgiu cinco anos após a Conferência de Stresa<sup>2</sup>, ou seja, na campanha de 1962/1963. Para o atraso na definição e aplicação daquelas OCM contribuíram também as discussões sobre qual o melhor modelo a aplicar, tendo em vista a concretização dos objectivos de rendimentos mencionados no Tratado. Estas discussões basearam-se em dois modelos, o modelo franco-alemão e o modelo anglo-americano (Madeira, 2008).

No modelo franco-alemão a garantia dos rendimentos da agricultura baseava-se na fixação dos preços pela via política. Por seu lado, o modelo anglo-americano (ou *deficiency*

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I (p. 1)

<sup>2</sup> Ver Anexo I (p. 1)

*payments*) baseava-se na oferta e na procura, sendo assegurado apoio financeiro ao agricultor sempre que os preços de mercado não alcançassem o preço estabelecido no início da campanha agrícola. No âmbito do Tratado, acabou por prevalecer o modelo franco-alemão. Porém, ainda no momento presente, a PAC continua a incorporar organizações comuns de mercado inspiradas no modelo anglo-americano, tais como, as oleaginosas, proteaginosas, o cereal (trigo rijo) e os ovinos e caprinos.

Os primeiros anos da PAC foram os momentos com maior virtude, no sentido em que os rendimentos dos agricultores chegaram a subir até 40% (nomeadamente, no caso da França) em termos reais. Paralelamente, ocorriam alterações do controlo económico e um aumento do potencial produtivo agrícola a ritmos elevados.

No período entre 1960 e 1980, onde se regista a integração da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido (em 1973), começam a evidenciar-se os primeiros sintomas de crise que se virão a manifestar com maior expressão, na década de 80.

Assim, em 1968, nos relatórios elaborados pela Comissão Europeia, eram já patentes os excedentes agrícolas potenciais e o correspondente aumento dos custos orçamentais na gestão dos mesmos. Ou seja, surgiam os primeiros sinais de desequilíbrio, e dificuldades de ajustamento da PAC. Tornava-se evidente que uma política agrícola baseada somente em apoio aos preços não era suficiente para resolver os problemas estruturais das explorações e a viabilização das empresas agrícolas. Neste âmbito, impunha-se uma política estrutural complementar. Esta é formalizada nas principais conclusões do Plano Mansholt (1968)<sup>2</sup>, apresentadas por Sicco Mansholt. O referido plano propunha, nomeadamente: (i) a redução significativa dos preços, para não estimular o recurso sistemático à intervenção política; (ii) uma política sócio-estrutural que encorajasse a saída de actividade dos agricultores sem condições de viabilidade no mercado e, ao mesmo tempo, o fornecimento de apoios para a modernização das explorações; e (iii) a retirada de produção de 5 milhões de hectares de terras aráveis.

Destas propostas apenas foram aprovadas, pelo Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, as três directivas de 1972<sup>3</sup> que representam o núcleo fundador da política sócio-estrutural da PAC. Concretamente, (i) a Directiva 72/159, relativa aos planos de melhoria material das explorações; (ii) a Directiva 72/160, de cessação voluntária de actividade por parte de agricultores mais idosos; e (iii) a Directiva 72/161, relativa à concretização de acções de informação e de formação profissional.

---

<sup>3</sup> Ver Anexo I (p. 1)

Em 1975, surge a Directiva 75/268/CEE<sup>4</sup> referente à agricultura de montanha e de outras zonas desfavorecidas. Ou seja, uma Directiva com uma importante função de manutenção do espaço rural e, portanto, de índole territorial. De notar que a adopção desta Directiva esteve directamente relacionada com o recente alargamento do Reino Unido à Comunidade Económica Europeia e à vontade de este Estado-Membro manter as linhas de apoio a “explorações em colinas”, representando assim uma inovação na política comunitária (Rodrigo, 2001).

Entretanto, com o acentuar da crise provocada pelo modelo da PAC, decorreram três acontecimentos: (i) a criação de novas OCM no sector de carnes de ovino e caprino em 1980, e de Montantes Compensatórios Monetários (MCM) que asseguram a garantia do princípio de unicidade do mercado e da livre circulação e, deste modo, evitam flutuações nas taxas de câmbio entre as moedas dos Estados Membros; (ii) a integração da Grécia, em 1981; e (iii) o agravamento da questão orçamental.

No ano de 1983, é definido o início de uma nova fase da PAC marcada pela criação de limitações dos direitos de produção individual. É neste âmbito que surge a definição de quotas leiteiras. Ainda que contraditória com a optimização na afectação de recursos e na indução de custos para o consumidor, esta medida permitiu controlar os custos orçamentais. Foram também adoptadas, em 1984, disposições de controlo dos mercados OCM dos cereais e do vinho. O sistema de MCM conseguiu manter os fluxos comerciais mas, ao mesmo tempo, houve um aumento das despesas e preços, e uma maior disparidade dos rendimentos agrícolas.

Com o agravamento da questão orçamental, em 1988 são criados os estabilizadores agro-orçamentais com base na fixação de Quantidades Máximas Garantidas (QMG). Estes implicam a existência de quantidades máximas de produção com o preço garantido que, sendo ultrapassadas, levam a uma descida automática dos preços ou dos subsídios no ano seguinte.

Com base no exposto, ressalta que todas as dificuldades enumeradas foram, portanto, sempre atenuadas. A legitimar este comportamento estava o facto de a PAC ser o pilar do projecto comunitário, com grande significado tanto político como económico.

Porém, e apesar destes aspectos, a política agrícola encontrava-se de tal maneira esgotada, que justificava uma reforma de fundo. Com efeito, durante a década de 80, a Comunidade Europeia encontrava-se numa crise evidente do seu modelo global de política agrícola e sofria de crises financeiras periódicas. No âmbito deste cenário identifica-se o

---

<sup>4</sup> Ver Anexo I (p. 1)

Reg. 797/85<sup>5</sup>, como uma primeira mudança de rumo. Neste sentido, em 1985, começa a ser discutido o Acto Único Europeu que revê os Tratados de Roma, de forma relançar a integração europeia e a concluir a realização do Mercado Único — concretizado em 1993. Através do Acto Único, verifica-se o acelerar da integração económica que permite um grande impulso no aparecimento da política de desenvolvimento rural e de reforço da política regional, minimizando os efeitos de abertura dos mercados. Desta forma, introduz-se o princípio de coesão económica e social, com o reforço do princípio de solidariedade e a necessidade de uma política de ambiente. Ainda nesta linha de acção, são lançados três documentos da autoria da Comissão Europeia, o “Livro Verde da Comissão” publicado em 1985, (COM (85) 333), o “Ambiente e Agricultura” publicado em 1988 (COM (88) 338) e o “Futuro do Mundo Rural” publicado em 1988, (COM (88) 501). Para além dos três documentos são também associados a este cenário, os princípios da “Protecção do Ambiente e Conservação do Espaço Rural”, explicitados no Regulamento 2052/88<sup>6</sup> que constitui a normativa básica da Reforma dos Fundos Estruturais no primeiro documento MacSharry (COM (91) 100).

Nestes documentos, são incluídas sugestões que, embora tivessem sido já formuladas no âmbito da política ambiental, tinham sido sempre recusadas por grupos de pressão agrários, estruturas institucionais e administrativas da PAC. A explicar esta recusa, está o facto de aquelas sugestões defenderem um refreamento à continuação do modelo produtivista da PAC, de forma a minimizar as externalidades ambientais negativas que o mesmo provocava e, conseqüentemente, a imposição de regras às práticas agrícolas. As sugestões da Comissão, incluídas nos referidos documentos, surgem de uma forma não subordinada a um Programa de Desenvolvimento Rural que, contudo, começa a ser encarado pelas instituições comunitárias como um meio para ultrapassar as dificuldades do modelo de política agrária. Estas dificuldades traduziam-se nos crescentes excedentes agrícolas, nos efeitos sociais resultantes da cada vez maior desprotecção dos preços agrícolas, e no êxodo agrícola e rural que aumentava as já elevadas taxas de desemprego urbanas. A inclusão de tais sugestões indicia que a Comissão Europeia começa a adoptar um novo discurso e uma nova atitude em relação às interacções agricultura-ambiente, e às novas funções que começavam a ser atribuídas à agricultura (Cordovil *et al*, 2003; Rodrigo, 2001).

---

<sup>5</sup> Ver Anexo I (p. 2)

<sup>6</sup> Ver Anexo I (p. 2)

## 1.1 As Grandes Reformas da Política Agrícola Comum

### (i) A Reforma de 1992

Na sequência de importantes questões que se impunham resolver, concretamente o orçamento da PAC, acordos no âmbito do Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*) e o êxodo rural, em 1991 é elaborado pela Comissão Europeia um *Documento de Reflexão*. Este tinha como objectivo apresentar as linhas de reforma e lançar o debate. Procurava-se deste modo reforçar, do ponto de vista formal e público, a posição apresentada para a Política Agrícola Comum.

No referido *Documento* foram apresentados três planos. O primeiro sintetizava os principais desequilíbrios, devido ao apoio indiscriminado aos produtores agrícolas comunitários, sendo que este nível de suporte traduzia, no mercado agrícola comunitário, uma política de preços proteccionista, relativamente aos restantes mercados do mundo (Avillez, 1997). O segundo plano avaliava as várias reformas realizadas anteriormente, concluindo que não tinha havido resolução de problemas por parte dos estabilizadores. O terceiro plano analisava os objectivos da futura política e as suas principais orientações, mantendo-se os três pilares da PAC: unidade de mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira.

Foi, pois, neste contexto que emergiu a Reforma da PAC de 1992, a qual marcou uma importante e profunda viragem na orientação e nos instrumentos da política comunitária até aí prevalecentes. Os principais objectivos para a futura política, apresentados pela Comissão, no âmbito da manutenção dos três pilares, acima referidos, consistiam: (i) em assegurar um “número suficientemente grande de agricultores ligados à terra”; (ii) na “multifuncionalidade” como perspectiva futura de ser tido em conta que a actividade agrícola tem por objectivos não só a produção, mas também a manutenção da paisagem rural, a protecção ambiental, e o desenvolvimento local e ordenamento do território; (iii) em incentivos à diversificação da base económica do mundo rural; (iv) na contenção de despesas com vista ao reequilíbrio dos mercados; (v) nos controlos directos de produção com medidas de extensificação, de retirada de terras e de quotas; (vi) na equidade distributiva, com apoios dependentes de factores como localização das explorações, o nível de rendimento e a dimensão; (vii) na introdução de ajudas directas, a fim de desencorajar a intensificação da produção; e (viii) na garantia da responsabilidade internacional da UE.

De sublinhar que estes objectivos foram modelados pela relevante expressão de outros parceiros internacionais, e pela opinião pública europeia que se fez ouvir na década de 80. Os primeiros pressionavam a Comissão no sentido de reduzir as ajudas aos

agricultores europeus. A opinião pública europeia, sobretudo a do Norte da Europa, insurgia-se contra as externalidades ambientais negativas resultantes do modelo produtivista da PAC e contra as práticas agrícolas e as ajudas monetárias aos agricultores responsáveis por tais externalidades.

A Reforma de 1992 ficou marcada por vários aspectos, sendo que o principal diz respeito à aproximação dos preços europeus aos preços do mercado mundial, no sentido da diminuição dos preços agrícolas, a fim de garantir uma maior competitividade em termos de mercados. Outro aspecto de referência corresponde à atribuição das ajudas directas compensatórias. Estas ajudas passaram a ser calculadas com base nas produtividades históricas de cada região, não estando portanto indexadas ao volume de produção, e não obrigando à obtenção de produções finais comercializáveis. Eram pagas directamente aos agricultores pelo orçamento da UE, tornando-as, desta forma, mais visíveis à opinião pública (Cordovil *et al*, 2003).

É neste cenário que surgem também as designadas por “Medidas de Acompanhamento” da reforma. Tinham por objectivo incentivar o agricultor a utilizar práticas culturais que respeitassem o ambiente, o recurso a programas de arborização a longo prazo e ainda a incentivar os mais idosos a aceitar um regime de reforma voluntária antecipada. Estes objectivos, contidos naquelas Medidas, traduziram-se nos seguintes Regulamentos, respectivamente: (i) a Medida “Medidas Agro-Ambientais” que estabelece um regime de ajudas para a utilização de métodos de produção que respeitem a protecção do ambiente e a conservação do espaço (Reg. (CEE) 2078/92)<sup>7</sup>, (ii) a Medida “Florestação de Terras Agrícolas” com o objectivo de um regime de ajudas a medidas florestais na agricultura para reduzir a capacidade produtiva disponível (Reg. (CEE) 2080/92), e (iii) a Medida “Reforma Antecipada” com um regime de ajuda à reforma antecipada dos agricultores (Reg. (CEE) 2079/92).

Sem retirar relevância ao Regulamento 2078/92, sucede que a adopção da política agro-ambiental decorreu, sobretudo, da necessidade quer de redução dos excedentes agrícolas e respectivos encargos orçamentais, quer do cumprimento, por parte da Comissão, dos acordos multilaterais periódicos acerca da liberalização de trocas em relação à redução do proteccionismo da agricultura europeia. Porém, apesar das alterações registadas, os principais interesses da PAC não foram abalados com significado. Assim se explica interesse da Comissão em diferenciar prémios e indemnizações através da política agro-ambiental e “ajudas directas ao rendimento” (Rodrigo, 2001).

---

<sup>7</sup> Ver Anexo I (p. 3)



## **(ii) A Reforma da Agenda 2000**

Em Julho de 1997, a Comissão Europeia considerou ser o momento mais apropriado para a PAC percorrer novos rumos, através de um novo impulso. Porém, tal como ocorrera em 1992, existe uma contradição entre os textos de apresentação das propostas para a Reforma da Agenda 2000 e os princípios orientadores que irão reflectir o resultado final. Deste modo, pode considerar-se que a Reforma de 2000 consolidou o caminho iniciado em 1992 (Cordovil *et al*, 2004).

Os argumentos apresentados pela Comissão, para a necessidade de uma nova reforma, baseiam-se em factores de ordem interna e externa.

Os factores internos exprimem-se em três principais argumentos. Por um lado, o aumento e a expansão da procura nos mercados internacionais, preconizada pela redução dos preços sob pena de acumulação de excedentes e problemas orçamentais. Por outro lado, a existência de disfunções da política agrícola europeia. Estas traduziam-se, nomeadamente, na distribuição injusta e no tratamento adverso aos produtores de regiões desfavorecidas, no aumento da desertificação no espaço rural sem um ordenamento do território, e ainda nos efeitos nefastos no ambiente devido a sistemas de produção intensivos e nas dificuldades de garantir níveis de sanidade e segurança alimentar. Por fim, um outro argumento remetia para a grande diversidade por que é constituída a União Europeia, em termos de sistemas produtivos. Desta diversidade resultava a necessidade de uma evolução no sentido da descentralização, a fim de se poder ter em conta as especificidades e as necessidades reais de cada país e região.

Em relação aos factores externos destacam-se o alargamento aos países da Europa Central e Oriental, através do programa SAPARD (Special Accession Programme for Agriculture and Rural Development), e a etapa de negociações internacionais da OCM que se avizinhava.

Porém, para além destes factores, a necessidade de redução das despesas da PAC continuava a ser um objectivo de grande relevância. Neste âmbito, as restrições orçamentais constituem o âmago da reforma embora justificadas pela necessidade de resposta aos compromissos, já assumidos, de alargamento. Contudo, implementar aquelas restrições não se afigurava fácil, dados os conflitos entre as limitações da disciplina orçamental e a gestão dos interesses dos Estados Membros. A Alemanha e a França são exemplos destes conflitos. A Alemanha afirmava que o seu contributo era excessivo, em comparação com o que recebia através da PAC, não querendo desta maneira aumentar as

despesas agrícolas. Por seu lado, a França rejeitava os cortes nas despesas agrícolas, com uma contribuição subvalorizada.

A fim de solucionar a questão orçamental foram analisadas duas alternativas. Uma correspondeu ao co-financiamento que diminuía até 25% as despesas agrícolas. Defendida pela Alemanha, esta alternativa foi recusada pela França e seus apoiantes, onde se incluía Portugal. A outra alternativa, defendida por França e Áustria correspondeu à degressividade. Esta medida reduzia a ajuda directa em culturas arvenses e bovinos, transitando o diferencial para acções de desenvolvimento rural.

As referidas alternativas encontram-se, de certo modo, reflectidas no Reg. (CE) n.º 1259/1999<sup>8</sup> do Conselho Europeu, que estabelece dois novos instrumentos: (i) a *eco-condicionalidade*, isto é, para que os agricultores possam receber ajudas directas da PAC, passam a ficar sujeitos ao cumprimento de normas ambientais nas suas explorações e (ii) a *modelação*. Esta corresponde a uma redução parcial do montante de ajudas directas a pagar aos agricultores e à respectiva transferência para apoios a medidas de desenvolvimento rural (Cordovil *et al.*, 2004).

A Reforma de 2000 abriu assim caminho a uma política de preços mais razoável e a uma política de Desenvolvimento Rural. A política de Desenvolvimento Rural foi reforçada com a integração parcial do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA-Garantia) que passou a agregar nove regulamentos comunitários anteriormente em vigor. Concretamente: (i) cinco regulamentos relativos à adaptação e ao progresso da eficácia das estruturas agrícolas, (ii) três regulamentos relacionados com as medidas de acompanhamento de 1992, e (iii) um regulamento acerca das ajudas estruturais para as medidas florestais.

Apesar dos desafios que se colocavam à Reforma de 2000 — concretamente, a necessidade, quer de consolidar o modelo europeu de agricultura que se caracteriza (i) pela manutenção das explorações familiares de pequena e média dimensão, (ii) multifuncionalidade da actividade agrícola, (iii) produção com elevada qualidade, e (iv) na segurança e preservação do ambiente e paisagem rural com ordenamento do território, quer garantir a necessária mudança de rumo para um melhor ajustamento da PAC às diferentes realidades de um futuro próximo — sucede que a mesma limitou-se à redução de preços e a compensações através de ajudas. Ou seja, embora a Comissão Europeia tenha considerado que esta reforma da PAC foi a mais vasta e radical — no sentido em que, em vez de apoiar

---

<sup>8</sup> Ver Anexo I (p. 4)

a produção agrícola, apoia a economia rural e a contribuição dos agricultores para a sociedade – não existe propriamente uma inovação no reforço de novos caminhos.

No âmbito da Reforma de 2000, a (nova) política de Desenvolvimento Rural (Reg. (CE) nº 1257/1999)<sup>9</sup> assume-se agora como o “segundo pilar” da PAC, e agrega toda a regulamentação em matéria de desenvolvimento rural. A política de Desenvolvimento Rural rege-se com base em princípios como a “multifuncionalidade” que corresponde a compensações aos agricultores por serviços prestados à sociedade e à abordagem multisectorial em que se pretende desenvolver a economia rural (Madeira, 2008).

Na concretização da Reforma são identificados vários tipos de debilidades que, de seguida, se enumeram parcialmente.

Por um lado, os sectores que a reforma abrange detêm a mesma capacidade e experiência de internacionalização. Ou seja, a PAC acaba por apoiar os agricultores com níveis elevados de dimensão e de rendimento, como é aliás reconhecido pela própria Comissão no relatório de situação agrícola de 1998. É certo que na PAC existiram sempre estes tipos de assimetrias. Porém, se até à reforma de 1992 aquelas encontravam-se camufladas — sobretudo nos preços de garantia para determinados sectores que constituíam a ferramenta para a sustentação do rendimento — com a reforma de 1992, as ajudas directas tornaram visíveis aquelas disparidades. Com efeito, os agricultores com direito a ajudas directas foram os que receberam apoio via preços. Com a mudança do sistema, uma vez que estes não podiam ser penalizados, a situação tornou-se insustentável a longo prazo. Um facto mais grave é o reconhecimento de que eram as agriculturas dos países mais ricos as que mais dependiam dos subsídios directos. Em contraste, a maioria dos agricultores dos países mais pobres tinham que correr riscos e lutar no mercado para conseguir assegurar um rendimento que permitisse a sua sobrevivência.

Por outro lado, num mercado cada vez mais liberalizado e instável, a questão do desenvolvimento rural pretendia, não substituir a PAC, mas melhorá-la e reforçá-la de modo a que houvesse respostas equilibradas nos vários sistemas agrícolas. Foram encaradas como vantagens competitivas, as produtividades e a minimização de custos de produção que se concretizavam na diferenciação e qualidade dos produtos, não contabilizando para isso, os sistemas produtivos não especializados, extensivos e periféricos.

Por fim, é de salientar a debilidade relacionada com a fraca dotação orçamental para a componente de desenvolvimento rural.

---

<sup>9</sup> Ver Anexo I (p. 4)

Relativamente a Portugal os principais interesses eram o compromisso da reforma ao nível da UE e os problemas específicos do país, descritos em seguida.

Em relação ao compromisso da reforma, era possível alcançar um reequilíbrio e níveis superiores de equidade se a PAC tivesse percorrido um maior caminho. Decisões e progressos relacionados com o desenvolvimento rural, reforço da dotação orçamental e melhoria de apoios a medidas foram contrariados por outras decisões, nomeadamente: (i) a extensão do critério de produtividade com atribuição de ajudas a produtores de leite para compensar reduções de preço; (ii) as compensações parciais e reduções de ajudas a oleaginosas e proteaginosas; (iii) e os novos critérios de indemnizações para zonas desfavorecidas.

A nível nacional, foi concebido pelo Governo uma estratégia de negociação, por regiões, com a intenção de passar a informação do *caso português*. Passava-se a informação de a agricultura portuguesa ser das mais atrasadas da UE. Em termos de auto-provisionamento alimentar era também a mais deficitária e, ao mesmo tempo, era a agricultura menos apoiada pela PAC. Após tentativas frustradas de negociação, os negociadores portugueses adaptaram-se ao resultado com uma reclamação de compensação através de um reforço especial para o desenvolvimento rural financiado pelo FEOGA-Garantia, que foi atendido de uma forma marginal.

### **(iii) A Reforma de 2003**

Aquando a Reforma da Agenda 2000, ficou a assente a possibilidade de introdução de novas alterações na PAC, no futuro próximo. É neste âmbito que, em 2002, a Comissão apresentou propostas para uma nova reforma mais substancial do que a anterior.

Estas novas propostas foram apresentadas com base em dois objectivos. Um objectivo formal, em que afirmava que o mandato do Conselho Europeu não limitava a sua capacidade de iniciativa, e um objectivo mais político. Este era identificado com a necessidade de preparar os sectores agrícolas para novos desafios. Estes desafios assumiram quatro vertentes, a saber: (i) produzir em função do mercado e não dos tipos de subsídios existentes; (ii) aumentar a capacidade de resposta da PAC em serviços públicos prestados à sociedade, obtendo uma maior legitimidade junto dos cidadãos; (iii) facilitar as negociações multilaterais no âmbito da OCM; e (iv) minorar as dificuldades relacionadas com o alargamento da UE.

Dos vários argumentos apresentados pela Comissão, todos de grande importância, os mais determinantes para a reforma foram, na verdade, os dois referidos em último lugar. Com base numa proposta de reforma para transformar as ajudas directas às produções

específicas, em ajudas directas sem ligação à produção, a Comissão transmite a ideia de que o factor que determina a Reforma é as negociações com a OCM.

Por seu lado, o contributo do argumento relacionado com o alargamento da UE, para a reforma da PAC de 2003, baseou-se em duas ordens de razões. A primeira refere-se à necessidade de concretização de um sistema de ajudas directas mais simples, em que estas são pagas e controladas por produções ou actividades específicas. Sabendo-se que o número de agricultores na UE27, a partir de 2007, mais do que duplicaria, o número de pagamentos a efectuar também aumentaria significativamente. Em termos administrativos, este aspecto, em conjunto com os problemas relacionados com elementos de cadastro de propriedades, iriam impossibilitar uma boa aplicação e funcionamento da implementação de ajudas. Desta forma, a Comissão legitima a recomendação “desligar as ajudas directas da produção” e a sua substituição por um pagamento único por exploração, ou por hectare, com base num *regime simplificado*.

A segunda razão diz respeito às questões orçamentais, uma vez que a UE, num futuro próximo, não poderia manter o esforço financeiro, como quando a PAC estava restrita a quinze e a dezassete Estados Membros. Este problema foi resolvido com introdução de ajudas directas, de uma forma gradual. Porém, a estabilização de despesas agrícolas na UE foi objecto de difíceis negociações, nomeadamente, no caso do faseamento das ajudas directas para os novos Estados Membros.

O processo de alargamento, devido às pressões orçamentais geradas, foi um factor determinante para esta reforma assente em dois princípios, os da *modelação* e os da *dissociação*. Estes princípios são considerados duas inovações e dois grandes eixos, em matéria de reforma.

A dissociação traduz-se num *pagamento único* por agricultor sem qualquer ligação a uma actividade de produção. Tem por intuito a substituição das ajudas directas às superfícies cultivadas e ao número de cabeças de gado. Assim, esta nova ajuda pretende ser equivalente ao montante recebido, pelos agricultores, na época de 2000 a 2002 mas, agora, condicionada às regras de eco-condicionalidade, segurança alimentar, sanidade e bem-estar animal e segurança no trabalho. Com base no respeito por estas regras, os agricultores recebem um pagamento único, com possibilidade de produzirem o que se adequasse mais à sua exploração, recursos e sinais do mercado ou então, apenas manter a suas terras não cultivadas mas com a garantia de assegurar as adequadas condições de fertilidade agronómica.

A modelação dinâmica tem por fim reduzir, de uma maneira progressiva, as ajudas directas, começando com uma pequena percentagem que aumenta todos os anos até atingir

determinados montantes. Estes montantes têm por finalidade reforçar o segundo pilar da PAC, de acordo com as áreas agrícolas, mão-de-obra e níveis de rendimento.

De acordo com a Reforma 2003, os dois princípios enumerados são alargados a todas as actividades agrícolas e instrumentos de apoio da PAC, dos quais se associam regulamentos que prevêem pesadas penalizações pelo seu incumprimento.

O princípio da dissociação foi bastante contestado pelas organizações agrícolas em geral. Por parte da Comissão foram alegadas as vantagens do sistema. Segundo ela, os agricultores seriam ajudados a suportar os custos de produção, numa sociedade cada vez mais exigente em termos de regras ambientais, a responder de uma maneira mais eficaz à concorrência proveniente de compromissos como a OCM, e teriam ainda a vantagem de produzir de acordo com as limitações dos recursos, da exploração agrícola e do mercado.

Os argumentos da Comissão, em relação ao novo sistema da PAC, eram criticados pelas organizações agrícolas nos seguintes termos: (i) o risco de abandono da produção e um aumento do desemprego, visto que com o novo sistema era possível aos agricultores receberem ajudas sem a obrigatoriedade de produção; (ii) o receio de a opinião pública europeia não ser receptiva à não obrigatoriedade de produção, o que afectaria o apoio e a sensibilidade da sociedade, em geral, para a necessidade do apoio à agricultura; (iii) o risco da multifuncionalidade poder ser prejudicada pelo abandono da produção, o que poderia levar a problemas económicos e sociais graves em determinadas regiões; (iv) a utilização do referencial da época de 2000 a 2002 para os pagamentos, uma vez que esta metodologia implicaria a continuação de desequilíbrios distributivos na PAC e a manutenção de discriminações relativas a produções, produtos e regiões; (v) os aspectos negativos e insustentáveis em relação à concorrência entre agricultores, ou seja, entre os que dispunham e os que não dispunham de ajudas.

Parte das críticas apresentadas foram tidas em conta por parte da Comissão e as propostas, em parte, alteradas. Nomeadamente, as culturas permanentes e os hortícolas frescos foram excluídas da questão de liberalização de produção.

Em suma, a Reforma de 2003 marca pontos de inflexão na PAC que não serão facilmente reversíveis. Nomeadamente, a dissociação das ajudas directas, a modelação e as disciplinas financeiras associadas, e ainda o reforço das flexibilidades à aplicação das medidas por parte de cada Estado-Membro, ou “margem de manobra” concedida aos Estados Membros.

Embora o princípio da flexibilidade aplicado no âmbito do primeiro pilar da PAC, tenha sido criado na Agenda 2000, a reforma de 2003, desenvolve-o em dois sentidos: (i) dá aos Estados Membros a liberdade para optarem por aplicações de dissociação totais a parciais e por pagamentos únicos iguais para todos os agricultores, quer fossem ou não

anteriormente beneficiários de ajudas; (ii) torna possível aos Estados Membros utilizarem até 10% do total das ajudas directas, no apoio de agriculturas específicas e importantes para a valorização do ambiente, da qualidade e de comercialização.

No que respeita à dissociação das ajudas directas, a Reforma de 2003 assume um carácter inovador no sentido em que a concretização da mesma é feita sem a dissociação entre a política de preços, mercados, e políticas de rendimentos. A introdução das ajudas directas compensatórias da redução dos preços, inseridos na reforma de 1992, legitimou a possibilidade da dissociação devido à restrição histórica de fluxos financeiros que criou, para cada agricultor, referenciais distributivos. Este sistema permitiu diferenciar os agricultores, em diferentes graus de modalidades de desligamento dos pagamentos directos e a possibilidade dos Estados Membros poderem também optar por duas modalidades. Uma das modalidades corresponde à atribuição das ajudas directas com base no histórico de cada agricultor. Uma outra modalidade traduz-se na repartição das ajudas directas por regiões, atribuídas a cada Estado Membro, em que os agricultores disponham de áreas elegíveis (Cordovil *et al*, 2003).

Ainda no âmbito da Reforma 2003, é previsto um aumento significativo dos fundos da Comunidade Europeia disponíveis para o desenvolvimento rural. Para além da introdução de novas medidas, são os Estados Membros, quem deverá decidir acerca da integração dessas medidas nos seus programas de desenvolvimento rural. Estes programas passam ainda a beneficiar do apoio comunitário ao desenvolvimento rural, que passa a ser financiado por um fundo próprio o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1290/2005<sup>8</sup>. Este fundo tem por objectivos melhorar: (i) a competitividade da agricultura e da silvicultura; (ii) o ambiente e o espaço rural; e (iii) a qualidade de vida e a gestão das actividades económicas no meio rural. Destina-se a complementar acções nacionais, regionais e locais e pretende-se que seja dotado de uma coerência e compatibilidade com as medidas comunitárias de apoio. O aumento de fundos é obtido por transferência das ajudas do 1º pilar (ajudas directas) para as ajudas ao investimento e ajudas agro-ambientais. Houve, no entanto, uma redução substancial das transferências inicialmente previstas pelo que o desejado reequilíbrio entre o 1º e o 2º pilar da PAC não foi atingido.

Assim, a reforma de 2003 inova ao introduzir um novo conceito de disciplina financeira, que é assegurada pela modelação adicional que reduz as ajudas, sempre que necessário, para além das taxas de 3% em 2005, 4% em 2006 e 5% em 2007, visto serem destinadas ao reforço do financiamento do desenvolvimento rural.

Cada vez mais se evolui para um modelo de aplicação de descentralização da PAC. Esta reforma, tal como as anteriores, encontra-se inacabada e, por consequência, está em evolução.

### **Síntese (I)**

Em suma, em 1957, nasce a PAC que tinha por objectivo a ajuda à reconstituição de uma Europa destruída pela guerra. É neste âmbito que a PAC adopta medidas a fim de produzir mais com menos recursos, ou seja, um modelo produtivista da agricultura.

Porém, em meados da década de 60 começam-se a evidenciar problemas relacionados com o controlo orçamental dos excedentes agrícolas, com a qualidade ambiental dos recursos nomeadamente solo, água e paisagem, e com o despovoamento nas zonas rurais não competitivas, de acordo com o modelo produtivista da PAC.

Apesar dos vários alertas da política ambiental, para que a PAC alterasse as linhas mestras do modelo produtivista, as soluções desta política concentraram-se no controlo orçamental.

Em 1992, na sequência de documentos elaborados pela Comissão na década de 80, e sobretudo, das pressões GATT, relativas às ajudas europeias aos agricultores (caixa verde), surgem as Medidas de Acompanhamento, entre as quais figuram as Medidas Agro-Ambientais. Como atrás se evidenciou, estas medidas são inseridas na PAC, não tanto pela relevância do ambiente, mas para permitir que o mesmo modelo se mantenha na sua essência. Nasce assim o primeiro programa agro-ambiental, que é de aplicação obrigatória a todos os Estados Membros (Reg. (CEE) 2078/92).

Após a reforma de 1992, surgem ainda duas reformas relevantes, no sentido de introduzir outro tipo de alterações no modelo produtivista. Agora sim, tomam-se medidas concretas de (i) contenção à produção e de (ii) atribuir relevância a uma política territorial – a Política de Desenvolvimento Rural - em detrimento da política sectorial (PAC/OCM). Estas Reformas são a Agenda 2000 e a Reforma de 2003.

Na primeira surge uma Política de Desenvolvimento Rural onde as medidas agro-ambientais são incluídas. São ainda introduzidos dois instrumentos, a eco-condicionalidade e a modelação.

A Reforma de 2003 vem reforçar a orientação da Agenda 2000, que se manifesta nomeadamente na adopção da dissociação e da modelação dinâmica. Para além disso a Política de Desenvolvimento Rural passa a ser financiada por um fundo próprio. Esta política assenta em três grandes eixos, designadamente: (I) aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola, (II) melhoria do ambiente e da paisagem rural, e (III) promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural.



## **2. Ambiente e Desenvolvimento Rural**

Identificadas as principais alterações de conteúdo do percurso da PAC, este ponto tem por finalidade precisar alguns detalhes relativos à questão ambiental e ao modo como a mesma foi sendo integrada na e pela PAC, e os diferentes modos como os Estados-Membros reagiram à referida questão. Uma vez que a questão ambiental passa a integrar o Programa de Desenvolvimento Rural, aquando da Reforma 2000, esta questão será igualmente objecto de análise.

### **2.1 A questão ambiental: da PAC ao Desenvolvimento Rural**

Na sequência das Directivas “sócio estruturais” adoptadas em 1972 e orientadas para a melhoria das estruturas agrárias, e da Directiva 75/268/CEE<sup>10</sup>, acerca da agricultura de montanha e de zonas desfavorecidas, é aprovado o Reg. (CEE) 797/85<sup>11</sup> (Rodrigo, 2001).

Em 1985, através do Reg. (CEE) 797/85 que dizia respeito à Melhoria das Estruturas Agrícolas, é aprovado igualmente o Artigo 19<sup>12</sup> relativo à aplicação dos regimes de ajudas, por parte dos Estados-Membros, aos agricultores que decidissem seguir as práticas de produção agrícola “compatíveis com as exigências de protecção do espaço natural”, em todas as zonas que apresentassem fragilidades em termos ambientais. É de se referir que este regime de ajudas não era financiado pelo orçamento comunitário e a sua aplicação não era obrigatória (Rodrigo, 2001; Artigo 19 do Reg. (CEE) 797/85).

A formulação do Artigo 19 teve origem em propostas do Reino Unido que necessitava, sobretudo, de uma renovação na sua imagem em termos de política ambiental europeia, e que se encontrava sob pressões de movimentos ambientalistas. Consequentemente o Reino Unido insistiu vivamente na aprovação deste artigo (Rodrigo, 2001).

Os países que adoptaram o Artigo 19 foram o Reino Unido, a Alemanha, a Holanda, e a Dinamarca. Este facto é elucidativo do reconhecimento que estes países, e respectiva opinião pública, atribuem à importância das questões ambientais. Em evidente contraste, nos países do sul imperavam ainda, e sobretudo, as necessidades de intensificação da

---

<sup>10</sup> Ver Anexo I (p. 1)

<sup>11</sup> Ver Anexo I (p. 2)

<sup>12</sup> Ver Anexo I (p. 2)

produção e de modernização das respectivas estruturas produtivas agrícolas. Este imperativo ajuda a explicar que, nomeadamente, Portugal não tivesse sequer transposto o referido Artigo 19 (Rodrigo, 2001).

A adesão ao Artigo 19 não é entusiasmante de início. Só após a aprovação do Reg. 1760/87<sup>13</sup>, que define que o financiamento dos encargos ao abrigo do Artigo 19 poderia ser participado em 25% pelo orçamento comunitário, é que países do sul como Itália e Espanha iniciaram a aplicação, ainda que de forma experimental do Artigo 19 (Rodrigo, 2001).

**(i) O “Primeiro” Programa Agro-Ambiental: Reg (CEE) 2078/92**

O primeiro Programa Agro-Ambiental ocupou o período compreendido entre 1992 e finais de 2000. Materializa-se na Medida de Acompanhamento da reforma da PAC de 1992, concretamente, o Reg (CEE) 2078/92.

O grande objectivo geral do Regulamento (CEE) N.º 2078/92 era a necessidade de integração da protecção ambiental na definição e implementação noutras políticas Comunitárias. Para tal a Comunidade estabelece um regime de ajudas com o intuito de alcançar esse objectivo.

O regime de ajudas destinava-se, no essencial, a reduzir os efeitos poluentes da agricultura através de práticas agrícolas compatíveis com a protecção e melhoramento do ambiente, da paisagem, do espaço natural, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética. Deste modo contribuía para a redução da produção e melhoramento das condições de equilíbrio do mercado, prevenindo também os riscos ligados ao despovoamento das regiões agrícolas (Reg. (CEE) N.º 2078/92).

Em termos operacionais esperava-se, de acordo com os objectivos referidos e através do regime de ajudas, obter como resultados a introdução ou manutenção de métodos produtivos compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e dos recursos naturais, a preservação do espaço natural e da paisagem. Recorrendo-se, se necessário, a uma retirada das terras agrícolas da produção ou a uma gestão de terras que proporcionem actividades não agrícolas (Reg. (CEE) N.º 2078/92).

A escolha e responsabilidade da adopção das medidas e as acções a realizar foram entregues, pelo Conselho das Comunidades Europeias, aos Estados-Membros. Cabia a estes executarem, na totalidade dos seus territórios e em função das suas necessidades específicas, o regime de ajudas. Esta execução era operacionalizada através de programas zonais plurianuais relativos aos principais objectivos. A intenção dos programas foi reflectir a diversidade das situações do ambiente, das condições naturais e das estruturas agrícolas,

das principais orientações da produção agrícola e das prioridades comunitárias em matéria de ambiente (Rodrigo, 2001).

A cada programa zonal deveria coincidir uma zona homogénea, do ponto de vista ambiental e do espaço natural, e que poderia/deveria “chamar a si” todas as ajudas previstas pelo regulamento. Para além desta situação, considerada “a mais adequada”, foi estabelecido que os programas podiam ser limitados às ajudas correspondentes às características específicas de uma zona, de acordo com uma justificação adequada (Reg. (CEE) N.º 2078/92).

Os primeiros países a aplicar a política agro-ambiental, em 1993, foram a França, a Holanda, o Reino Unido e a Espanha. Embora o programa agro-ambiental em Espanha tenha começado em 1993, a sua aplicação efectiva sofreu atrasos. Em Portugal, os primeiros anos de aplicação efectiva, ocorreram entre 1994 e 1996<sup>13</sup> (Rodrigo, 2001).

Após a implementação das Medidas Agro-Ambientais inseridas no primeiro Programa Agro-Ambiental foram detectados alguns problemas de funcionalidade e aplicação. Estes problemas exigiam a necessidade de modificações, a fim de obter uma melhor aplicação prática das mesmas. As alterações realizadas foram feitas de acordo com as necessidades e objectivos de cada Estado-Membro. Desta forma, em Portugal, no período de 1998 a 1999 verificaram-se ligeiras alterações<sup>14</sup> em todos os grupos de medidas relativamente ao período de aplicação de 1994 a 1997.

#### **(ii) O “Segundo” Programa Agro-Ambiental: Reg (CE) 1257/1999**

Em 1999, que corresponde por um lado ao fim da vigência do Reg. 2078/92 e, por outro à Reforma Agenda 2000, a questão ambiental passa a estar integrada no Reg. (CE) 1257/1999 relativo ao apoio do FEOGA e ao desenvolvimento rural, com base na Agenda 2000. O novo Regulamento do Desenvolvimento Rural, que passou a integrar as três Medidas de Acompanhamento, foi adaptado a políticas e regras dos mercados e ainda às exigências e preferências dos consumidores.

Com o apoio do FEOGA ao Desenvolvimento Rural pretendia-se que tivesse como base um quadro jurídico único. Ou seja, dada a diversidade das zonas rurais da União Europeia, aspirava-se a uma política de Desenvolvimento Rural (DR) assente no princípio

---

<sup>13</sup> Ver Anexo IV (Quadro A e B)

<sup>14</sup> Ver Anexo II

da subsidiariedade. Pretendia-se ainda que a aplicação da política do DR fosse descentralizada, privilegiando-se a participação e a abordagem “a partir da base”.

O referido Regulamento identifica as Medidas de Acompanhamento como uma das nove Medidas de Desenvolvimento Rural, e com um período de vigência entre os anos de 2000 e 2006<sup>15</sup>.

Tal como no Regulamento (CEE) N.º 2078/92, o grande objectivo geral do Regulamento (CE) N.º 1257/99 dizia respeito à necessidade de integração da protecção ambiental na definição e implementação noutras políticas comunitárias. Para tal, a Comissão Europeia mantém o regime de ajudas. Os objectivos específicos do Regulamento do DR foram essencialmente, (i) a manutenção e promoção de métodos de exploração com reduzido consumo de factores de produção e (ii) a preservação e promoção da natureza com alto valor natural e de uma agricultura sustentável que respeitasse as exigências ambientais.

A escolha e responsabilidade da adopção das medidas e as acções a realizar foi entregue, pelo Conselho das Comunidades Europeias, aos Estados-Membros, tal como também sucedera no regulamento anterior. Coube a estes últimos executar, na totalidade dos seus territórios e em função das suas necessidades específicas, o regime de ajudas, através de programas zonais plurianuais relativos aos principais objectivos. A intenção dos programas foi reflectir a diversidade das situações do ambiente, das condições naturais e das estruturas agrícolas, das principais orientações da produção agrícola e das prioridades comunitárias em matéria de ambiente.

Tal como sucedera com o Reg. (CEE) 2078/92, após a implementação do Reg. (CE) 1257/1999 foram identificadas algumas dificuldades de funcionalidade e aplicação que implicavam alterações. As alterações realizadas foram feitas de acordo com as considerações e objectivos de cada Estado-Membro. Desta forma, em Portugal, em relação ao período de 2000 a 2003 verificaram-se ligeiras alterações<sup>16</sup> em todos os grupos de medidas relativamente ao período de aplicação de 2002 a 2006.

---

<sup>15</sup> Ver Anexo IV (Quadro C e D)

<sup>16</sup> Ver Anexo II

### **(iii) O “Terceiro” Programa Agro-Ambiental**

Na sequência da Reforma da PAC de 2003, surge o terceiro Programa Agro-Ambiental. Este foi baseado no Regulamento (CE) 1698/2005<sup>17</sup> do Conselho de 20 de Setembro de 2005 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER. Neste regulamento foram tidas em conta várias considerações e orientações, de modo a definir o conteúdo estratégico da política de desenvolvimento rural em consonância com as prioridades comunitárias e de forma a favorecer a transparência da mesma. Cada Estado-Membro, de acordo com as orientações estratégicas, organizou o seu plano estratégico nacional de desenvolvimento rural que serviu como base para o quadro de referência para a preparação dos programas de desenvolvimento rural (Reg. N.º 1698/2005).

Os planos estratégicos nacionais foram realizados através de programas de desenvolvimento rural constituídos por um conjunto de medidas, agrupadas de acordo com os quatro eixos prioritários definidos no Título IV do Regulamento (CE) N.º 1698/2005. Cada programa desenvolveu uma estratégia para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, baseada numa análise da situação e que definiu as prioridades escolhidas e o impacto esperado pelas mesmas. A necessidade de estabelecer regras gerais para a programação em matérias de desenvolvimento rural permitiu assegurar um equilíbrio entre os quatro eixos dos programas de desenvolvimento rural (Reg. N.º 1698/2005).

No regulamento em apreço, as mudanças em termos de organização de conteúdos são bastante visíveis. Os princípios de intervenção para este novo apoio ao desenvolvimento rural assentam nas ideias de complementaridade entre acções nacionais regionais e locais, coerência nas orientações estratégicas comunitárias (Reg. N.º 1698/2005). De acordo com os objectivos pretendidos, e através do apoio e acção do FEADER nos Estados-Membros, executa-se uma estratégia de desenvolvimento rural através de um grupo de medidas, tendo por base quatro eixos. Em cada eixo são enumeradas as medidas a aplicar. Os quatro eixos em questão centram-se nos princípios do aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal como também na melhoria do ambiente e paisagem rural, tendo em conta a qualidade de vida, a diversificação e uma abordagem estratégica para o desenvolvimento, através de parcerias e grupos de acção locais (Reg. N.º 1698/2005).

---

<sup>17</sup> Ver Anexo I (p. 6)

Conforme foi definido no Regulamento N.º 1290/2005<sup>18</sup>, o FEADER financia, em gestão partilhada entre os Estados-Membros e a Comunidade, os programas de desenvolvimento rural executados em conformidade com a legislação comunitária relativa ao apoio ao desenvolvimento rural. São estabelecidas as regras gerais do apoio comunitário ao Desenvolvimento Rural financiado pelo FEADER através da parceria entre a Comissão e os Estados-Membros, com o intuito de se atingir os principais objectivos. Estes objectivos são: (i) “o aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação”, (ii) a “melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural”, e (iii) a “promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas” no meio rural (Reg. N.º 1698/2005, Cap II, art. 4º).

## **2.2 A definição das ajudas à agricultura no âmbito dos Programas Agro-Ambientais**

### **(i) “Primeiro” Programa Agro-Ambiental**

Os montantes de ajudas foram fixados pelos Estados-Membros e eram co-financiados pelo orçamento comunitário. As ajudas não eram indexadas de forma directa às quantidades produzidas tendo, desta forma, menores efeitos sobre o volume de produção, em comparação com os preços garantidos (Rodrigo, 2001; Cordovil *et al.*, 2004).

Segundo o Regulamento (CEE) N.º 2078/92, o apoio seria concedido como compensação aos agricultores por assumirem compromissos agro-ambientais por um período mínimo de cinco anos, através de um prémio anual por hectare ou por cabeça normal retirada. Em relação ao caso da retirada de terras, a duração do compromisso aumenta para 20 anos.

Os montantes máximos elegíveis eram fixados segundo o artigo 4.º do regulamento, com a possibilidade de serem aumentados, ou reduzidos, nos casos de conversão dos animais em cabeças normais ou redução do número de cabeças normais, respectivamente. A Comunidade Europeia podia participar nos prémios concedidos pelos Estados-Membros com o intuito de compensar perdas de rendimento devido a imposições obrigatórias na sequência da execução de medidas. A taxa de co-financiamento comunitário seria de 75%

---

<sup>18</sup> Ver Anexo I (p. 6)

nas regiões abrangidas pelos objectivos no nº 1 do artigo 1.º do Regulamento (CEE) N.º 2025/88 e de 50% nas outras regiões, sendo que a política agro-ambiental seria financiada pela secção “Garantia” do FEOGA. Portugal situava-se na condição enumerada em primeiro lugar.

Ainda segundo o Regulamento (CEE) N.º 2078/92, as condições de concessão de ajuda eram determinadas pelos Estados-Membros. O montante de ajudas seria definido em função das medidas, e do seu carácter incentivador, aplicadas pelo beneficiário com as respectivas perdas de rendimento. No caso de indisponibilidade dos agricultores, as ajudas para a manutenção de superfícies abandonadas podiam ser concedidas a não agricultores. A ajuda poderia ser limitada a um montante máximo por exploração e modulada dependendo da dimensão das explorações. Era ainda contemplado, com carácter opcional, a concessão de ajudas para a frequência de cursos ou estágios, incluindo organização e realização dos mesmos, com vista a responder às exigências de melhoramento dos conhecimentos técnicos e científicos dos agricultores, compatíveis com as regras de boa conduta agrícola e de agricultura biológica.

#### ***(ii) “Segundo” Programa Agro-Ambiental***

No Regulamento (CE) N.º 1257/99 segundo os artigos 23.º e 24.º, quer os objectivos gerais, quer a natureza dos contratos a realizar com os beneficiários quer ainda os regimes de apoios a conceder, como compensação dos compromissos agro-ambientais assumidos, são muito similares aos definidos no Regulamento (CEE) N.º 2078/92. A modificação mais significativa reporta-se ao aumento dos montantes máximos anuais elegíveis para o regime de apoio comunitário, conforme resulta do quadro dos montantes que constitui o anexo ao Regulamento (CE) N.º 1257/1999 constante no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

De acordo com o Regulamento (CE) N.º 1257/99 o regime de apoio seria calculado com base na perda de rendimento, nas despesas adicionais devido aos compromissos assumidos e com base no carácter incentivador, tal como se passava no Regulamento (CEE) N.º 2078/92. Também poderia ser tido em conta, no cálculo no nível de ajuda anual, o custo de investimentos não produtivos em infra-estruturas, necessários à concretização dos compromissos contratuais. Os apoios fornecidos eram igualmente estabelecidos de acordo com a definição do tipo de práticas agrícolas no contracto. A duração dos contratos continuava a ser plurianual, por um período mínimo de cinco anos de base individual, entre o agricultor e os poderes públicos nacionais ou regionais.

### **(iii) “Terceiro” Programa Agro-Ambiental**

O Regulamento (CE) N.º 1698/2005, que corresponde ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo FEADER, apresenta novas regras. As autorizações orçamentais para o financiamento efectuam-se anualmente sob a forma de um pré-financiamento, de pagamentos intermédios e do pagamento do saldo. Os pagamentos intermédios efectuam-se ao nível de cada programa de desenvolvimento rural, em função das disponibilidades orçamentais fixadas pela Comissão Europeia com base num determinado limite máximo e das reduções graduais previstas para os pagamentos directos aos agricultores. Os mesmos pagamentos são efectuados através de uma declaração de despesas e de um pedido de pagamento atestado pelo organismo pagador acreditado. O pagamento do saldo é efectuado após a recepção do último relatório de execução.

No caso de incumprimento com as normas comunitárias, a Comissão pode reduzir ou suspender os pagamentos. Os montantes suprimidos ou recuperados podem ser reutilizados pelo Estado-Membro numa operação prevista no mesmo programa de desenvolvimento rural.

O montante mínimo de apoio comunitário ao desenvolvimento rural e a sua repartição anual, compreendida entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, é fixado pelo Conselho Europeu. Verifica-se um aumento dos montantes mínimos de acordo com o quadro de “Montantes e Taxas de Apoio” em anexo no Regulamento N.º 1698/2005, tendo em consideração o regulamento anterior, Reg. (CE) N.º 1257/99.

A taxa de contribuição para cada eixo é definida pelo FEADER. Nos eixos 1 e 3, 75% das despesas públicas elegíveis nas regiões abrangidas pelo objectivo da convergência e 50% das despesas públicas noutras regiões. Em relação aos eixos 2 e 4, 80% das despesas públicas elegíveis nas regiões abrangidas pelo objectivo da convergência e 55% das despesas públicas noutras regiões.

Relativamente à taxa mínima ao nível de cada eixo, a contribuição do FEADER é de 20%.

## **2.3 As diferentes reacções dos Estados Membros aos Programas Agro-Ambientais**

Os diferentes Estados-Membros adoptaram três estratégias para a definição das estruturas da política agro-ambiental com base no Regulamento (CEE) N.º 2078/92. A maioria efectuou uma articulação parcial à legislação. No caso de Portugal, Espanha e Itália, a definição dos procedimentos jurídicos foi realizada com total articulação com o



Regulamento (CEE) N.º 2078/92 o que fez transparecer a in experiência técnica e jurídica relacionada com as políticas agro-ambientais e respectivas medidas de acompanhamento (Rodrigo, 2001).

As medidas agro-ambientais são extremamente diversificadas, ou seja, dentro do mesmo domínio ambiental existem vários tipos de aplicações práticas, em que cada Estado-Membro consegue alcançar os objectivos propostos pelos Regulamentos do Conselho Europeu. Para além dos objectivos ambientais, as medidas podem ser classificadas em três categorias de acordo com o âmbito territorial, designadamente, medidas nacionais, medidas regionais e a junção de medidas nacionais e regionais (Oréade-Brèche, 2005).

Apesar do Regulamento (CEE) nº 2078/92 permitir uma grande autonomia aos Estados-Membros, em termos de eleição das suas prioridades e metas a alcançar, os programas agro-ambientais adoptados pelos países do sul eram muito incompletos em termos de assuntos ambientais. A reduzida importância dada aos sistemas de produção extensivos nos países do sul provém de uma fraca percepção da opinião pública e do poder político acerca dos efeitos prejudiciais no ambiente provenientes de origens agrícolas, acrescentado ainda a reduzida modernização dos mesmos sistemas (Portela *et al*, 2003).

Os países do norte, em contrapartida, eram já constituídos por sociedades que procuravam benefícios ambientais, sociais e recreativos rurais, com grande amplitude no mercado, ao contrário dos países do sul. Nesta medida, os assuntos ambientais nos países do sul eram contornados, evidenciando-se o reduzido grau de cumprimento dos programas e escassa adesão dos agricultores, contrastada pela grande adesão proveniente dos países do norte, como a Áustria, a Suécia, a Finlândia ou a Alemanha (Portela *et al*, 2003).

Os défices de competitividade das agriculturas do sul, juntamente com os baixos rendimentos auferidos pelos agricultores e dificuldades de integração no programa agro-ambiental dos problemas específicos dos países do sul, designadamente, o despovoamento, a erosão dos solos, os incêndios florestais e a escassez de água, levaram a que, em termos de decisões políticas, as prioridades ambientais fossem contornadas. Apesar disto as prioridades ambientais foram inseridas nas medidas agro-ambientais através das reduções substanciais do uso de fertilizantes e/ou pesticidas e promoção da agricultura biológica (Portela *et al*, 2003).

Por parte, tanto dos agricultores como pelo poder político, houve o entendimento de que as medidas agro-ambientais, com o seu regime de ajudas, surgiam com o intuito de ajuda ao rendimento. Neste cenário interpretativo daquelas medidas a orientação dada aos apoios foi no sentido de melhorar as condições de vida nas regiões com sistemas de produção extensivos, e já muito afectadas por vários tipos de problemas como o despovoamento. Em suma, houve em geral grandes obstáculos na definições e integração

correctas dos problemas específicos ambientais característicos das agriculturas do sul (Portela *et al*, 2003). A título ilustrativo, refere-se de seguida o caso português.

Em Portugal fenómenos como a erosão, o despovoamento, os incêndios florestais e a escassez de água são cada vez mais relevantes. O caso da erosão evidencia-se com uma situação cada vez mais preocupante, em que mais de metade do território português se encontra em risco de erosão. Por seu lado, o despovoamento pode conduzir a problemas em sistemas caracterizados por equilíbrios ecológicos frágeis que necessitam de manutenção humana, como é o caso dos “lameiros” e do “montado”. O despovoamento pode levar, igualmente, a problemas em termos de modernização de estruturas produtivas de explorações agrícolas. Como consequência do despovoamento e abandono das actividades aumenta o risco de incêndios florestais. Outros problemas relacionados com a água surgem, nomeadamente, pela salinização, sobreexploração e poluição dos aquíferos (Portela *et al*, 2003).

Tal como sucedeu com outros países da Europa do sul, a agricultura portuguesa recebeu a Reforma de 1992 e, em consonância, a obrigação de aplicação das Medidas Agro-ambientais (Reg. 2078/92) num momento histórico marcado pela necessidade e concentração de esforços tendo em vista a concretização da modernização, ajustamentos e reorientações das respectivas estruturas produtivas agrícolas. Em 1992 estas últimas eram as grandes prioridades dos países do sul. Por outro lado, nestes países havia uma grande inexperiência (técnica, institucional e administrativa) na área agro-ambiental que se reflectiu na aplicação dos programas agro-ambientais (Rodrigo, 2001; Cunha, 2004). O atraso na adopção e aplicação das políticas agro-ambientais nos países mediterrâneos, em contraste com os do norte é ilustrativo daquela inexperiência, e também da frustração das expectativas em percorrer durante mais tempo o trilho da modernização da agricultura.

Para além da inexperiência já referida, os países do sul têm problemas ambientais específicos como também já foi descrito. Desta forma, é da competência dos países do sul organizar e delinear os seus modelos para alcançar a proximidade com as suas raízes culturais e com os seus problemas específicos que os caracterizam (Portela *et al*, 2003).

Apesar de tudo, a Reforma de 1992 foi a melhor alternativa perante outras, ao proporcionar um maior equilíbrio na resposta às várias dimensões da problemática rural e agrícola. Embora corrigindo alguns dos problemas mais graves da velha PAC, a Reforma de 1992 não deixa de ser uma etapa intermédia no processo de evolução e ajustamento às novas realidades da agricultura e mundo rural (Rodrigo, 2001; Cunha, 2004).

**(i) Aplicação das ajudas**

Tal como se mencionou anteriormente, a aplicação das ajudas para os programas agro-ambientais foi fixada pelos Estados-Membros. O regime de ajudas era co-financiado pelo orçamento comunitário e com dependência dos orçamentos nacionais disponíveis. Dependiam também da adesão dos agricultores. Ou seja, as ajudas tornavam-se mais visíveis em comparação com o suporte de preços utilizado anteriormente, na política agrícola. (Rodrigo, 2001; Cordovil *et al.*, 2004).

Os Estados-Membros do norte tinham, para as políticas agro-ambientais, maiores recursos financeiros, em comparação com os do sul. As disponibilidades económicas, associadas ao nível de desenvolvimento e riqueza dos países do norte, permitiam-lhes uma maior facilidade no reconhecimento da importância da questão ambiental. As disponibilidades dos países do sul eram mais modestas e a aplicação das políticas agro-ambientais passou por várias dificuldades, chegando mesmo a não ser aplicada em algumas regiões destes países, como aconteceu no caso de Espanha (Rodrigo, 2001).

Observam-se discrepâncias nos valores de ajudas, justificadas pelo Regulamento (CEE) N.º 2078/92, que permitia aos Estados Membros a fixação de montantes financeiros, a atribuir às políticas agro-ambientais. Como consequência, ocorrem diferenças nos montantes atribuídos, existindo maiores repercussões sobre o rendimento, o que se reflecte numa assimetria social entre agricultores e regiões (Rodrigo, 2001).

Apesar das medidas agro-ambientais terem sido voluntárias para os agricultores, mas obrigatórias para todos os Estados-Membros, a divergência nos montantes de ajudas fixados contribuiu para as diferentes taxas de adesão dos agricultores às políticas agro-ambientais, referindo-se como exemplo, os elevados montantes de ajudas e prémios pagos aos agricultores austríacos que, desta forma, contribuíam para uma elevada taxa de adesão. A adesão dos agricultores também dependia do envolvimento associativo agrário na definição do conteúdo dos programas agro-ambientais, nomeadamente, na introdução de critérios nas medidas agro-ambientais com interesse e na validade do ponto de vista dos agricultores, facilitando a representatividade dos mesmos (Rodrigo, 2001).

Para os agricultores, a opção por programas com maiores montantes financeiros de ajuda era mais compensadora, provocando por vezes conflitos entre instrumentos da política, como é o caso da reforma OCM, onde as disponibilidades de ajudas com maiores montantes financeiros são superiores. A concessão das ajudas OCM faz-se sob forma de pagamentos por superfície, de ajudas à produção, de ajudas destinadas a favorecer a criação, ou de montantes compensatórios. Para além disso, nas ajudas OCM existia também o financiamento a favor da comercialização das produções, da competitividade das

produções, da constituição e funcionamento de agrupamentos de produtores ou de profissionais do sector agro-alimentar. O abandono de certas produções ou a reconversão de terras e/ou explorações eram igualmente incentivados através de ajudas (Rodrigo, 2001).

## **Síntese (II)**

Na maioria dos países do norte identificam-se debates sociais e políticos em torno das questões ambientais negativas do modelo agrário PAC logo nos finais dos anos 60, os quais se viriam a consolidar-se na década de 70. Ao contrário dos países do sul, a discussão pública acerca das questões ambientais, nos países do norte estava no seu auge, com temas que integravam a degradação de habitats e recursos biológicos e o despovoamento, com o consequente abandono das tradicionais práticas agrícolas extensivas. Desta forma, antes de 1992, os países do norte acabaram por criar a sua política ambiental interna, baseadas nas mudanças sociais com novos estilos de vida e consumo que se observavam (Portela *et al*, 2003).

De notar que a emergência da questão ambiental nas sociedades dos países do norte assenta numa tradição de preservação dos patrimónios naturais e dos aspectos estéticos dos espaços rurais. Países como o Reino Unido e a Holanda apresentam valores sociais que procuram no espaço rural não só um aspecto produtivo mas também um aspecto relacionado com o consumo e pretendem uma regulação ambiental da actividade agrícola. O caso de França contrasta com os casos do Reino Unido e Holanda, em que o espaço rural é visto apenas como um espaço de funções produtivas ligadas a um registo cultural agrário (Portela *et al*, 2003).

Os países do sul caracterizam-se por uma procura do espaço rural ainda recente. A procura relacionada com o espaço rural como reserva natural e aspectos estéticos é ainda muito diminuta. A explicação para este fenómeno ocorre pelo recente processo de industrialização e urbanização, aos quais os países do sul foram sujeitos, em comparação com os países do norte. Daí se depreende o atraso temporal que ocorre entre os países do sul como Portugal, Espanha e Grécia e os países do norte (Portela *et al*, 2003).

Os programas agro-ambientais elaborados pelos países do sul tinham pouca ambição do ponto de vista ambiental devido à fraca expressão da modernização agrícola e à difícil definição dos problemas ambientais específicos destes países. A forma de contornar esta questão, tanto por parte dos poderes políticos como pelos agricultores, foi entender os apoios financeiros ao abrigo das medidas agro-ambientais como uma ajuda ao rendimento, com uma orientação para a melhoria da condição de vida das famílias que praticavam os sistemas agrícolas tradicionais nas regiões afectadas pelo despovoamento (Portela *et al*, 2003).

## Capítulo 2 — Análise da Participação nos Programas Agro-Ambientais na região do Alentejo (NUT II)

Tendo como ponto de partida o exposto no primeiro capítulo, analisa-se agora a implementação das medidas agro-ambientais. Esta análise reporta-se ao período temporal compreendido entre 1994 – 2002, à escala geográfica da Região do Alentejo (NUT II), e baseia-se em informação secundária. Esta informação tem origem em duas fontes: a do Recenseamento Agrícola, publicado pelo INE em 1999, e a dos contratos elaborados entre os agricultores e o Estado português, no âmbito dos Programas Agro-Ambientais nacionais. A informação relativa aos contratos foi cedida pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

O capítulo está organizado em quatro pontos. No primeiro são identificados e caracterizados os principais Sistemas de Produção Agrícolas (SPA) da Região do Alentejo (NUT II) com base em informação do Recenseamento Agrícola de 1999 (INE). No segundo ponto identificam-se as medidas agro-ambientais (MAA) que foram aplicadas naquela NUT II no período compreendido entre 1994 e 2002. No terceiro confrontam-se os SPA e as MAA. Por fim, no quarto ponto e em conclusão tecem-se alguns comentários sobre a adequação das MAA à realidade agrícola da região.

### 1. Os principais Sistemas de Produção Agrícola do Alentejo

Previamente à análise deste ponto importa definir os conceitos utilizados. Temos pois o conceito de Superfície Agrícola Utilizada ao qual adiante nos referiremos sob a sigla SAU, o qual corresponde à *“superfície da exploração que inclui: terras aráveis — limpa e sob-coberto de matas e florestas — horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes”* (INE, 2009). O conceito de Orientação Técnico-Económica, a que nos passaremos a referir apenas pela sigla OTE, corresponde à operação de determinação do *“grau e tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes actividades da exploração (fracções da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma actividade, essa exploração é considerada especializada nessa actividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma actividade, diz-se orientada nessa actividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma actividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas actividades”* (INE, 2009).

Procederemos a uma análise bipartida, considerando por um lado o **número de explorações** em função da NUT II, das sub-regiões (NUT III) e concelhos englobados na Região do Alentejo (NUT II); e por outro lado a **área de SAU** em função dos mesmos referenciais, com o objectivo de apurarmos os principais SPA.

Para o efeito, adoptámos a seguinte metodologia. Tomando por referência os dados constantes nos Quadros do Anexo III — *Número de Explorações e Áreas de SAU segundo OTE na Região do Alentejo NUT II com base no Recenseamento Geral Agrícola de 1999*, apurámos por um lado os principais SPA da Região do Alentejo NUT II e o contributo das respectivas sub-regiões e, apurámos os principais SPA das Sub-Regiões do Alentejo NUT III e o contributo dos respectivos concelhos quanto ao número de explorações. Por outro lado, procedemos a idêntico apuramento numa perspectiva de áreas de SAU. Com a informação obtida identificaremos as principais SPA da Região Alentejo NUT II.

Assim, tendo em conta o **número de explorações**, temos que ao nível da Região do Alentejo NUT II — que se subdivide em quatro sub-regiões NUT III, nomeadamente, o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo — os SPA dominantes por ordem decrescente de importância, correspondem a: a) *Olivicultura* (*nº exp.:7.805*), b) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (*nº expl.:4.545*), c) *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas* (*nº expl.:3.859*) e d) *Policultura* (*nº expl.:3.593*). Vejamos em que medida cada uma das sub-regiões contribui para o grau de importância de cada um dos SPA referidos na NUT II.

Nesta sub-região o que se destaca é o SPA *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas*. O Alto Alentejo destaca-se pelo seu peso (42%) na importância deste principal SPA da NUT II, seguido do Alentejo Central e Baixo Alentejo com contributos menores e idênticos entre ambos. É de realçar o diminuto contributo do Alentejo Litoral quanto ao SPA *Olivicultura*.

Relativamente ao SPA *Ovinos Caprinos e Outros Herbívoros*, as sub-regiões que contribuem por ordem decrescente com um maior número de explorações são o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo com idênticas prestações, seguidos do Alentejo Central e por fim o Alentejo Litoral, que se destaca dos anteriores pelo seu menor contributo.

No que respeita ao SPA *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas* as sub-regiões que detêm um maior número de explorações são o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral, embora com supermacia do Baixo Alentejo, apesar deste SPA ser dominante no Alentejo Litoral.

Por último, o SPA relativo à *Policultura* recebe o seu maior contributo em número de explorações do Alto Alentejo, seguido do Alentejo Central com a proximidade do Baixo Alentejo destacando-se o Alentejo Litoral pelo seu menor contributo.

No que respeita à sub-região, **Alto Alentejo**, e os seus quinze concelhos — Alter do Chão, Arronches, Aviz, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião,

Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte Sôr, Portalegre — os seus principais SPA são: a) *Olivicultura* (*nº expl.:3.313*), b) *Policultura* (*nº expl.:1.347*), c) *Culturas Diversas e Gado* (*nº expl.:1.166*). De que modo os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA supra referidos?

No que respeita ao SPA *Olivicultura*, o mais importante dos concelhos desta sub-região é o de Nisa, com valores substancialmente superiores aos demais, seguido dos concelhos de Portalegre e de Gavião, representando estes três 43% do total das explorações desta sub-região. O concelho de Fronteira apresenta o menor número de explorações equivalente a, aproximadamente, 2% do total das explorações.

No que concerne ao SPA *Policultura*, o qual apresenta valores inferiores a metade do número de explorações do SPA anterior, deve o seu grau de grandeza aos concelhos de Ponte Sôr e Portalegre com realce para Ponte Sôr, perfazendo em conjunto 44% do total de explorações da sub-região. Destaca-se pela negativa o concelho de Monforte com o seu um ponto percentual das explorações desta SPA.

Para finalizar o SPA *Culturas Diversas e Gado*, revela nos concelhos de Portalegre, Nisa e Ponte Sôr a sua maior incidência, sendo que o menor número de explorações se constata ao nível do concelho de Monforte.

Ao nível das sub-regiões, o **Alentejo Central**, composto por catorze concelhos — Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa — os principais SPA são: a) *Olivicultura*, (*nº expl.:2.133*), b) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (*nº expl.:1.198*), c) *Policultura* (*nº expl.:906*) e d) *Culturas Diversas e Gado* (*nº expl.:765*). Apuremos então quais e em que termos os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA acima referidos.

No que respeita ao SPA *Olivicultura* assumem grande parte da representatividade os concelhos de Portel, Alandroal e Estremoz, perfazendo conjuntamente 44% do total das explorações. Considerando a ausência de dados referentes ao concelho de Vendas Novas, relativamente ao qual não nos podemos pronunciar, verificamos ser o concelho Viana do Alentejo, o que menor número de explorações detém.

Quanto ao SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* constatamos que os concelhos de Estremoz e Montemor-o-Novo, seguidos dos concelhos de Évora e Alandroal, todos com valores muito próximos, preenchem a maior fatia deste SPA nesta sub-região. Vendas Novas, exibe os valores mais exíguos.

Consideremos agora o SPA *Policultura*, o qual tal como o SPA anterior, assume uma representatividade inferior a metade da *Olivicultura*, predominante nesta sub-região. Os concelhos de Reguengos de Monsaraz, Estremoz e Évora, todos eles com valores muito

próximos, são os que mais contribuem para o número de explorações neste SPA. Os restantes concelhos apresentam valores correspondentes a aproximadamente metade do número de explorações dos três concelhos acima indicados, com excepção de Viana do Alentejo e Vila Viçosa que apresentam valores mais baixos.

Para finalizar o SPA *Culturas Diversas e Gado*, deve a sua representatividade à generalidade dos concelhos onde se destacam pela positiva o concelho de Montemor-o-Novo, o qual apresenta o maior número de explorações e pela negativa, o concelho de Vendas Novas pelo seu menor número.

Ao nível das sub-regiões, o **Baixo Alentejo**, composto por treze concelhos — Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira — os principais SPA são: a) *Olivicultura*, (*nº expl.:2.143*), b) *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* (*nº expl.:1.791*), c) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (*nº expl.:1.461*). Vejamos em que medida os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA ora referidos (ver Quadro D do Anexo III).

Relativamente ao SPA *Olivicultura* são muito importantes os concelhos de Serpa e Moura, especialmente o de Serpa, sendo que conjuntamente, contribuem com cerca de 69% do número de explorações, apresentado Castro Verde um valor meramente simbólico de número de explorações.

Quanto ao SPA *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* exhibe o concelho de Beja a maior percentagem, cerca do dobro do concelho que mais se lhe aproxima, o de Ferreira do Alentejo, seguido do de Aljustrel, os quais em conjunto representam 67% do total de explorações deste SPA. Surge documentado neste SPA, no concelho de Barrancos com uma única exploração.

Por último o SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros*, apresenta a sua dominância nesta sub-região nos concelhos de Mértola Ourique e Serpa com uma representatividade em conjunto de 50% do valor total de explorações deste SPA. Cuba dá o seu menor contributo.

Ao nível das sub-regiões, o **Alentejo Litoral**, composto por cinco concelhos — Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines — os principais SPA são: a) *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* (*nº expl.:938*), b) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (*nº expl.:834*), c) *Policultura* (*nº expl.:463*) e d) *Agricultura Geral e Herbívoros* (*nº expl.:436*). Vejamos em que medida os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA ora referidos.



Quanto ao SPA *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* são especialmente importantes os concelhos de Alcácer do Sal e Odemira os quais, conjuntamente, contribuem com cerca de 67% do número de explorações, apresentado Sines o humilde contributo de 4%.

Relativamente ao SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* constatamos que os concelhos de Odemira, Grândola e Santiago do Cacém, contribuindo cada um deles com cerca de 30% de número de explorações, representam o núcleo duro desta sub-região, sendo de notar o fraco contributo de Sines.

Passemos de seguida ao SPA *Policultura*, o qual representa nesta sub-região cerca de metade do anterior, deve a sua importância aos concelhos de Odemira e Santiago do Cacém ambos com igual peso, sendo que a soma do número de explorações de Grândola, Alcácer do Sal e Sines pouco ultrapassa o número de explorações Odemira, onde se destaca de novo pela negativa Sines.

Por último o SPA *Agricultura Geral e Herbívoros*, no qual o concelho de Odemira assume mais de metade do total das explorações, seguido de longe pelos concelhos de Santiago do Cacém e Alcácer do Sal em que desta feita assume o último lugar o concelho de Grândola.

Posto isto, na óptica da metodologia acima enunciada, consideraremos agora as **áreas de SAU** para apuramento das principais SPA em função da Região do Alentejo NUT II, respectivas NUT III e seus concelhos.

Desta forma, tendo em conta a área de SAU, temos que ao nível da Região do Alentejo NUT II os SPA dominantes por ordem decrescente de importância, correspondem a: a) *Agricultura Geral e Herbívoros* (SAU:386.248 ha), b) *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas* (SAU:316.451 ha), c) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (SAU:268.760 ha). Vejamos em que medida cada uma das sub-regiões contribui para o grau de importância de cada um dos SPA referidos na NUT II.

No que respeita a *Agricultura Geral e Herbívoros*, é de realçar, que o Baixo Alentejo dá o maior contributo seguido muito próximo pelo Alentejo Central e um pouco mais distante pelo Alto Alentejo; o Alentejo Litoral dá o seu menor contributo para o principal SPA da NUT II.

Quanto ao SPA *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas*, a sub-região do Baixo Alentejo marca uma posição preponderante com os seus marcantes 52% do total de áreas SAU, distanciando-se assim das restantes sub-regiões, todas elas equivalentes entre si, exibindo o Alto Alentejo a menor área de SAU.

Por último o SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* é aquele que apresenta uma maior uniformidade de distribuição de áreas de SAU, verificando-se ainda assim que no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo existe uma ligeira vantagem em relação ao Alentejo Central e Litoral, este último com o menor valor.

Ponderemos agora os valores que nos são transmitidos pelos Quadros do Anexo III ao nível das sub-regiões.

No caso do **Baixo Alentejo**, os principais SPA por áreas de SAU são a) *Cereais e Plantas Oleo./Proteaginosas* (SAU:165.908 ha), b) *Agricultura Geral e Herbívoros* (SAU:126.473 ha), e c) *Policultura* (SAU:76.515 ha). Vejamos em que medida os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA indicados.

Em relação ao SPA *Cereais e Plantas Oleo./Proteaginosas*, o concelho de Beja assume a posição no pódio, destacado dos dois concelhos que apresentam as segundas maiores áreas — Aljustrel e Ferreira do Alentejo — as quais, ainda que somadas não perfazem o valor total deste concelho preponderante do Baixo Alentejo. De salientar a inexistência de dados sobre Barrancos

Quanto ao SPA *Agricultura Geral e Herbívoros*, destaca-se o concelho de Mértola, secundado pelo de Castro Verde, os quais se distanciam dos demais, onde assume menor papel o concelho de Cuba, se bem que não disponhamos de dados sobre Barrancos.

Finalmente o SPA *Policultura* no qual assume o maior papel no concelho de Serpa, seguindo, a alguma distância, do concelho de Moura. Todos os outros, com excepção do de Vidigueira, que se apresenta na terceira posição, denunciam valores muito semelhantes, com exclusão de Barrancos cuja contribuição não é nada significativa, à semelhança das suas prestações nas restantes SPA.

Relativamente ao **Alentejo Central**, os principais SPA por áreas de SAU são a) *Agricultura Geral e Herbívoros* (SAU:117.172 ha), b) *Bovinos para Gado/Carne* (SAU:80.042 ha), c) *Policultura* (SAU:76.609 ha) e d) *Cereais e Plantas Oleo./Proteaginosas* (SAU: 62.530 ha). Assim de que modo os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA indicados.

Relativamente ao SPA *Agricultura Geral e Herbívoros*, o concelho de Évora com um peso de 20% para o total de áreas de SAU, seguido do de Montemor-o-Novo com 15% e por Arraiolos com 12% dão o seu maior contributo para este SPA.

Em relação ao SPA *Bovinos para Gado/Carne*, o concelho de Montemor-o-Novo destaca-se em relação aos demais, apenas secundado pelo concelho de Évora, perfazendo em conjunto 50% do total de área de SAU. Todos os restantes dão contributos similares, sendo de notar a inexistência de dados sobre o concelho de Borba e Sousel.

No que respeita ao SPA *Policultura* deve a sua maior importância ao concelho de Évora. O concelho que mais se lhe aproxima em valores corresponde ao de Reguengos de Monsaraz o qual apresenta áreas pouco superiores a metade dos valores daquele. O concelho de Vila Viçosa, exhibe a menor prestação não alcançando o ponto percentual.

Por fim, o SPA *Cereais e Plantas Oleo./Proteaginosas* no qual se destaca de novo o concelho de Évora seguido de longe pelos concelhos de Reguengos de Monsaraz, Portel, Montemor-o-Novo e Arraiolos, sendo que, apenas a soma dos valores apresentados pelos quatro concelhos ultrapassa o contributo dado pelo concelho de Évora. É de notar o fraco contributo de Borba.

No **Alto Alentejo**, os principais SPA por áreas de SAU são a) *Agricultura Geral e Herbívoros* (SAU:79.983 ha), b) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (SAU:76.081 ha), c) *Bovinos para Gado/Carne* (SAU:74.351 ha). Analisemos então em que medida os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA indicados.

Quanto ao SPA *Agricultura Geral e Herbívoros* apesar dos seus catorze concelhos, identificamos três, Monforte, Elvas e Ponte Sôr, os quais, conjuntamente, assumem um peso de 54% do valor total da área de SAU, e em que o concelho de Marvão assume a última posição com um contributo simbólico.

Relativamente ao SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* constatámos a existência de dois concelhos primordiais, o de Ponte de Sôr e Crato, apresentando todos os restantes concelhos contributos uniformes, mas muito inferiores ao dos dois acima indicados, sendo evidente o fraco contributo de Campo Maior nesta SPA.

Por último, o SPA *Bovinos para Gado/Carne* deve a sua importância às prestações conjuntas, e que enumeramos por ordem decrescente do concelho de Elvas, Monforte, Portalegre e Alter do Chão. De notar que não dispomos de dados para apreciar a posição de Campo Maior e Gavião.

Por seu turno, no **Alentejo Litoral**, os principais SPA por áreas de SAU são a) *Agricultura Geral e Herbívoros* (SAU:62.620 ha), b) *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* (SAU:54.749 ha), c) *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas* (SAU:49.924 ha). Importa agora apreciar de que modo os concelhos desta sub-região contribuem para o grau de importância de cada um dos SPA indicados.

Quanto ao SPA *Agricultura Geral e Herbívoros* o mais relevante dos concelhos é o de Alcácer do Sal seguido do de Odemira representando ambos cerca de 70% da área de SAU, dando Sines e Grândola os menores contributos para o total da área de SAU.

Relativamente ao SPA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros* verificamos que os concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Odemira, contribuem cada um deles com aproximadamente 30% de área de SAU, representando em conjunto praticamente a área total de SAU deste SPA nesta sub-região, em que realça a fraca contribuição de Sines.

Para finalizar o SPA *Cereais e Plantas Oleo./ Proteaginosas*, deve a sua importância aos concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira com predominância de Alcácer do Sal a que corresponde 40% do total da área de SAU, sendo que a soma da área de SAU

dos concelhos de Grândola e Sines não atinge sequer metade o valor de cada um dos restantes concelhos, correspondendo a Sines o valor mais baixo.

Temos pois que constituindo a *Olivicultura* o principal SPA da Região do Alentejo NUT II, a mesma apenas se identifica como tal, se considerarmos o número de explorações que a tal se dedicam. Efectivamente, se atentarmos na área de SAU, a *Olivicultura* perde importância ganhando preponderância a *Agricultura Geral e Herbívoros*.

## **2. Aplicação de medidas agro-ambientais na região do Alentejo no período 1994 a 2002.**

Passemos então à identificação das MAA aplicadas na Região do Alentejo (NUT II) durante o período compreendido entre 1994 e 2002. Para o efeito, adoptámos dois referenciais, a saber: o número de contratos realizados, que corresponde ao **número de chefes de exploração** que aderiu a cada uma das MAA, e o **número de hectares de SAU ou de Cabeças Normais (CN)** abrangidas por cada uma das MAA analisadas.

Para alcançar este objectivo, elaborámos com base na informação secundária os Quadros de A a H, que constituem o Anexo V, e que servirão de base de trabalho. Importa realçar que na elaboração dos quadros apenas se consideraram as MAA efectivamente aplicadas e implementadas. Com efeito, são muitas as medidas disponíveis — conforme resulta do teor do Anexo IV — mas que não foram contratadas, sendo que o apuramento das razões para tal, aqui não será abordado, embora as possamos enunciar, designadamente: a) os níveis reduzidos de escolaridade dos agricultores, b) a elevada faixa etária dos mesmos, c) a inexistência de condições de elegibilidade nas explorações, d) o desconhecimento do tipo de apoio e sua forma de implementação, e) falta de informação e apoio técnico nas candidaturas, entre outros.

Na elaboração dos Quadros constantes do Anexo V, adoptámos a seguinte metodologia: Quadro A com discriminação das MAA aplicadas, sua distribuição e cálculo percentual por anos com apuramento de totais; Quadro B com distribuição das MAA por grupos e épocas dos programas agro-ambientais; Quadro C com indicação dos números de contratos renovados; Quadro D a G com a aplicação de cada MAA por sub-região NUT III em termos de área e CN; Quadro H com a aplicação de cada MAA por sub-região NUT III em termos de números explorações.

Posto isto, atendendo aos dados disponíveis, concluímos que no período de 1994 a 2002 foram celebrados 8661 contratos<sup>19</sup>, nos quais estão incluídas 404 renovações<sup>20</sup>. Assim sendo, foram realizados pela primeira vez 8.257 contratos<sup>18</sup> em que as medidas agro-ambientais mais implementadas, considerando toda a época de 1994 a 2002, foram a) *Protecção Integrada das Culturas* com 2.054 contratos, b) *Sistemas Forrageiros Extensivos* com 2.016 contratos, c) *Olival Tradicional* com 1.678 contratos, d) *Montado de Azinho* com 843 contratos e e) *Agricultura Biológica* com 500 contratos.

Todavia, no ano de 1994, no início da época em apreço, a medida *Olival Tradicional* foi a mais implementada (42,2%), repetindo o seu sucesso em 1995 (48,3%) e em 1997 (44,0%). Por seu turno, a medida *Protecção Integrada das Culturas* foi a mais implementada nos anos 1996 (41,3%), 2001 (48,3%) e 2002 (56,4%). Nos anos 1998 e 1999 a medida com maior número de contratos foi a *Sistemas Forrageiros Extensivos*, respectivamente, com as percentagens de 40,9% e 31,2%. Em 2000, a medida com maior percentagem de contratação (90,7%) foi *Plano Zonal de Castro Verde*. Esta alta percentagem justifica-se, por um lado, pelo reduzido número de contratos realizados nas restantes medidas que anteriormente já tinham sido contratadas e cuja implementação se encontrava a decorrer, e por outro lado, pelas alterações realizadas no segundo programa agro-ambiental que proporcionou melhores condições para a eleição desta medida, por parte dos beneficiários.

De notar que, as medidas mais implementadas foram também aquelas que obtiveram mais renovações<sup>19</sup>, decorrido o tempo de duração dos contratos (5 anos). O facto de não se dispor de informação após 2002 impossibilita a avaliação do grau de renovação das medidas *Plano Zonal de Castro Verde*, *Produção Integrada*, *Hortas do Sul*, e das medidas de Melhoramento do Solo e Luta contra a Erosão, pois as primeiras implementações foram realizadas a partir de 1999.

Analisemos então ao nível da Região do Alentejo NUT (II) das sub-regiões (NUT III) e dos concelhos, considerando o número de explorações, em que termos foram implementadas as MAA. Para o efeito, tomaremos em conta a informação constante dos Quadros H e I do Anexo V.

Do Quadro H e do Anexo V, resulta que na Região Alentejo NUT II, no período de 1994 a 2002, foram aplicadas MAA a 6340 explorações embora se tenham celebrado 8661 contratos.

---

<sup>19</sup> Ver Anexo V (Quadro A)

<sup>20</sup> Ver Anexo V (Quadro C)

Porém analisemos exclusivamente em termos de número de explorações por MAA, servindo-nos para o efeito do Quadro I do Anexo V.

Assim sendo, a MAA mais aplicada na Região Alentejo NUT II foi a *Sistemas Forrageiros Extensivos*, com o total de 1.872 explorações, aproxima-se-lhe a MAA *Protecção Integrada* com 1.719 explorações, seguidas da MAA *Olival Tradicional* com 1.556 explorações.

Ao nível das sub-regiões e seus concelhos, de que modo o **número de explorações**<sup>21</sup>, reflecte a forma de implementação e aplicação das MAA?

A sub-região NUT III **Alto Alentejo**, considerando o Quadro H do Anexo V, apresenta o maior número de explorações (2.263) com 35,7% do total de beneficiários das MAA. Nesta sub-região destaca-se o concelho de Nisa com 673 explorações (29,7%), seguido do de Portalegre com 425 explorações (18,8%) assumindo todos os restantes prestações similares, todas inferiores a dez pontos percentuais, com Gavião apenas com 4 explorações beneficiárias das MAA. Nesta NUT III a MAA que maior expressão assumiu pelo número de explorações que a ela aderiram foi o *Olival Tradicional* com 1.444 explorações, secundada pela MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos* apenas com 483 explorações.

A sub-região NUT III **Baixo Alentejo**, em termos de número de explorações<sup>20</sup>, com os seus 30,1%, correspondentes a 1906 explorações, assume a segunda posição. O concelho de Moura (19,4%), seguido de perto pelo de Serpa (17%), dão o seu maior contributo. O concelho da Vidigueira, com os seus 13,1% é o único entre os demais concelhos desta sub-região que ultrapassa os dois dígitos percentuais, apresentando o concelho de Alvito a menor contribuição. A MAA que maior relevância teve pelo número de explorações<sup>22</sup> que a ela aderiram foi o *Sistemas Forrageiros Extensivos* com 630 explorações, seguida pela MAA *Protecção Integrada* com 434 explorações e a MAA *Montado de Azinho* com 275 explorações.

A sub-região NUT III **Alentejo Central**, considerando número de explorações<sup>20</sup>, exhibe valores muito próximos da sub-região anterior, pois que o seu número de explorações (1838) equivalente a 29% do total de explorações. Nesta sub-região realça o concelho de Portel com 234 explorações (20,3%). O que mais se lhe aproxima com 272 explorações (14,8%) é o de Reguengos de Monsaraz. Os restantes concelhos, apresentam todos percentagens inferiores a 10%, apesar do de Évora apresentar 179 explorações que equivalem a 9,7% do total, seguido do de Borba com 8,5%. A MAA primordial é a *Protecção*

---

<sup>21</sup> Ver Anexo V (Quadro H)

<sup>22</sup> Ver Anexo V (Quadro I)

*Integrada* com 1095 explorações<sup>21</sup>, a qual se destaca da segunda maior MAA que é o *Sistema Forrageiros Extensivos* com 511 explorações.

A sub-região NUT III **Alentejo Litoral**, contribui apenas com 333 explorações<sup>20</sup> (5,3%) do total. Para tal valor concorre, essencialmente, o concelho de Odemira com 112 explorações (33,6% do total da sub-região). Dos restantes quatro concelhos, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém têm idênticos contributos (25,2% e 23,7%), com Grândola a apresentar cerca de metade dos valores destes e Sines com a menor representatividade. Nesta NUT III a MAA que assume papel preponderante, considerando o número de explorações<sup>23</sup> que lhe aderiram é a *Sistemas Forrageiros Extensivos* com 265 explorações, representando 66%.

Importa agora apurar ao nível da Região do Alentejo NUT (II) das sub-regiões (NUT III) e concelhos, em termos de **área de aplicação**, de que forma foram implementadas as MAA. Para o efeito valer-nos-emos dos Quadros D, E, F e G. Dos dados constantes dos mesmos, resulta que na Região Alentejo NUT II, no período de 1994 a 2002, as MAA foram aplicadas numa área total de 399.526,54 ha.

Vejamos então ao nível das sub-regiões e seus concelhos, em termos de **área de aplicação e CN**<sup>24</sup>, o modo como foram implementadas e aplicadas as MAA.

A sub-região NUT III **Baixo Alentejo**, na época de 1994 a 2002, destacou-se pela maior incidência das MAA, com uma aplicação em 140.685,30 ha, sendo porém largamente ultrapassada pelo Alto Alentejo e pelo Alentejo Central, se atentarmos apenas nas MAA cuja unidade de medida corresponde a CN e não a hectares.

Entre as MAA que mais contribuem para o total da área, nesta NUT III na época em apreço, identificamos a MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos* com uma área de aplicação de 47.633,82 ha, seguida da de *Montado de Azinho* com 22.710,24 ha.

Em que medida os concelhos desta sub-região, em termos de área de aplicação das MAA, deram o seu contributo para os dados acima indicados?

Para a MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos*, o maior contributo provém do concelho de Mértola representando cerca de 23% do valor total da área, distanciado dos concelhos que mais se lhe aproximam Moura e Ourique cada um com um contributo para o total, respectivamente, de 14% e 11%. O concelho de Beja também apresenta algum peso, mas com pouca expressividade embora se destaque dos demais concelhos.

---

<sup>23</sup> Ver Quadro V (Quadro I)

<sup>24</sup> Ver Anexo V (Quadros D, E, F e G)

Quanto à MAA de *Montado de Azinho* os concelhos de Moura e Barrancos assumem papéis primordiais, constituindo a soma de ambos cerca de 61% da área total, sendo notória a irrisória contribuição de Aljustrel.

A sub-região NUT III **Alentejo Central**, apresenta uma aplicação de MAA com a área total de 125.699,05 ha. Na perspectiva da unidade de medida CN, esta sub-região fica aquém dos valores apresentados pela NUT III Alto Alentejo.

Para o total da unidade hectares desta NUT III, a MAA que mais releva é a *Sistemas Forrageiros Intensivos* com uma área de aplicação de 61.086,57 ha (49%) seguida com distanciamento pela MAA de *Montado de Azinho* com 33.174,02 ha (23%).

No que respeita à MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos*, assumem papel preponderante os concelhos de Évora e Montemor-o-Novo, juntos com um peso de 43%. Os concelhos de Mourão e Alandroal, embora com prestações mais humildes, contribuem cada um com percentagens na ordem dos 9% e 8%. Borba é o concelho com a menor representatividade.

Em relação à MAA de *Montado de Azinho* o concelho de Arraiolos (26%) assume a posição de líder, com vantagem em relação ao seu mais próximo seguidor, Montemor-o-Novo (16%). Não dispondo de dados sobre Vendas Novas, Sousel e Borba são os concelhos com menor contributo.

Na sub-região NUT III **Alto Alentejo**, a área de aplicação de MAA totaliza 111.502,42 ha. Todavia esta sub-região — tal como se depreende dos comentários anteriormente tecidos — tem a maior importância, considerando a unidade de medida CN na NUT II.

Entre as MAA, a que mais contribui para o total da área, nesta NUT III é a MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos*, com uma área de aplicação de 56.320,63 ha.

Qual o desempenho dos concelhos nesta sub-região em termos de área de aplicação da MAA acima mencionada? A MAA *Sistemas Forrageiros Extensivos*, deve o seu sucesso primordialmente ao concelho de Monforte (24%) ladeado pelo concelho de Elvas (22%). Os concelhos de Portalegre e Crato são os que mais se lhe aproximam com cerca de 10% cada um. Não dispomos de informação no concelho de Gavião, contudo Marvão consta com uma ínfima participação.

A sub-região NUT III **Alentejo Litoral**, apresenta a contribuição mais modesta em termos de aplicação de MAA por hectare, com os seus apenas 21.639,77 ha. Igual acanhamento constatamos se tomarmos por referência a unidade de medida correspondente a CN, sendo a sub-região com menores valores da NUT II.

Nesta sub-região, a MAA que se destaca das demais, com 63% de peso no valor total é a *Sistemas Forrageiros Extensivos*, com uma área de aplicação de 18.400,90 ha.



Esta sub-região com os seus apenas cinco concelhos, vê os de Alcácer do Sal e de Odemira assumirem a liderança respectivamente com 33% e 30% do valor total de área que contribuem para esta MAA, seguidos de próximo pelo de Santiago do Cacém (20%) e Grândola (13%). Denuncia-se, no entanto, Sines pela sua menor participação.

### 3. Sistemas de produção agrícola e medidas agro-ambientais — Um confronto ao nível da região do Alentejo

Concretizada a identificação dos principais sistemas produtivos à escala da NUT II e das NUT III do Alentejo, iremos neste ponto confrontar essa informação com as principais medidas agro-ambientais contratadas. Para tal servimo-nos dos dois referenciais em que tem assentado o nosso estudo: o número de explorações e as unidades de medida hectares e CN.

Parece-nos, no entanto, pertinente mencionar que ao nível da Região Alentejo NUT II, se considerarmos antes o referencial **número de contratos** celebrados pelos beneficiários das MAA, a *Protecção Integrada* é a medida agro-ambiental mais implementada (Ver Quadro A, Anexo V). Esta medida não é vocacionada para nenhum SPA em concreto, mas é a mais abrangente – daí o elevado número de contratos - representando um complemento dirigido a diversos SPA, designadamente, Fruticultura, Viticultura, Horticultura e Policultura. Com efeito, estão entre as condições de elegibilidade a exploração de áreas mínimas de fruticultura, vinha, olival e horticultura (horto-industrial, ar livre, estufa). Pretende-se com esta medida a utilização de produtos fitofarmacêuticos de uma maneira regrada, com o objectivo de preservação dos organismos auxiliares de controlo de pragas. Esta MAA acaba por representar assim, uma racionalização do uso dos fitofarmacêuticos, fazendo parte dessa mesma racionalização a luta química aconselhada e a produção integrada. (PDR, 1999).

Portanto, podemos concluir que também existe uma relação de complementaridade entre o principal SPA - *Olivicultura* - e a MAA *Protecção Integrada*. Apesar da *Protecção Integrada* se apresentar como a medida com maior número de explorações, não é a medida com a maior impacto em termos de área (hectares) de aplicação na Região do Alentejo NUT II.

A segunda medida mais contratada, com 2.016 contratos incluindo 78 renovações, corresponde a *Sistemas Forrageiros Extensivos*. Esta MAA está vocacionada para o apoio ao segundo e terceiro SPA com maior importância na Região Alentejo NUT II - *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros e Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas*.

A terceira medida *Olival Tradicional*, apesar de ser uma das mais contratadas com 1.562 contratos e 116 renovações, é uma medida com reduzida área de implementação comparada com as medidas anteriormente referidas.

Posto isto, regressando aos nossos referenciais, designadamente, na óptica do número de explorações, temos que a Região do Alentejo NUT II, considerando todas as SPA, tem o valor global de 35.906 explorações (ver Quadro A, Anexo V). Vejamos pois, qual o número de explorações que aplicaram as medidas. Atentando no Quadro H do mesmo anexo, verificamos a existência de um total de 6340 explorações beneficiárias das MAA. Concluimos portanto, que na Região Alentejo NUT II apenas 17,7% das explorações foram beneficiárias dos programas agro-ambientais na época em apreço.

Apuremos neste universo o papel de cada uma das sub-regiões NUT III considerando as principais SPA, tanto do ponto de vista do número de explorações como do ponto de vista das áreas, e as principais MAA em igual óptica, ou seja, tendo em linha de conta as unidades de medida (área e CN) e o número de explorações.

No que respeita ao **Alto Alentejo**, em face dos dados anteriormente compilados, constatamos que tendo em conta o número de explorações, a SPA de maior importância é a *Olivicultura* e que a MAA mais aplicada, considerando igualmente o número de explorações, é a *Olival Tradicional*. Tomando ainda este referencial — número de explorações — a MAA de *Sistema Forrageiros Extensivos* é a segunda principal medida aplicada, embora com valores muito inferiores à da *Olival Tradicional*.

Porém, alcançaremos conclusões muito diferenciadas se tomarmos por referência a unidade de medida área (hectare), em que nesta sub-região, a SPA predominante passa a ser a *Agricultura Geral e Herbívoros* seguida da MAA *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros*, e em que a MAA principal passa a ser os *Sistemas Forrageiros Extensivos*.

Quanto ao **Baixo Alentejo**, verificamos que com base no número de explorações, a SPA de maior importância é a *Olivicultura* e que a MAA mais aplicada, é a *Sistema Forrageiros Extensivos*. Ainda neste referencial, a MAA de *Protecção Integrada* é a segunda principal medida aplicada, seguida da MAA *Montado de Azinho*.

De novo alcançaremos diferentes conclusões se tomarmos por referência a unidade de medida área (hectare). Neste caso, a SPA predominante passa a ser a *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* seguida das SPA *Agricultura Geral e Herbívoros* e *Policultura*. Com base nas áreas MAA principal passa a ser a *Sistemas Forrageiros Extensivos* secundada pela MAA *Montado de Azinho*.

Relativamente ao **Alentejo Central**, por número de explorações, a SPA com maior representatividade é a *Olivicultura* e as MAA mais aplicadas, são a *Protecção Integrada* e a *Sistema Forrageiros Extensivos*. Contudo, por unidade de medida área (hectare),

apuraremos diferentes SPA e MAA. Com efeito, os principais SPA passaram a ser o *Agricultura Geral e Herbívoros*, o *Bovinos para Gado/Carne*, o *Policultura* e o *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* e as MAA principais as *Sistemas Forrageiros Extensivos* seguida da *Montado de Azinho*.

No caso do **Alentejo Litoral**, seguindo a mesma lógica aplicada nas sub-regiões anteriores, a SPA com maior relevância por número de explorações, é a *Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas* e que a MAA mais aplicada, a *Sistema Forrageiros Extensivos*.

Porém considerando o referencial área, a principal SPA corresponderá à *Agricultura Geral e Herbívoros* seguida da *Ovinos, Caprinos e Outros Herbívoros e da Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas*. Por seu turno a MAA com maior representatividade em termos de área é a *Sistemas Forrageiros Extensivos*. Sendo a *Protecção Integrada* a segunda principal medida aplicada, seguida da MAA *Montado de Azinho*.

## Conclusão

Em face dos pontos anteriores, e com base nos dois referenciais — número de explorações e áreas (hectares) — concluímos o seguinte: do total dos SPA ao nível da Região do Alentejo NUT II, apenas 6340 explorações (17,7%) celebraram contratos para aplicação das MAA o que representa 20,8% dos hectares utilizados em relação aos hectares totais dos SPA.

Ao nível das sub-regiões NUT III, considerando os mesmos referenciais, analisemos as que contribuem para o resultado da Região Alentejo NUT II.

No caso do **Alentejo Litoral** que representa 15,9% dos SPA da região e 5,3% das MAA, foram celebrados contratos para implementação das MAA em 333 explorações (5,9%) o que representa 7% dos hectares utilizados em relação aos hectares totais dos SPA.

Em relação ao **Alto Alentejo** que representa 31,2% dos SPA da região e 35,7% das MAA, foram celebrados contratos para implementação das MAA em 2263 explorações (20,2%) o que representa 24,6% dos hectares utilizados em relação aos hectares totais dos SPA.

Relativamente ao **Alentejo Central** que representa 25,6% dos SPA da região e 29% das MAA, foram celebrados contratos para implementação das MAA em 1838 explorações (20%) o que representa 22,2% dos hectares utilizados em relação aos hectares totais dos SPA.

Por fim, no **Baixo Alentejo** que representa 27,4% dos SPA da região e 31,1% das MAA, foram celebrados contratos para implementação das mesmas em 1906 explorações (19,4%) o que representa 23% dos hectares utilizados em relação aos hectares totais dos SPA.

Em face do referido, importaria ponderar a adopção de critérios a utilizar. Afigura-se-nos que o critério definido pela medida área (hectare) será muito mais representativo da realidade da região.

Com efeito, se apurarmos a média das áreas do SPA relativos à *Agricultura Geral e Herbívoros* — a qual aparece como principal no critério **área** — encontraremos uma área média de 331 ha, ao invés dos 7,6 ha que encontraremos na *Olivicultura* — principal SPA sob o critério **número de explorações**.

A *Olivicultura*, apesar de se apresentar como primordial em termos de número de explorações, é muito pouco expressiva em termos de área, motivo pelo qual perde significado nas MAA. Nestas é privilegiado o factor área, de modo que a MAA com mais preponderância é a *Sistemas Forrageiros Extensivos*, orientado para as SPA *Agricultura*

*Geral, Cereais e Plantas Olea./Proteaginosas e Bovinos para Gado/Carne.* Desta forma a *Agricultura Geral e Herbívoros*, é o principal SPA da Região do Alentejo NUT II.

É também com base no critério definido pela medida área (hectare), que concluiremos que em Portugal, concretamente no Alentejo, as explorações de maior tamanho são as que mais participam nos programas agro-ambientais. Efectivamente, alcançaremos resultados muito diferentes se considerarmos o número de contratos que aplicam as MAA ou se considerarmos as áreas em que foram aplicadas as medidas referidas a esses contratos.

Assim, atentando nos dados constantes no Recenseamento Geral da Agricultura 1999, temos que para o número total de explorações da Região do Alentejo (35.906), corresponde um total de contratos celebrados nesta NUT II de 8.527. Seleccionámos para a nossa análise o número de explorações com áreas iguais ou superiores a 100 ha, e identificámos o número de contratos que lhes correspondeu, equivalente a 957. Temos pois que nestas grandes explorações ( $\geq 100$  ha) o número de contratos celebrados, em termos de percentagem, corresponde apenas a 12% do total dos mesmos.

A conclusão diferente chegaremos, se tomarmos por referência a área (hectare) das explorações. Com efeito, se considerarmos o valor total das áreas dos SPA do Alentejo (1.924.044 ha) e atentarmos no total das áreas em que as medidas foram aplicadas (399.526,54 ha), seleccionando de novo entre os dados constantes no Recenseamento Geral da Agricultura 1999, a área correspondente às explorações iguais ou superior a 100 ha, e identificarmos a área em que essas medidas foram efectivamente aplicadas (222.640,60 ha), temos que as mesmas foram aplicadas em cerca de 56% do total da área.

Logo, concluímos que as explorações agrárias de maior dimensão — no caso com área igual ou superior a 100 ha — são as que maior expressividade apresentam; o que considerando a estrutura da propriedade na região do Alentejo dominada pelas grandes explorações, poderá ter um impacto positivo na salvaguarda dos imperativos da ordem ambiental subjacentes à implementação das mesmas. Do ponto de vista do Desenvolvimento Rural, a predominância da implementação das MAA nas maiores explorações, poderá revelar-se como um reforço da estrutura já existente nesta Região de Portugal uma vez que é acalentada pela aplicação de MAA que as consolidam economicamente.

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia Referenciada:

- Avillez, Francisco. (1997) *“Reforma da PAC: Evolução e Principais Implicações para a Agricultura e o Mundo Rural Português”* Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa. Documento de trabalho Nº 5
- Cordovil, Francisco *et al* (2003) *“A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia – Factos e políticas, futuro e opções”*, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Cascais, Principia.
- Cunha, Arlindo (2004), *“A Política Agrícola Comum na Era da Globalização”*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas (2009), *“ Base de dados de Medidas Agro-Ambientais Região do Alentejo NUT II de 1994 a 2002”*, Base de dados facultada em *Ficheiro Excel* pelo IFAP, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *“Recenseamento Geral da Agricultura 1999”*. Acedido em 15 de Novembro de 2009, em: <http://www.ine.pt>.
- Madeira, J.P.L. (2008), *“A Política Agrícola Comum e o Percorso dos Sistemas de Agricultura de Sequeiro no Sul do Baixo Alentejo”*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (1994). *“Medidas Agro-Ambientais”* Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural – IEADR. MADRP, Lisboa.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (1998). *“Medidas Agro-Ambientais – Novo Programa de Aplicação em Portugal Continental, Épocas de 1998 e 1999”*, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural. MADRP, Lisboa.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (1999). “*Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006*”, versão revista 14/03/2000. MADRP, Lisboa.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2000). “*Medidas Agro-Ambientais - Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)*”, 1ª edição, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. MADRP, Lisboa.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2002). “*Medidas Agro-Ambientais - Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)*”, 2ª edição, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural. MADRP, Lisboa.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2009) “*Legislação Europeia e Nacional*”. Acedido em 23 de Maio de 2009: <http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/legislacao/pesquisa/resultado>

Portela, J.; Caldas, J. C (2003), “*Portugal Chão*”, Oeiras, Celta Editora.

Regulamento (CE) Nº 2078/1992 do conselho de 30 de Junho de 1992. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* L 215 de 30/07/1992 (pp.85-90).

Regulamento (CE) Nº 1257/1999 do conselho de 17 de Maio de 1999. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* L 160 de 26/06/1999 (pp.80-102).

Regulamento (CE) Nº 2603/1999 da comissão de 9 de Dezembro de 1999. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* L 316 de 10/12/1999 (pp.26-30).

Regulamento (CE) Nº 1698/2005 do conselho de 20 de Setembro de 2005. *Jornal Oficial da União Europeia* L 227 de 21/10/2005 (pp.1-40).

Rodrigo, Isabel (2001), “*Política Agro-Ambiental*”, Comunicação apresentada no I Congresso de Estudos Rurais, Vila Real. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural – Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

## **Bibliografia Consultada:**

- Aviliez, Francisco (1997), "*A Agricultura Portuguesa face à Agenda 2000*". Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa. Documento de trabalho N° 12.
- Anderson, Alistair R.; L. Jack, Sarah (2002) "*The articulation of social capital in entrepreneurial networks: a glue or a lubricant?*", Scotland, Entrepreneurship & regional development, 14, pp (193-210).
- Arnalte, Eládio *et al.* (1998), "*El desarrollo rural: Políticas aplicadas, situación actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo*", Parlamento Europeu, Serie Agricultura, Montes y Desarrollo Rural, AGRI – 106, Documento de trabalho.
- Arnalte, Eládio (2002), "*PAC y Desarrollo Rural: Una relación de Amor-Odio*", ICE – Globalizacion y Mundo Rural, Nr 803 (pp.45-60)
- Arnalte, Eládio (2002), "*Ajuste estructural y cambios en los modelos productivos de la agricultura española*" – Departamento de Economía y ciencias Sociales. Universidad Politécnica de Valencia.
- Atance, I.M.; Bardají I. A. (2004) "*Relevancia de los Programas Agro-Ambientales en la conservación de las estepas cerealistas*", V Congresso de Economía Agrária, Santiago de Compostela, Espanha.
- Baptista, F.O. (2001) "O espaço e o rural", Oeiras, Celta Editora
- Baptista, F.O.; Arnalte, E. (2008) "*Producción Agraria, Gestión Ambiental y Transición Rural*" Papeles de Economía Española, N° 117 – Economía AgroAlimentaria. Nuevos Enfoques y Perspectivas (pp.180-190).
- Caballero, R. (2007), "*High Nature Value (HNV) Grazing Systems in Europe: A Link between biodiversity and Farm Economics*" The Open Agriculture Journal 1 (pp.11-19), Bentham Science Publishers Ltd.



- Chaplin, Hannah (2000), *"Agricultural diversification: a review of methodological approaches and empirical evidence"*, London, UK, Work Package 4 working Paper 2, Department of Agricultural Economics and Business Management, Wye College, University of London.
- Comissão Europeia (2005) *"Agri-environment Measures – Overview on General Principles, Types of Measures, and Application"*, Directorate General for Agriculture and rural Development, Unit G-4 – Evaluation of Measures applied to Agriculture, Studies.
- Etxezarreta, M. (coord) (2006), *"La agricultura española en la era de la globalización"*, MAPA, Serie Estudios.
- Etxezarreta, M. (coord) (2006), *"La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitárias"*, MAPA, Serie Estudios.
- Gomez Benito, C. y Gonzalez Rodriguez, J.J. (eds.) (2002), *"Agricultura y sociedad en la España contemporánea"*, MAPA – CIS, Madrid.
- Gomez Benito, C. y Gonzalez Rodriguez, J.J. (eds.) (2002), *"Agricultura y sociedad en el cambio de siglo"*, McGraw Hill – UNED, pp (415-419).
- Guerreiro, V. (2000), *"As medidas agro-ambientais nas políticas de desenvolvimento rural: Um Estudo de Caso"*[Versão Electrónica]. Vila Real 2001, Unidade de Investigação em Desenvolvimento Empresarial – ISCTE. Acedido em 6 de Janeiro de 2010, em: <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/CONTEUDO/05C.HTM>
- Hanley, N. et al (1999) *"Assesing the success of agri-environmental policy in the UK"*, UK, Land Use Policy 16 (pp. 67-80), Elsevier Sience Ltd.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Indicadores Agro-Ambientais 1989-2007*. Acedido em 24 de Novembro de 2009, em: <http://www.ine.pt>.
- Kleijn D. (2006), *"Mixed biodiversity benefits of agri-environment schemes in five European countries"*, Ideas and Perspectives - Ecology Letters 9 (pp.243-254), Blackwell Publishing Ltd/CNRS

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (1997). “*Seminário Novas Políticas Europeias e Desenvolvimento Rural em Portugal*”. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural. Lisboa.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, (2007). “*PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013*.” MADRP. Lisboa.

Nunes, M. J. (1993) “*De Roma a Maastricht*” Publicações Dom Quixote, Lisboa. Biblioteca de Economia, Volume 31.

Oréade – Brèche, (2005) “*Evaluation des Mesures Agro-Environnementales en Europe*” Rapport final. Acedido em 4 de Novembro de 2009: [http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/measures/index\\_fr.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/measures/index_fr.htm)

Ortiz D.M.; Ceña F.D. (2002), “*Efectos de la Política Agroambiental de la Union Europea en el Mundo Rural*”, ICE – Globalizacion y Mundo Rural, Nr 803 (pp.105-116)

Paniagua, Angel Mazorra (2001), “*Agri-enviromental policy in Spain. The agenda socio-political developments at the national, regional and local levels*”, Journal of Rural Studies.

Reig, E. y Picazo, A. (2002), “*La agricultura española. Crecimiento y productividad*”, CAM – IVIE.

Reiter K.; Roggendorf W., “*An overview of the current Reg 1257 evaluation practices with particular reference to agri-environmental measures in Germany*”, 87ª EAAE – Seminar. Assessing rural development of the CAP.

Romão, António et al (2006), “*A Economia Portuguesa – 20 anos após a adesão*”, Coimbra, Livraria Almedina (pp 131-166).

Walford, N. (2002), “*Agricultural adjustment: adoption of and adaptation to policy reform measures by large-scale commercial farmers*”, Uk, Land Use Policy 19 (2002) 243–257, Elsevier Science Ltd.

Wilson, G.A. (2006), “*Política Europeia e Desertificação: Testemunho da Escala Local*”.  
Acedido em 15 de Novembro de 2009, no Web site da: Lucinda Project 2006/2008:  
[http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/desertification\\_themes\\_pt.html](http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/desertification_themes_pt.html)

Woods, M. (2003), “*Deconstructing rural protest: the emergence of a newsocial movement*”,  
Uk, Journal of Rural Studies 19 (2003) 309–325, Elsevier Science Lt

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Síntese da Legislação Comunitária e Nacional<sup>1</sup> entre o período de Março de 1957 e Março de 2009**

---

<sup>1</sup> Legislação nacional a sombreado

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
57	Tratado de Roma (Início)			O tratado instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE), foi assinado em Roma em 25 de Março de 1957 e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1958. Os principais objectivos da política agrícola descritos no artigo 39 do Tratado de Roma são: Aumentar a <b>produtividade</b> ; Garantir um <b>nível de vida equitativo</b> à população agrícola; <b>Assegurar fornecimentos</b> ao consumidor a preços razoáveis; <b>Estabilizar</b> os mercados; Garantir a <b>segurança dos abastecimentos</b> .
58	Conferência de Stresa			É abordada a necessidade de uma “correlação estreita entre o ajuste das estruturas e a política de mercado” retomando as referências à natureza da estrutura social da agricultura no Tratado de Roma.
62	Criação			Sistema de subsídios à agricultura e programas de desenvolvimento em áreas afins. Tem como objectivos principais assegurar o abastecimento regular de géneros alimentícios e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos. Rachel Carson publica o livro “ <i>Primavera Silenciosa</i> ”
68	Plano de Mansholt			Dispõem-se a nível comunitário de uma formulação global de uma política de melhoramento ou modernização das estruturas agrárias. Política muito próxima da estrutura francesa aplicada a partir das Leis de “Orientacion Agricole” de 1960 e 1962
72		<b>Política de estruturas ou sócio-estrutural</b>  Directiva 72/159/CEE Directiva 72/160/CEE Directiva 72/161/CEE		Adopção modesta das directivas do Programa de Mansholt Política sectorial com o objectivo de corrigir as deficiências estruturais da agricultura: Modernização das explorações agrícolas; Rejuvenescimento empresarial; Qualificação profissional; Apoio às regiões desfavorecidas; Apoio às estruturas de comercialização e transformação.
73		<b>1º Programa de Acção Ambiental (1973-1976)</b>		Duzentos actos legislativos (limitar a poluição através da introdução de normas mínimas; gestão de resíduos e de poluição da água e da atmosfera)
75		Directiva 75/268/CEE de 28 de Abril		Agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas ( <i>Alterada pela Directiva nº 89/133/CEE</i> ) (Assegurar a continuação da manutenção do espaço natural por acções que resolvam os problemas de situações particulares, nomeadamente a manutenção de rendimentos razoáveis para agricultores destas regiões)
77		<b>2º Programa de Acção Ambiental (1977-1981)</b>		Reafirmação dos conteúdos anteriores

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
79		Directiva 79/409/CEE Art.ºs 3 e 4 de 2 de Abril		Relativa à conservação das aves selvagens “Obrigação aos Estados-membros a preservar, a manter e a restabelecer os habitats das referidas aves, enquanto tais, em virtude do seu valor ecológico. As obrigações (...) existem mesmo que ainda não se tenha verificado uma diminuição do número das aves ou se não tenha concretizado um risco de desaparecimento de uma espécie protegida.” Base para “Rede Natura 2000”
80		Directiva 80/778/CEE		“Qualidade da água das águas destinadas ao consumo humano” Anexo I “Limites de concentração máxima admissível de nitratos e pesticidas”
82		Reg. (CEE)1859/82 de 12 de Julho		Relativo à selecção das explorações da amostra (as explorações agrícolas a observar fazem parte do campo de observação dos inquéritos de estrutura e dos recenseamentos comunitários ou nacionais das explorações agrícolas) tendo em vista a verificação dos rendimentos nas explorações agrícolas ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 1265/2008 de 16 de Dezembro</i> )
83		<b>3º Programa de Acção Ambiental (1982-1986)</b>		Estratégia Global Parte do desenvolvimento económico sustentável Mais efeitos positivos
84		Regime de quotas leiteiras		Criação dos primeiros instrumentos de limitação directa da produção
85			Reg.(CEE) 797/85	“Melhoria das Estruturas Agrícolas” Artigo 19º “Regime de ajudas para práticas compatíveis com as exigências de protecção do espaço natural”
			Reg. (CEE) 1760/87	“Extensificação da produção” Permite a comparticipação do orçamento comunitário até 25%
			Reg. (CEE) 1094/88	“Set-aside” de terras aráveis”
87		Acto Único <b>4º Programa de Acção Ambiental (1987-1991)</b>		Integração da protecção ambiental nas diferentes políticas sectoriais – exigência legal Reafirmação do programa anterior
88		Linha Directriz Agrícola		Criação dos primeiros instrumentos de disciplina financeira
		Decreto-Lei n.º 139/88		D.R. n.º 94, Série I de 1988/04/22 Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação Estabelece medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios florestais
		Portaria n.º 377/88		D.R. n.º 134, Série I de 1988/06/11 Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação Introduz alguns ajustamentos às listas relativas às regiões do território do continente. (Revoga a Portaria n.º 170/87, de 11 de Março)
		Decreto-Lei n.º 394/88		D.R. n.º 258, Série I de 1988/11/08 Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação Estabelece o regime geral do arrendamento florestal

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
89		Decisão da Comissão 89/133/CEE Reforma dos Fundos e outros Instrumentos Estruturais 7 de Fevereiro de 1989		Altera os limites das zonas desfavorecidas em Portugal na aceção da Directiva 75/268/CEE do Conselho (Apenas faz fé o texto em língua portuguesa) Princípios de Subsidiariedade e Programação
		Decreto-Lei n.º 139/89		D.R. n.º 98, Série I de 1989/04/28 Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação Altera o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho, relativo à protecção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal
		Decreto-Lei n.º 180/89		D.R. n.º 123, Série I de 1989/05/30. Ministério do Planeamento e da Administração do Território Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas
		Decreto-Lei n.º 196/89		D.R. n.º 134, Série I de 1989/06/14 Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação Estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Revoga o Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro (Alterado pelo Decreto-Lei nº 274/92, de 12 de Dezembro)
		Decreto-Lei nº359/1989		D.R. nº240, Série I de 1989/10/18 Ministério das Finanças Redefine a forma de cálculo da bonificação a cargo do Estado, indexando-a a uma taxa de referência.
91		Directiva 91/676/CEE		"Protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola" (campo de acção mais restrito)
		Directiva 91/414/CEE		"Registo das substâncias activas dos produtos fitofarmacêuticos no mercado comunitário"
		Reg. (CEE) 2092/91 24 de Junho		Relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios (Alterado pelo Regulamento nº 807/2007, de 10 de Julho de 2007 e pelo Regulamento nº 394/2007, de 12 de Abril de 2007)
92	Reforma		5º Programa de Acção Ambiental	Conferido o estatuto de política à Acção Comunitária (temas e sectores; instrumentos e prazos temporais) Inclusão do Programa Agro-ambiental 1992-2000 ("Desenvolvimento Sustentável"; estratégia voluntarista; acção comunitária horizontal) Artigo 6º Todas as políticas e actividades da EU devem integrar a protecção do ambiente
			Primeiro Programa Agro-Ambiental Reg. (CEE) 2078/92	Constitui uma das três "Medidas de Acompanhamento" <b>Sete tipos de Medidas Agro-Ambientais</b> Artigo 2º "Ajudas para a realização de acções de formação" Artigo 3º "Duas modalidades de adopção de medidas agro-ambientais"
			Directiva 92/43/CEE 21 de Maio	Relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens
			Decreto-Lei n.º 274/92	D.R. n.º 286, Série I-A de 1992/12/12 Ministério da Agricultura Define o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Altera o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho)
93			Lei n.º 68/93	D.R. n.º 208, Série I-A de 1993/09/04 Assembleia da República Lei dos Baldios
95			Decreto-Lei nº180/1995	D.R. nº171, Série I-A de 1995/07/26 Ministério da Agricultura Regula os métodos de protecção e produção integradas das culturas agrícolas
96			Lei n.º 33/96	D.R. n.º 190, Série I-A de 1996/08/17 Assembleia da República Lei de Bases da Política Florestal



Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
97			Portaria n.º 65/97	D.R. n.º 23, Série I-B de 1997/01/28 Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente Aprova o Regulamento dos Métodos de Protecção das Culturas
			Despacho Normativo n.º 47/97	D.R. n.º 184, Série I-B de 1997/08/11 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece normas relativas à organização, gestão e composição da Comissão Consultiva Interprofissional para a Certificação dos Produtos Agro-Alimentares. ( <i>Revoga o Despacho Normativo n.º 295/93, de 8 de Setembro, e o Despacho n.º 7/95, de 21 de Março</i> )
98			Reg. (CE) 2078/92	<b>Medidas Agro-Ambientais - Novo Programa de Aplicação em Portugal Continental Épocas de 1998 e 1999</b>
99			<b>Princípio do Desenvolvimento Sustentável</b>	Prioridade Absoluta
			Reg. (CE) 1804/1999 19 de Julho	Completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) n.º 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios
			Decreto-Lei n.º 204/99	D.R. n.º 133, Série I-A de 1999/06/09 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), a aplicar nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto ( <b>Alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro</b> )
			Decreto-Lei n.º 205/99	D.R. n.º 133, Série I-A de 1999/06/09 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos de gestão florestal (PGF) ( <b>Alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro</b> )
			Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99	D.R. n.º 158, Série I-B de 1999/07/09 Presidência do Conselho de Ministros Aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização
			Decreto-Lei n.º 565/99	D.R. n.º 295, Série I-A de 1999/12/21 Ministério do Ambiente Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna
2000			<b>Segundo Programa Agro-Ambiental</b> Reg. (CE) 1257/1999 Reg. (CE) 1750/1999	<b>Plano de Desenvolvimento Rural de Aplicação a Portugal Continental (RURIS)</b>
2001			Reg. (CE) 68/2001 12 de Janeiro	Aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação.
			Reg. (CE) 70/2001 12 de Janeiro	Aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas ( <b>Alterado pelo Regulamento (CE) n.º 364/2004</b> )

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2002			6º Programa de Acção Ambiental	Programa 2002-2010 "Ambiente 2010: Nosso Futuro, Nossa Escolha" – Quatro domínios prioritários: Combater as alterações climáticas; Proteger a natureza e a vida selvagem; Responder às questões relacionadas com o ambiente e a saúde; Preservar os recursos naturais e gerir os resíduos.
			Portaria n.º 180/2002	D.R. n.º 50, Série I-B de 2002/02/28 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Aprova o Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico
			Decreto-Lei n.º 244/2002	D.R. n.º 255, Série I-A de 2002/11/05. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente Altera os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, que estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)
2003			Reg. (CE) 223/2003	De 5 de Fevereiro de 2003, que diz respeito aos requisitos em matéria de rotulagem relacionados com o modo de produção biológico aplicáveis aos alimentos para animais, alimentos compostos para animais e matérias-primas para alimentação animal e que altera o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho
			Recomendação da Comissão, 2003/361/CE	De 6 de Maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas
			Decreto-Lei n.º 205/2003	D.R. n.º 211, Série I-A de 2003/09/12 Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 1999/105/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa à comercialização de materiais florestais de reprodução, e estabelece as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução não abrangidos por esta directiva
2004			Reg. (CE) 392/2004 24 de Fevereiro	Altera o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios
			Reg. (CE) 364/2004 25 de Fevereiro	Altera o Regulamento (CE) nº 70/2001 no que respeita à extensão do seu âmbito de aplicação por forma a incluir os auxílios à investigação e desenvolvimento
			Reg. (CE) 795/2004 21 de Abril	Estabelece as normas de execução do regime de pagamento único previsto no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores ( <b>Alterado pelo Regulamento (CE) nº 319/2008</b> )
			Reg. (CE) 796/2004 21 de Abril	Estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previstos no Regulamento (CE) nº 1782/2003 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 1266/2008 de 16 de Dezembro</i> )
			Portaria n.º 1061/2004	D.R. n.º 197, Série I-B de 2004/08/21 Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas Aprova o Regulamento do Fogo Controlado

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2005			Reg. (CE) 1290/2005 21 de Junho	Relativo ao financiamento da política agrícola comum ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 13/2009, de 18 de Dezembro e pelo Regulamento nº 73/2009, de 19 de Janeiro</i> )
			<b>Terceiro Programa Agro-Ambiental</b> Reg. (CE) 1698/2005 20 de Setembro	Relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 74/2009, de 19 de Janeiro</i> )
			Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2005	D.R. n.º 5, Série I-B de 2005/01/07 Presidência do Conselho de Ministros Alarga a composição das comissões mistas de coordenação dos planos de ordenamento das áreas protegidas
			Despacho Normativo nº7/2005	D.R. nº22, Série I-B de 2005/02/01 Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas Estabelece os requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º do Regulamento (CE) nº1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, no Regulamento (CE) nº796/2004, da Comissão, de 21 de Abril, e no nº2.º da Portaria nº36/2005, de 17 de Janeiro
			Portaria nº131/2005	D.R. nº23, Série I-B de 2005/02/02 Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas Aprova o Regulamento de Controlo e Certificação dos Produtos Agrícolas e dos Géneros Alimentícios Derivados de Produtos Agrícolas Obtidos através da Prática da Protecção Integrada e da Produção Integrada
			Decreto-Lei n.º 49/2005	D.R. n.º 39, Série I-A de 2005/02/24 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (directiva aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats)
			Decreto-Lei n.º 127/2005	D.R. n.º 150, Série I-A de 2005/08/05 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção ( <i>Alterado pelo Decreto-Lei nº 15/2009 de 14 de Janeiro e pela Declaração de Rectificação nº 10/2009 de 9 de Fevereiro</i> )
			Despacho conjunto nº637/2005	D.R. nº164, Série II de 2005/08/26 Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Trabalho e da Solidariedade Social. São confirmados a constituição e o mandato do grupo de trabalho para o quadro de referência estratégica nacional de 2007-2013

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2006			Reg. (CE) 509/2006 20 de Março	Relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios
			Reg. (CE) 510/2006 20 de Março	Relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios
			Decisão da Comissão 2006/410/CE 24 de Maio	Estabelece os montantes que, em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º, o artigo 143.º -D e o artigo 143.º -E do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, são colocados à disposição do FEADER e os montantes disponíveis para as despesas correspondentes ao FEAGA ( <i>Alterada pela Declaração da Comissão nº 2008/955/CE de 16 de Dezembro</i> )
			Regulamento (CE) 885/2006 21 de Junho	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) nº1290/2005 do Conselho no respeitante à acreditação dos organismos pagadores e de outros organismos e ao apuramento das contas do FEAGA e do FEADER ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 1034/2008 de 21 de Outubro</i> )
			Decisão da Comissão 2006/595/CE 4 de Agosto	Estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais no âmbito do objectivo Convergência, no período de 2007-2013
			Decisão da Comissão nº 2006/636/CE 12 de Setembro	Estabelece a repartição anual, por Estado-Membro, do montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013 ( <i>Alterada pela Decisão da Comissão nº 2008/609/CE de 16 de Julho de 2008 e pela Decisão da Comissão nº 2009/14/CE de 17 de Dezembro de 2008</i> )
			Reg. (CE) 1975/2006 7 de Dezembro	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) nº1698/2005 do Conselho relativas aos procedimentos de controlo e à condicionalidade no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento rural
			Reg. (CE) 1974/2006 15 de Dezembro	Estabelece normas de execução do Regulamento (CE) nº1698/2005 do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 1175/2008 de 27 de Novembro</i> )
			Reg. (CE) 1998/2006 15 de Dezembro	Relativo à aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado aos auxílios de minimis
			Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006	D.R. n.º 13, Série I-B de 2006/01/18 Presidência do Conselho de Ministros Adopta as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de Junho de 2005
			Resolução do Conselho de Ministros nº25/2006	D.R. nº50, Série I-B de 2006/03/10 Presidência do Conselho de Ministros Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional e programas operacionais para o período de 2007-2013
			Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006	D.R. n.º 102, Série I-B de 2006/05/26 Presidência do Conselho de Ministros Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
			Lei n.º 21/2006	D.R. n.º 120, Série I-A de 2006/06/23 Assembleia da República Altera a lista anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, e o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2006			Decreto-Lei n.º 124/2006	D.R. n.º 123, Série I-A de 2006/06/28 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 12/2006, de 4 de Abril, estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios ( <i>Alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro</i> )
			Decreto-Lei n.º 142/2006	D.R. n.º144, Série I de 2006/07/27 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração (SIRCA) ( <i>Revoga o Decreto-Lei n.º 338/89, de 24 de Agosto</i> )
			Resolução do Conselho de Ministros nº116/2006	D.R. nº182, Série I de 2006/09/20 Presidência do Conselho de Ministros Cria a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro
			Portaria n.º 1139/2006	D.R. n.º 206, Série I de 2006/10/25 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios
			Portaria n.º 1140/2006	D.R. n.º 206, Série I de 2006/10/25 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural
			Resolução do Conselho de Ministros nº147/2006	D.R. nº211, Série I de 2006/11/02 Presidência do Conselho de Ministros Aprova as orientações fundamentais constantes do Plano Estratégico Nacional para elaboração dos programas de desenvolvimento rural para o período de 2007-2013
2007			Reg. (CE) 105/2007 1 de Fevereiro	Altera os anexos do Regulamento (CE) nº1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)
			Reg. (CE) 378/2007 27 de Março	Estabelece regras de modulação voluntária dos pagamentos directos instituídas pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003 que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, e que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 73/2009, de 19 de Janeiro</i> )
			Reg. (CE) 394/2007 12 de Abril	Altera o anexo I do Regulamento (CEE) nº 2092/91 do Conselho relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios
			Reg. (CE) 834/2007 28 de Junho	Relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) nº2092/91
			Reg. (CE) 807/2007 10 de Julho	Altera o anexo II do Regulamento (CEE) n.º2092/91 do Conselho relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios
			Reg. (CE) 1234/2007 22 de Outubro	Que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única») ( <i>Alterado pelo Regulamento nº 13/2009, de 18 de Dezembro</i> )
			Decisão da Comissão (2007)6159 4 de Dezembro	Aprova o programa de desenvolvimento rural de Portugal Continental relativo ao período de programação 2007-2013

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2007			Decreto-Lei n.º 1/2007	D.R. n.º 1, Série I de 2007/01/02 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece as condições de higiene dos locais de extracção e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, instituindo o respectivo regime e condições de registo e aprovação
			Portaria n.º 133/2007	D.R. n.º 19, Série I de 2007/01/26 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI)
			Resolução do Conselho de Ministros nº86/2007	D.R. nº126, Série I de 2007/07/03 Presidência do Conselho de Ministros Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013
			Decreto-Lei nº312/2007	D.R. nº179, Série I de 2007/09/17 Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais
			Decreto-Lei nº323/2007	D.R. nº188, Série I de 2007/09/28 Ministério das Finanças e da Administração Pública Estabelece as regras e os procedimentos a adoptar para a acreditação do organismo pagador das despesas financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), bem como para a certificação das respectivas contas, nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento (CE) nº1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e no Regulamento (CE) nº 885/2006, da Comissão, de 21 de Junho, e revoga o Decreto-Lei nº331-A/95, de 22 de Dezembro
			Resolução do Conselho de Ministros nº162/2007	D.R. nº197, Série I de 2007/10/12 Presidência do Conselho de Ministros Cria as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos programas operacionais temáticos
			Resolução do Conselho de Ministros nº169/2007	D.R. nº202, Série I de 2007/10/19 Presidência do Conselho de Ministros Cria as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos programas operacionais regionais do continente
			Decreto-Lei nº381/2007	D.R. nº219, Série I de 2007/11/14 Presidência do Conselho de Ministros Aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3
			Resolução do Conselho de Ministros nº112/2007	D.R. nº160, Série I de 2007/08/21 Presidência do Conselho de Ministros Cria a estrutura de missão para a gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDRc) <b>(Revogada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2008)</b>

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2008			Reg. (CE) 259/2008 18 de Março	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) nº1290/2005 do Conselho no que respeita à publicação de informação sobre os beneficiários de fundos provenientes do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader)
			Reg. (CE) 319/2008 7 de Abril	Altera o Regulamento (CE) nº795/2004 que estabelece as normas de execução do regime de pagamento único previsto no Regulamento (CE) nº1782/2003 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores e o Regulamento (CE) nº796/2004 que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previstos no Regulamento(CE) nº1782/2003
			Reg. (CE) 479/2008 29 de Abril	Estabelece a organização comum do mercado vitivinícola, que altera os Regulamentos (CE) n. o 1493/1999, (CE) n. o 1782/2003, (CE) n. o 1290/2005 e (CE) n. o 3/2008 e que revoga os Regulamentos (CEE) n. o 2392/86 e (CE) n. o 1493/1999
			Decisão da Comissão 2008/609/CE 16 de Julho	Altera a Decisão 2006/636/CE que estabelece a repartição anual, por Estado-Membro, do montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013
			Reg. (CE) 889/2008 5 de Setembro	Estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.o 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo
			Decisão da Comissão 2008/789/CE 3 de Outubro	Altera a Decisão 2006/588/CE que fixa a atribuição aos Estados-Membros dos montantes decorrentes da modulação prevista no artigo 10.o do Regulamento (CE) n.o 1782/2003 do Conselho, para os anos de 2006 a 2012
			Reg. (CE) 1009/2008 9 de Outubro	Altera o Regulamento (CE) n.o 1782/2003 que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores
			Reg. (CE) 1034/2008 21 de Outubro	Altera o Regulamento (CE) n.o 885/2006 que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.o 1290/2005 do Conselho no respeitante à acreditação dos organismos pagadores e de outros organismos e ao apuramento das contas do FEAGA e do FEADER
			Reg. (CE) 1175/2008 27 de Novembro	Altera e corrige o Regulamento (CE) n.o 1974/2006 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.o 1698/2005 do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader)
			Reg. (CE) 1242/2008 8 de Dezembro	Estabelece uma tipologia comunitária das explorações agrícolas

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2008			Reg. (CE) 1254/2008 15 de Dezembro	Altera o Regulamento (CE) n.º 889/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo
			Reg. (CE) 1264/2008 16 de Dezembro	Estabelece o montante da remuneração fixa por ficha de exploração a partir do exercício contabilístico de 2009, no âmbito da rede de informação contabilística agrícola
			Reg. (CE) 1265/2008 16 de Dezembro	Altera o Regulamento (CEE) n.º 1859/82 relativo à selecção das explorações da amostra tendo em vista a verificação dos rendimentos nas explorações agrícolas
			Reg. (CE) 1266/2008 16 de Dezembro	Altera o Regulamento (CE) n.º 796/2004 que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previstos no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores
			Decisão da Comissão 2008/955/CE 16 de Dezembro	Altera a Decisão 2006/410/CE da Comissão, que estabelece os montantes que, em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º, o artigo 143.º-D e o artigo 143.º-E do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, o n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 378/2007 do Conselho e o n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 479/2008 do Conselho são colocados à disposição do Feader e os montantes disponíveis para as despesas correspondentes ao FEAGA
			Decreto Regulamentar n.º 6/2008	D.R. n.º 40, Série I de 2008/02/26 Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional Cria as Zonas de Protecção Especial (ZPE) de Monforte, Veiros, Vila Fernando, São Vicente, Évora, Reguengos, Cuba e Piçarras
			Despacho normativo n.º 24/2008	D.R. n.º 80, Série II de 2008/04/23 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro Diploma das boas práticas agrícolas
			Portaria n.º 353/2008	D.R. n.º 89, Série I de 2008/05/08 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Cria o Sistema de Aconselhamento Agrícola (SAA)
			Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008	D.R. n.º 139, Série I (Suplemento) de 2008/07/21 Presidência do Conselho de Ministros Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental
			Decreto-Lei n.º 142/2008	D.R. n.º 142, Série I de 2008/07/24 Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade ( <i>Revoga os Decretos-Leis n.ºs 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro</i> )
			Despacho normativo n.º 38/2008	DR. n.º 156, Série II de 2008/08/13 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro Produtos tradicionais
			Portaria n.º 937/2008	D.R. n.º 160, Série I de 2008/08/20. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural ( <i>Alterada pela Declaração de Rectificação n.º 63-A/2008 de 17 de Outubro</i> )



Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2008			Decreto-Lei n.º 166/2008	D.R. n.º 162, Série I de 2008/08/22 Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional ( <i>Revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março</i> )
			Declaração de Rectificação n.º 63-A/2008	D.R. n.º 202, Série I, Suplemento de 2008/10/17 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico Rectifica a Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 160, de 20 de Agosto de 2008
			Decreto-Lei n.º 214/2008	D.R. n.º 218, Série I de 2008/11/10 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece o regime do exercício da actividade pecuária ( <i>Alterado pela Declaração de Rectificação nº 1-A/2009, de 9 de Janeiro</i> )
			Decreto-Lei n.º 223/2008	D.R. n.º 224, Série I de 2008/11/18 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho, que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, e revoga as Portarias n.os 559/76, de 7 de Setembro, 764/93, de 15 de Julho, e 534/93, de 21 de Maio
			Portaria n.º 1384-A/2008	D.R. n.º 233, Série I, Suplemento de 2008/12/02 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Altera a Portaria n.º 1144/2008, de 10 de Outubro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013
			Resolução da Assembleia da República n.º 68/2008	D.R. n.º 252, Série I de 2008/12/31 Assembleia da República Recomenda ao Parlamento Europeu a adopção de um conjunto de medidas a inserir na proposta de regulamento do Conselho que estabelece regras comuns para o regime de apoio directo aos agricultores no âmbito da PAC e institui determinados regimes de apoio aos agricultores
			Decreto-Lei nº2/2008	D.R. nº3, Série I de 2008/01/04 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos
			Resolução do Conselho de Ministros nº2/2008	D.R. nº4, Série I de 2008/01/07 Presidência do Conselho de Ministros Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER)( <i>Revoga a Resolução do Conselho de Ministros nº112/2007, de 21 de Agosto</i> )
			Despacho n.º 4213/2008	D.R. n.º 34, Série II de 2008/02/18 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro Despacho de nomeação das três secretárias técnicas da AG do PRODER
			Decreto-Lei n.º 37-A/2008	D.R. n.º 46, Série I (Suplemento) de 2008/03/05 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013.

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2008			Despacho n.º 17451/2008	D.R. n.º 123, Série II de 2008/06/27 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - Gabinete do Ministro Nomeação do licenciado Norberto José da Silva Soares Correia para o exercício do cargo de secretário técnico da autoridade de gestão do PRODER
			Portaria n.º 1325/2008	D.R. n.º 224, Série I de 2008/11/18 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece as regras nacionais complementares relativas aos programas operacionais, aos fundos operacionais e à assistência financeira, previstos pelo Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 361/2008, do Conselho, de 14 de Abril, e pelo Regulamento (CE) n.º 1580/2007, da Comissão, de 21 de Dezembro
			Despacho n.º 30189/2008	D.R. n.º 228, Série II de 2008/11/24 Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Nomeação para o cargo de director do Gabinete de Planeamento e Políticas do licenciado Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra
2009			Reg. (CE) 13/2009 18 de Dezembro	Altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 relativo ao financiamento da política agrícola comum e o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única»), a fim de estabelecer um regime de distribuição de fruta nas escolas
			Decisão da Comissão nº 2009/14/CE 17 de Dezembro	Altera a Decisão 2006/636/CE que estabelece a repartição anual, por Estado-Membro, do montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013
			Decisão do Conselho nº 2009/61/CE 19 de Janeiro	Altera a Decisão 2006/144/CE relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (período de programação 2007-2013)
			Reg. (CE) 74/2009 19 de Janeiro	Altera o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
			Reg. (CE) 73/2009 19 de Janeiro	Estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005, (CE) n.º 247/2006 e (CE) n.º 378/2007 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1782/2003
			Informação 2009/C 26/09	Comunicada pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 70/2001 da Comissão relativo à aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas

Anos	PAC	Política Ambiental	Política Agro-Ambiental (1992)	Conteúdos
2009			Declaração de Rectificação n.º 1-A/2009	D.R. n.º 6, Suplemento, Série I de 2009/01/09 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico Rectifica o Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que estabelece o regime do exercício da actividade pecuária, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 218, de 10 de Novembro de 2008
			Decreto-Lei n.º 9/2009	D.R. n.º 6, Série I de 2009/01/09 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade dos guardas dos recursos florestais
			Decreto-Lei n.º 15/2009	D.R. n.º 9, Série I de 2009/01/14 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção ( <b>Alterado pela Declaração de Rectificação nº 10/2009</b> )
			Decreto-Lei n.º 16/2009	D.R. n.º 9, Série I de 2009/01/14 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Leis n.os 204/99 e 205/99, ambos de 9 de Junho
			Decreto-Lei n.º 17/2009	D.R. n.º 9, Série I de 2009/01/14 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio ( <b>Alterado pela Declaração de Rectificação nº 20/2009 de 13 de Março</b> )
			Declaração de Rectificação n.º 10/2009	D.R. n.º 27, Série I de 2009/02/09 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico Rectifica o Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2009
			Declaração de Rectificação n.º 20/2009	D.R. n.º 51, Série I de 2009/03/13 Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico Rectifica o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2009

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base em informação do sítio do MADRP, 2009 e Portal Oficial da União Europeia, 2009

## **ANEXO II**

**Conteúdos dos Programas agro-ambientais aplicados em Portugal Continental no período entre 1994 e 2006 por grupos de medidas e alterações introduzidas durante o 1ª Programa (*alterações em 1998*), entre o 1º e o 2º Programas (*alterações em 2000*) e durante o 2º Programa (*alterações em 2002*)**

Quadro A — Conteúdo dos Programas Agro-Ambientais de 1994 a 2006 (Grupo I)

Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1994-1997		Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1998-1999	Alterações em 1998	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2000-2002		Alterações em 2000	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2002-2006		Alterações em 2002
I – Diminuição do Efeito Poluente da Agricultura	Luta química aconselhada (vinha, pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos e olival)	Luta química aconselhada (vinha, pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos, olival e cerejeiras)	As medidas aplicadas são as <u>mesmas</u> mas há <u>alteração nas culturas</u> .  Observam-se modificações em geral nas condições de acesso, passando a ser referidas as densidades mínimas. Os montantes dos incentivos e ajudas são actualizados e verifica-se uma maior informação acerca do periodo de candidatura e legislação respectiva. Os compromissos dos beneficiários aumentam.	Protecção integrada (pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos, vinha e kiwi, olival e frutos secos, solanáceas, hortícolas ao ar livre e em estufa, arvenses de regadio out-inv e pri-ver, horto-industriais, arroz)		Observam-se grandes alterações nos programas de 98 para 2000. Neste grupo <u>surgem seis novas medidas</u> e é <u>eliminada</u> a medida “Luta química aconselhada”  Ocorrem alterações profundas em termos de condições de acesso densidades mínimas e culturas autorizadas e ainda um aumento substancial dos compromissos específicos dos beneficiários.  As ajudas a conceder às medidas podem ter um aspecto acumulativo com outras ajudas.	Luta química aconselhada (vinha, pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos, olival e cerejeiras)		<u>Surge</u> novamente a “Luta química aconselhada” e <u>ocorrem</u> <u>modificações</u> nos pontos da medida “Melhoramento do solo e luta contra a erosão”. <u>Eliminam-se duas medidas</u> “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”  Verificam-se alterações nos montantes de ajudas e incentivos.
	Protecção integrada (pomóideaeas, prunóideaeas, citrinos, vinha e culturas protegidas)	Protecção integrada (pomóideaeas, prunóideaeas, citrinos, vinha, culturas protegidas, horticultura ao ar livre)		Produção integrada (pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos, vinha, olival, arvenses de regadio out-inv e pri-ver, horto-industriais, arroz)			Protecção integrada (pomóideaeas, prunóideaeas e citrinos, vinha, olival, horto-industriais-arvenses, hortícolas ao ar livre e em estufa, arroz)		
				Agricultura Biológica (pomóideaeas, prunóideaeas, citrinos, figos, frutos tropicais e frutos pequenos, vinha, olival, frutos secos e medronho, hortícolas ao ar livre e em estufa, arvenses e aromáticas de regadio de sequeiro, pastagem natural e prado permanente e pastagem espontânea herbácea e/ou arbustiva – pastagem pobre)			Produção integrada (pomóideaeas, citrinos, vinha e olival)		
				Melhoramento do solo e luta contra a erosão	Sementeira directa e/ou mobilização na zona ou na linha		Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes	Cultura complementar forrageira Outono-Inverno	
	Sistemas forrageiros extensivos				Melhoramento do solo e luta contra a erosão				
Produção integrada (pomóideaeas, vinha e culturas protegidas)	Produção integrada (pomóideaeas)	Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos		Sementeira directa		Técnicas de mobilização mínima			
Agricultura Biológica (cult. anuais de sequeiro, cult. anuais de regadio, olival, fruticultura de sequeiro, fruticultura de regadio e vinha)	Agricultura Biológica (cult. anuais, cult. protegidas, olival, fruticultura, vinha)	Sistemas arvenses de sequeiro		Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes		Sistemas forrageiros extensivo			

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na informação de IEADR, 1994 e DGDR, 1998-2002.

Quadro B — Conteúdo dos Programas Agro-Ambientais de 1994 a 2006 (Grupo II)

Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1994-1997		Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1998-1999	Alterações em 1998	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2000-2002		Alterações em 2000	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2002-2006		Alterações em 2002
II – Extensificação e/ou Manutenção dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Extensivos	Sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro	Sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro	As medidas de 92 “Reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas” e “Extensificação da produção pecuária” são eliminadas.	II – Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas	Vinhas em socalcos do Douro		Tal como no grupo anterior, observação de grandes alterações nas medidas aplicadas. São eliminadas onze medidas e são substituídas por quatro novas medidas.  De referir a possibilidade de acumulação de ajudas.	Vinhas em socalcos do Douro	
	Sistemas cerealíferos de sequeiro	Sistemas Cerealíferos de sequeiro			Recuperação e manutenção de sistemas tradicionais	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve)			
	Lameiros	Lameiros				Sistema vitícola de Colares			
	Sistemas forrageiros extensivos	Sistemas forrageiros extensivos	Preservação de pastagens de montanha integradas em baldio						
	Olival Tradicional	Olival Tradicional							
	Figueiral de Torres Novas	Figueiral de Torres Novas							
	Vinhas em socalcos da Região Demarcada do Douro	Vinhas em socalcos do Douro							
	Fruteiras de variedades de regionais	Fruteiras de variedades de regionais							
	Pomares tradicionais de sequeiro do Algarve	Pomares tradicionais de sequeiro do Algarve							
	Amendoais tradicionais de sequeiro	Amendoais tradicionais de sequeiro							
	Montado de Azinho	Montado de Azinho							
	Reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas	Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	Apoio à apicultura		Sistema vitícola de Colares				
	Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção								
Extensificação da produção pecuária									
		Há uma manutenção das densidades mínimas relativas às condições de acesso. Verifica-se uma actualização dos incentivos e ajudas e um aumento de informação relativa à candidatura e legislação. Os compromissos do beneficiário aumentam.						Eliminam-se duas medidas “Preservação de pastagens de montanha integradas em baldio” e “Apoio à apicultura”	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na informação de IEADR, 1994 e DGDR, 1998-2002.

Quadro C — Conteúdo dos Programas Agro-Ambientais de 1994 a 2006 (Grupo III)

Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1994-1997		Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1998-1999	Alterações em 1998	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2000-2002		Alterações em 2000	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2002-2006	Alterações em 2002
III – Conservação dos Recursos e da Paisagem Rural	Manutenção de superfícies florestais abandonadas	Manutenção de superfícies florestais abandonadas	<p>Em 98, surge a medida "Planos Zonais – Programa zonal de Castro Verde"</p> <p>Tal como nos grupos anteriores as condições de acesso são mais especificadas e os incentivos e ajudas são actualizados. Os compromissos mantêm-se.</p>	III – Conservação e Melhoria de Espaços Cultivados de Grande Valor Natural	Sistemas policulturais tradicionais	<p>Neste ano o nome do grupo é alterado tal como os seus objectivos. São <u>eliminadas</u> todas as medias excepto "Plano Zonal de Castro Verde" e passam a fazer parte do grupo III parte das medidas que se encontravam no grupo II em 98.</p> <p>As condições de acesso passam a ser mais específicas e mais detalhadas. Os compromissos aumentam de acordo com as unidades de produção em causa.</p>	Sistemas policulturais tradicionais	<p>Surge uma nova medida "Montados (Azinho e Carvalhal Negral)"</p>
	Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas	Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas			Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico		Montados (Azinho e Carvalhal Negral)	
	Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico.	Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico.			Olival Tradicional		Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico	
	Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais			Pomares tradicionais		Olival Tradicional	
		Planos Zonais – Programa zonal de Castro Verde			Plano Zonal de Castro Verde		Pomares tradicionais	
							Plano Zonal de Castro Verde	

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base na informação de IEADR, 1994 e DGDR, 1998-2002.

Quadro D — Conteúdo dos Programas Agro-Ambientais de 1994 a 2006 (Grupo IV)

Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1994-1997		Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1998-1999		Alterações em 1998	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2000-2002		Alterações em 2000	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2002-2006		Alterações em 2002
<b>IV – Formação Profissional</b>	Frequência de cursos de formação específicos e apropriados .	<b>IV – Formação Profissional</b>	Acções de Formação e Demonstração	<u>Sem alterações significativas.</u> É fornecida informação com mais detalhe referente a objectivos, incentivos, candidaturas e legislação.	<b>IV – Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas</b>	Preservação de bosquetes ou maciços arbustivos/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico	<u>Eliminam-se</u> as acções de formação como medida e <u>passam a ser um compromisso</u> dos beneficiários em todas as medidas que praticarem. <u>Surge novas medidas</u>	<b>IV – Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas</b>	Preservação de bosquetes ou maciços arbustivos/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico	<u>Alterações nos</u> montantes e nas modulações das ajudas por ha e por ano para a medida "Arrozal"

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base na informação de IEADR, 1994 e DGDR, 1998-2002.

Quadro E — Conteúdo dos Programas Agro-Ambientais de 1994 a 2006 (Grupo V)

Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1994-1997		Conteúdo do 1º Programa Agro-Ambiental 1998-1999		Alterações em 1998	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2000-2002		Alterações em 2000	Conteúdo do 2º Programa Agro-Ambiental 2002-2006		Alterações em 2002
					<b>V – Protecção da Diversidade Genética</b>	Manutenção de raças autóctones	<u>Surge um novo grupo</u> com uma nova medida	<b>V – Protecção da Diversidade Genética</b>	Manutenção de raças autóctones	<u>Alterações nas</u> raças coconsideradas ameaçadas

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base na informação de IEADR, 1994 e DGDR, 1998-2002.



## **ANEXO III**

**Número de explorações e Áreas de SAU (Superfície Agrícola Utilizada) segundo OTE (Orientação Técnico-Económica) na Região do Alentejo (NUT II)**

Quadro A. Número de Explorações segundo a SAU e OTE NUT III Alentejo Litoral e respectivos concelhos.

OTE		ALENTEJO	Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Sines
Cereais plantas olea./proteaginosas	Nº Expl	3 859	938	346	77	282	199	34
	SAU (ha)	316 451	49 924	19 790	2 306	12 450	14 026	1 352
Culturas agrícolas diversas	Nº Expl	1 789	369	52	102	112	95	8
	SAU (ha)	81 153	11 333	2 347	3 341	1 999	3 582	64
Horticultura	Nº Expl	1 470	151	59	51	20	20	1
	SAU (ha)	5 612	1 318	164	107	968	79	...
Viticultura	Nº Expl	1 453	99	2	25	22	48	2
	SAU (ha)	26 601	695	...	238	153	289	...
Fruticultura	Nº Expl	920	279	9	35	30	184	21
	SAU (ha)	9 579	1 449	111	169	244	805	120
Olivicultura	Nº Expl	7 805	216	77	37	48	53	1
	SAU (ha)	62 529	2 116	663	139	474	839	...
Culturas permanentes diversas	Nº Expl	1 538	162	14	39	12	90	7
	SAU (ha)	21 598	1 353	231	511	100	484	27
Bovinos de leite	Nº Expl	162	15	-	-	11	3	1
	SAU (ha)	7 943	665	-	-	300	159	...
Bovinos para gado/carne	Nº Expl	1 083	334	59	26	176	65	8
	SAU (ha)	216 222	39 312	19 272	6 756	6 409	6 679	196
Bovinos para leite/gado/carne	Nº Expl	119	11	2	-	5	4	-
	SAU (ha)	6 316	296	...	-	90	97	-
Ovinos/caprinos/out. herbívoros	Nº Expl	4 545	834	59	247	257	245	26
	SAU (ha)	268 760	54 749	8 396	15 860	14 805	14 947	741
Granívoros	Nº Expl	992	430	11	78	186	133	22
	SAU (ha)	17 343	5 126	80	1 085	930	2 881	150
Policultura	Nº Expl	3 593	463	58	83	156	148	18
	SAU (ha)	217 896	19 285	3 381	5 316	6 483	2 670	1 435
Polipecuária-herbívoros	Nº Expl	1 090	244	23	39	110	65	7
	SAU (ha)	141 083	23 021	8 547	2 698	6 797	4 766	213
Polipecuária-granívoros	Nº Expl	772	261	11	52	120	69	9
	SAU (ha)	42 633	8 330	152	1 211	3 755	2 972	240
Agricultura geral e herbívoros	Nº Expl	1 551	436	60	26	242	74	34
	SAU (ha)	386 248	62 620	24 495	3 103	19 545	11 938	3 539
Culturas diversas e gado	Nº Expl	2 799	405	35	110	121	122	17
	SAU (ha)	93 147	8 939	2 694	2 106	2 083	1 995	61
Não classificadas	Nº Expl	366	48	-	4	17	24	3
	SAU (ha)	2 987	614	-	29	191	287	107
<b>Total</b>	<b>Nº Expl</b>	<b>35 906</b>	<b>5 695</b>	<b>877</b>	<b>1 031</b>	<b>1 927</b>	<b>1 641</b>	<b>219</b>
	<b>SAU (ha)</b>	<b>1 924 044</b>	<b>291 144</b>	<b>90 437</b>	<b>44 973</b>	<b>77 775</b>	<b>69 495</b>	<b>8 464</b>

Fonte: Quadro adaptado pela autora com base nos dados do Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2009).

Quadro B. Número de Explorações segundo a SAU e OTE NUT III Alto Alentejo e respectivos concelhos.

OTE		ALENTEJO	Alto Alentejo	Alter do Chão	Arronches	Avis	Campo Maior	Castelo de Vide	Crato	Elvas	Fronteira	Gavião	Marvão	Monforte	Mora	Nisa	Ponte Sôr	Portalegre
Cereais plantas olea./proteaginosas	Nº Expl	3 859	370	10	14	29	71	1	5	134	21	10	-	15	27	2	28	3
	SAU (ha)	316 451	38 089	929	1 757	3 990	5 752	...	88	12 982	2 180	480	-	947	4 001	...	4 179	137
Culturas agrícolas diversas	Nº Expl	1 789	464	9	15	54	19	10	5	52	16	14	44	5	35	9	116	61
	SAU (ha)	81 153	20 914	212	1 183	4 239	2 644	15	34	4 599	2 965	43	156	561	3 009	99	976	179
Horticultura	Nº Expl	1 470	1 060	4	1	8	1	25	1	17	-	95	7	-	99	4	692	106
	SAU (ha)	5 612	3 263	5	...	17	...	488	...	188	-	280	46	-	686	28	1 084	403
Viticultura	Nº Expl	1 453	267	1	2	1	8	-	5	4	-	63	7	1	64	23	5	83
	SAU (ha)	26 601	1 689	...	...	...	15	-	4	117	-	122	38	...	181	214	36	508
Fruticultura	Nº Expl	920	219	3	5	1	8	-	-	32	3	21	30	2	6	8	66	34
	SAU (ha)	9 579	1 505	4	7	...	81	-	-	93	37	50	214	...	34	29	775	175
Olivicultura	Nº Expl	7 805	3 313	103	199	171	416	68	118	274	48	302	102	71	88	672	248	433
	SAU (ha)	62 529	25 264	1 140	1 216	2 334	2 969	533	1 664	2 580	1 502	1 562	574	485	412	4 283	2 439	1 571
Culturas permanentes diversas	Nº Expl	1 538	683	7	10	6	23	28	11	34	2	124	45	2	11	187	81	112
	SAU (ha)	21 598	5 095	169	75	104	275	332	231	309	...	363	476	...	20	938	973	811
Bovinos de leite	Nº Expl	162	65	1	5	2	-	1	3	1	5	1	10	5	2	3	4	22
	SAU (ha)	7 943	2 886	...	134	...	-	...	49	...	160	...	156	414	...	172	40	635
Bovinos para gado/carne	Nº Expl	1 083	296	29	18	7	2	19	42	30	7	-	20	31	11	31	9	40
	SAU (ha)	216 222	74 351	8 389	4 457	4 572	...	5 187	8 921	10 316	1 067	-	1 202	9 207	3 330	4 719	3 066	9 682
Bovinos para leite/gado/carne	Nº Expl	119	46	2	5	1	-	1	2	1	1	1	6	2	1	5	2	16
	SAU (ha)	6 316	2 027	...	396	...	-	...	...	...	...	...	246	...	...	77	...	787
Ovinos/caprinos/out. herbívoros	Nº Expl	4 545	1 052	61	64	55	19	28	96	78	43	25	95	44	54	133	137	120
	SAU (ha)	268 760	76 081	5 624	4 170	5 121	158	5 789	10 565	2 090	1 746	1 523	3 745	2 922	7 672	6 830	13 599	4 527
Granívoros	Nº Expl	992	126	1	12	1	4	-	1	7	3	12	9	-	17	10	28	21
	SAU (ha)	17 343	1 241	...	36	...	5	-	...	410	105	9	3	-	409	129	98	36
Policultura	Nº Expl	3 593	1 347	43	24	56	65	58	53	51	37	182	57	16	40	77	332	256
	SAU (ha)	217 896	45 487	1 144	1 223	7 466	4 925	1 119	989	4 124	2 945	2 616	588	3 813	1 825	497	10 359	1 854
Polípecuária-herbívoros	Nº Expl	1 090	301	11	26	9	9	10	22	18	14	17	26	5	10	24	43	57
	SAU (ha)	141 083	36 366	2 690	4 370	3 460	1 010	1 412	492	1 971	1 019	70	291	1 450	9 181	853	5 473	2 624
Polípecuária-granívoros	Nº Expl	772	116	-	10	2	3	-	10	10	2	10	8	2	5	5	17	32
	SAU (ha)	42 633	3 657	-	1 129	...	10	-	8	1 067	...	14	34	...	487	6	22	306
Agricultura geral e herbívoros	Nº Expl	1 551	241	15	13	16	12	5	10	39	19	6	7	36	17	4	32	10
	SAU (ha)	386 248	79 983	5 477	4 698	7 456	2 685	881	1 397	15 607	3 269	214	36	17 312	8 822	311	10 306	1 512
Culturas diversas e gado	Nº Expl	2 799	1 166	43	53	33	13	50	83	32	31	80	87	11	33	194	185	238
	SAU (ha)	93 147	35 913	3 110	1 297	3 153	276	4 614	1 420	740	631	555	2 657	73	3 850	5 816	3 978	3 743
Não classificadas	Nº Expl	366	60	1	5	11	6	-	1	15	1	3	1	4	3	1	6	2
	SAU (ha)	2 987	331	...	42	85	20	-	...	118	...	7	...	7	10	...	22	...
<b>Total</b>	<b>Nº Expl</b>	<b>35 906</b>	<b>11 192</b>	<b>344</b>	<b>481</b>	<b>463</b>	<b>679</b>	<b>304</b>	<b>468</b>	<b>829</b>	<b>253</b>	<b>966</b>	<b>561</b>	<b>252</b>	<b>523</b>	<b>1 392</b>	<b>2 031</b>	<b>1 646</b>
	<b>SAU (ha)</b>	<b>1 924 044</b>	<b>454 106</b>	<b>29 712</b>	<b>26 211</b>	<b>42 425</b>	<b>21 086</b>	<b>20 712</b>	<b>25 913</b>	<b>57 486</b>	<b>17 797</b>	<b>7 911</b>	<b>10 463</b>	<b>37 740</b>	<b>44 121</b>	<b>25 604</b>	<b>57 429</b>	<b>29 496</b>

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora com base nos dados do Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2009).

Quadro C. Número de Explorações segundo a SAU e OTE NUT III Alentejo Central e respectivos concelhos.

OTE		ALENTEJO	Alentejo Central	Alandroal	Arraiolos	Borba	Estremoz	Évora	Montemor-o-Novo	Mourão	Portel	Redondo	Reguengos de Monsaraz	Sousel	Vendas Novas	Viana do Alentejo	Vila Viçosa
Cereais plantas olea./proteaginosas	Nº Expl	3 859	760	34	58	7	107	245	33	19	42	16	105	65	6	14	9
	SAU (ha)	316 451	62 530	4 137	5 399	283	2 469	19 939	6 060	3 245	7 819	1 704	6 466	1 193	715	2 030	1 071
Culturas agrícolas diversas	Nº Expl	1 789	362	24	28	3	38	82	37	14	8	36	34	34	3	14	7
	SAU (ha)	81 153	17 697	1 229	2 133	5	468	6 675	1 360	1 191	152	1 128	445	1 670	10	256	975
Horticultura	Nº Expl	1 470	189	2	8	32	50	37	17	-	3	2	21	5	3	7	2
	SAU (ha)	5 612	673	...	22	118	255	108	39	-	5	...	49	15	10	28	...
Viticultura	Nº Expl	1 453	715	9	2	100	73	59	10	17	-	128	267	1	44	1	4
	SAU (ha)	26 601	17 730	195	...	2 452	1 238	1 412	656	1 082	-	3 499	6 437	...	529	...	67
Fruticultura	Nº Expl	920	200	5	3	14	18	24	10	4	10	5	17	6	51	17	16
	SAU (ha)	9 579	946	265	11	35	71	149	36	28	15	7	110	15	70	74	60
Olivicultura	Nº Expl	7 805	2 133	348	37	152	242	102	97	139	357	153	176	188	-	27	115
	SAU (ha)	62 529	12 457	2 024	168	411	2 275	555	514	568	1 663	1 058	481	1 597	-	337	806
Culturas permanentes diversas	Nº Expl	1 538	366	17	4	24	29	34	21	34	63	29	71	2	15	9	14
	SAU (ha)	21 598	7 640	716	204	206	828	844	234	926	481	1 655	889	...	27	249	282
Bovinos de leite	Nº Expl	162	73	26	2	2	14	7	4	-	1	7	1	5	-	3	1
	SAU (ha)	7 943	4 273	643	...	...	101	1 451	578	-	...	440	...	190	-	403	...
Bovinos para gado/carne	Nº Expl	1 083	309	9	26	2	21	57	103	11	11	13	4	1	9	31	11
	SAU (ha)	216 222	80 042	1 572	6 595	...	1 102	18 226	23 695	4 692	2 623	2 832	1 441	...	5 542	8 460	3 259
Bovinos para leite/gado/carne	Nº Expl	119	55	17	2	3	7	6	5	-	-	4	1	8	-	1	1
	SAU (ha)	6 316	3 240	547	...	65	562	472	495	-	-	147	...	533	-	...	...
Ovinos/caprinos/out. herbívoros	Nº Expl	4 545	1 198	134	64	55	177	147	169	33	55	100	43	73	28	71	49
	SAU (ha)	268 760	62 081	4 409	8 377	396	4 562	3 968	15 560	2 106	2 818	3 306	1 240	3 117	3 332	7 832	1 058
Granívoros	Nº Expl	992	187	16	13	12	19	26	26	3	10	15	23	4	9	6	5
	SAU (ha)	17 343	7 877	576	1 704	60	97	886	2 147	32	964	139	572	279	218	193	10
Policultura	Nº Expl	3 593	906	72	59	54	115	111	63	37	68	66	121	68	30	24	18
	SAU (ha)	217 896	76 609	8 363	6 920	1 664	6 780	16 720	3 451	1 730	6 765	5 128	8 934	7 474	1 035	1 020	625
Polipecuária-herbívoros	Nº Expl	1 090	291	37	21	11	38	33	37	17	29	16	9	10	4	17	12
	SAU (ha)	141 083	51 960	6 619	5 835	199	1 929	6 346	10 666	2 135	7 470	3 121	1 162	1 739	1 321	2 640	778
Polipecuária-granívoros	Nº Expl	772	186	15	13	6	19	25	29	4	17	15	12	5	11	8	7
	SAU (ha)	42 633	14 541	1 531	1 315	58	562	2 756	3 704	1 866	728	573	586	444	149	177	92
Agricultura geral e herbívoros	Nº Expl	1 551	341	27	26	7	51	59	45	16	20	8	26	17	4	22	13
	SAU (ha)	386 248	117 172	5 682	14 394	1 969	12 395	23 821	17 133	7 589	5 629	1 208	7 458	2 790	4 552	9 873	2 679
Culturas diversas e gado	Nº Expl	2 799	765	94	33	46	72	87	110	20	75	58	51	29	15	41	34
	SAU (ha)	93 147	27 987	3 443	1 271	340	5 486	4 346	3 887	290	1 396	1 317	1 779	2 805	45	593	989
Não classificadas	Nº Expl	366	137	20	2	2	19	24	11	1	3	9	26	16	-	1	3
	SAU (ha)	2 987	816	59	...	...	87	86	169	...	12	60	51	60	-	...	182
Total	Nº Expl	35 906	9 173	906	401	532	1 109	1 165	827	369	772	680	1 008	537	232	314	321
	SAU (ha)	1 924 044	566 254	42 025	54 821	8 277	41 270	108 762	90 381	27 484	38 834	27 326	38 164	24 056	17 552	34 181	13 121

Fonte: Quadro adaptado pela autora com base nos dados do Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2009).

Quadro D. Número de Explorações segundo a SAU e OTE NUT III Baixo Alentejo e respectivos concelhos.

OTE		Alentejo	Baixo Alentejo	Aljustrel	Almodôvar	Alvito	Barrancos	Beja	Castro Verde	Cuba	Ferreira do Alentejo	Mértola	Moura	Ourique	Serpa	Vidigueira
Cereais plantas olea./proteaginosas	Nº Expl	3 859	1 791	236	30	24	1	605	67	123	351	70	59	51	124	50
	SAU (ha)	316 451	165 908	23 039	1 558	3 335	...	58 856	16 804	5 279	19 566	11 410	5 417	3 352	12 729	4 365
Culturas agrícolas diversas	Nº Expl	1 789	594	91	3	6	-	138	3	10	165	8	81	11	55	23
	SAU (ha)	81 153	31 209	3 285	48	1 569	-	7 467	157	675	7 233	1 151	4 024	820	3 793	987
Horticultura	Nº Expl	1 470	70	-	2	17	-	17	-	10	2	5	5	-	5	7
	SAU (ha)	5 612	358	-	...	32	-	161	-	48	...	19	27	-	14	29
Viticultura	Nº Expl	1 453	372	3	5	3	-	9	2	83	1	-	111	5	3	147
	SAU (ha)	26 601	6 487	87	84	21	-	464	...	717	...	-	1 394	25	626	2 434
Fruticultura	Nº Expl	920	222	-	5	15	-	21	1	3	3	62	42	2	41	27
	SAU (ha)	9 579	5 679	-	170	95	-	81	...	11	94	3 519	1 057	...	241	400
Olivicultura	Nº Expl	7 805	2 143	16	51	65	154	85	4	75	29	26	639	27	846	126
	SAU (ha)	62 529	22 692	121	338	609	402	401	13	207	1 233	214	7 855	176	9 997	1 126
Culturas permanentes diversas	Nº Expl	1 538	327	2	5	7	1	10	-	18	2	14	141	3	57	67
	SAU (ha)	21 598	7 510	...	74	157	...	206	-	322	...	261	4 436	144	915	747
Bovinos de leite	Nº Expl	162	9	4	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	-	1
	SAU (ha)	7 943	119	71	-	-	-	...	...	-	-	...	-	-	-	...
Bovinos para gado/carne	Nº Expl	1 083	144	6	13	11	19	8	5	5	8	6	27	21	12	3
	SAU (ha)	216 222	22 517	218	862	1 742	7 009	1 254	695	1 232	2 270	435	4 444	1 216	1 070	70
Bovinos para leite/gado/carne	Nº Expl	119	7	1	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	2
	SAU (ha)	6 316	753	...	...	-	-	...	-	-	...	-	-	-	-	...
Ovinos/caprinos/out. herbívoros	Nº Expl	4 545	1 461	53	197	34	41	89	69	26	78	274	100	231	229	40
	SAU (ha)	268 760	75 849	599	11 531	684	1 553	2 842	4 179	282	2 569	21 309	6 869	10 875	9 646	2 911
Granívoros	Nº Expl	992	249	3	83	-	8	14	4	5	4	15	8	86	17	2
	SAU (ha)	17 343	3 099	212	668	-	37	179	155	221	38	293	58	885	349	...
Policultura	Nº Expl	3 593	877	14	42	22	6	125	16	40	30	39	215	29	225	74
	SAU (ha)	217 896	76 515	1 300	2 388	1 288	220	5 664	3 903	3 354	3 976	3 759	15 018	2 116	24 203	9 326
Polipecuária-herbívoros	Nº Expl	1 090	254	2	55	6	6	14	21	4	7	20	23	38	52	6
	SAU (ha)	141 083	29 736	...	3 573	1 168	665	3 648	2 043	5	328	2 033	4 004	7 174	4 142	343
Polipecuária-granívoros	Nº Expl	772	209	-	66	1	9	4	7	3	3	13	15	69	19	-
	SAU (ha)	42 633	16 105	-	2 833	...	2 043	372	69	4	463	1 268	3 479	3 831	1 296	-
Agricultura geral e herbívoros	Nº Expl	1 551	533	40	68	8	-	42	65	12	44	100	31	43	69	11
	SAU (ha)	386 248	126 473	9 274	12 674	3 842	-	7 953	19 285	541	9 362	31 831	8 331	10 816	10 256	2 308
Culturas diversas e gado	Nº Expl	2 799	463	3	92	12	36	21	7	10	6	53	72	48	76	27
	SAU (ha)	93 147	20 308	7	962	627	1 764	1 154	167	512	206	3 325	2 581	1 693	4 142	3 168
Não classificadas	Nº Expl	366	121	12	1	-	-	12	3	6	11	7	12	6	46	5
	SAU (ha)	2 987	1 226	83	...	-	-	34	5	20	249	24	119	34	570	8
Total	Nº Expl	35 906	9 846	486	719	231	281	1 217	275	433	745	714	1 581	670	1 876	618
	SAU (ha)	1 924 044	612 540	39 142	37 859	15 615	13 893	90 766	47 710	13 427	48 589	80 865	69 118	43 164	83 990	28 402

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora com base nos dados do Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2009).

## **ANEXO IV**

**Programas agro-ambientais aplicados em Portugal Continental no período entre 1994 e 2006: Grupos de medidas aplicadas, âmbito de aplicação e territórios geográficos**

Quadro A. — Medidas Agro-Ambientais aplicadas no Primeiro Programa Agro-Ambiental (1994 -1997).

Medidas Agro-Ambientais	Grupos de Medidas Aplicadas	Âmbitos de Aplicação	Maioria das Regiões Abrangidas
1º Programa Agro-Ambiental Ano 1994	I – Diminuição do Efeito Poluente da Agricultura	Luta química aconselhada (vinha, pomóideas, prunóideas e citrinos e olival)	Todo o Território Continental
		Protecção integrada (pomóideas, prunóideas, citrinos, vinha e culturas protegidas)	
		Produção integrada (pomóideas, vinha e culturas protegidas)	
		Agricultura Biológica (cult. anuais de sequeiro, cult. anuais de regadio, olival, fruticultura de sequeiro, fruticultura de regadio e vinha)	
	II – Extensificação e/ou Manutenção dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Extensivos	Sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro	EDM, TM, BL, BI
		Sistemas cerealíferos de sequeiro	TM, BI, ALEN, ALG
		Lameiros	TM, BI
		Sistemas forrageiros extensivos	EDM, TM, BL, ALEN, BI, RO, ALG
		Olival Tradicional	TM, BI, RO, ALEN
		Figueiral de Torres Novas	RO
		Vinhas em socalcos da Região Demarcada do Douro	Região demarcada do Douro
		Fruteiras de variedades de regionais	Todo o Território Continental
		Pomares tradicionais de sequeiro do Algarve	ALG
		Amendoais tradicionais de sequeiro	TM, BI
		Montado de Azinho	BI, ALEN
		Reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas	EDM, BL, TM, ALEN, ALG, RO
		Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	Todo o Território Continental
		Extensificação da produção pecuária	EDM, BL
	III – Conservação dos Recursos e da Paisagem Rural	Manutenção de superfícies florestais abandonadas	EDM, TM, BL, BI, RO
		Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas	EDM, TM, BL, BI, RO
		Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico.	Todo o Território Continental
		Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	
	IV – Formação Profissional	Frequência de cursos de formação específicos e apropriados.	

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora com base na informação do IEADR, 1994.

Quadro B. — Medidas Agro-Ambientais aplicadas no Primeiro Programa Agro-Ambiental (1998 -1999).

Medidas Agro-Ambientais	Grupos de Medidas Aplicadas	Âmbitos de Aplicação	Maioria das Regiões Abrangidas
1º Programa Agro-Ambiental Ano 1998	I – Diminuição do Efeito Poluente da Agricultura	Luta química aconselhada (vinha, pomóideas, prunóideas e citrinos olival e cerejeiras)	Todo o Território Continental
		Protecção integrada (pomóideas, prunóideas, citrinos, vinha, culturas protegidas, horticultura ao ar livre)	
		Produção integrada (pomóideas)	
		Agricultura Biológica (cult. anuais, cult. protegidas, olival, fruticultura, vinha)	
	II – Extensificação e/ou Manutenção dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Extensivos	Sistemas policulturais tradicionais do Norte e Centro	EDM, TM, BL, BI
		Sistemas Cerealíferos de sequeiro	EDM, BL, BI, RO, ALEN, ALG
		Lameiros	TM, BI
		Sistemas forrageiros extensivos	EDM, TM, BL, BI, RO, ALEN, ALG
		Olival Tradicional	TM, BL, BI, RO, ALEN
		Figueiral de Torres Novas	RO
		Vinhas em socacos do Douro	Região Demarcada do Douro
		Fruteiras de variedades de regionais	Todo o Território Continental
		Pomares tradicionais de sequeiro do Algarve	ALG
		Amendoais tradicionais de sequeiro	TM, BI
		Montado de Azinho	BI, ALEN
		Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	Todo o Território Continental
	III – Conservação dos Recursos e da Paisagem Rural	Manutenção de superfícies florestais abandonadas	EDM, TM, BL, BI, RO
		Manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas	EDM, TM, BL, BI
		Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico.	Todo o Território Continental
		Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	
		Planos Zonais – Programa zonal de Castro Verde	Constante no Anexo I da Portaria nº 1177/95 de 26 de Setembro
	IV – Formação Profissional	Ações de Formação e Demonstração	Todo o Território Continental

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora com base na informação do DGDR, 1998.



Quadro C. — Medidas Agro-Ambientais aplicadas no Segundo Programa Agro-Ambiental (2000 - 2001).

Medidas Agro-Ambientais	Grupos de Medidas Aplicadas		Âmbitos de Aplicação	Maioria das Regiões Abrangidas	
2º Programa Agro-Ambiental Ano 2000	I – Protecção e Melhoria do Ambiente dos Solos e da Água	Protecção integrada (pomóideas, prunóideas e citrinos, vinha e kiwi, olival e frutos secos, solanáceas, hortícolas ao ar livre e em estufa, arvenses de regadio out-inv e pri-ver,horto-industriais, arroz)		Todo o Território Continental	
		Produção integrada (pomóideas, prunóideas e citrinos, vinha, olival, arvenses de regadio out-inv e pri-ver,horto-industriais, arroz)			
		Agricultura Biológica (pomóideas, prunóideas, citrinos, figos, frutos tropicais e frutos pequenos, vinha, olival, frutos secos e medronho, hortícolas ao ar livre e em estufa, arvenses e aromáticas de regadio de sequeiro,pastagem natural e prado permanente e pastagem espontânea herbácea e/ou arbustiva – pastagem pobre)			
		Melhoramento do solo e luta contra a erosão	Sementeira directa e/ou mobilização na zona ou na linha		
			Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes		
			Cultura complementar forrageira Outono-Inverno		
		Sistemas forrageiros extensivos			TM,BL, BI,RO,ALEN, ALG
	Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos		Perímetros de intervenção aprovados		
	Sistemas arvenses de sequeiro		Todo o Território Continental		
	II – Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas.	Vinhas em socalcos do Douro		Região Demarcada do Douro	
		Recuperação e manutenção de sistemas tradicionais	Hortas do Sul (Alentejo e Algarve)	ALEN, ALGR	
			Sistema vitícola de Colares		Região Demarcada de Colares
			Preservação de pastagens de montanha integradas em baldio		Zona de montanha de Portugal Continental
		Apoio à apicultura		Todo o Território Continental	
		III – Conservação e Melhoria de Espaços Cultivados de Grande Valor Natural	Sistemas policulturais tradicionais		EDM, TM, BL, BI
			Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico		EDM,TM,BI,BL,RO
	Olival Tradicional		TM,BL,BI,RO,ALEN		
	Pomares tradicionais		RO,ALG, BI,TM,BL,ALEN		
	Plano Zonal de Castro Verde		Definida pelo anexo I da Portaria nº 1212/2003 de 16 de Outubro		
	IV –Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas	Preservação de bosquetes ou maciços arbustivos/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico		Todo o Território Continental	
Arrozal		BL,RO, ALEN			
V – Protecção da Diversidade Genética	Manutenção de raças autóctones		Todo o Território Continental		

**Fonte:** Quadro adaptado pela autora com base na informação do DGDR, 2000.

Quadro D. — Medidas Agro-Ambientais aplicadas no Segundo Programa Agro-Ambiental (2002 - 2006).

Medidas Agro-Ambientais	Grupos de Medidas Aplicadas	Âmbitos de Aplicação	Maioria das Regiões Abrangidas
2º Programa Agro-Ambiental Ano 2002	I – Protecção e Melhoria do Ambiente dos Solos e da Água	Luta química aconselhada (vinha, pomóideas, prunóideas e citrinos, olival e cerejeiras)	Todo o Território Continental
		Protecção integrada (pomóideas, prunóideas e citrinos, vinha, olival, horto-industriais-arvenses, hortícolas ao ar livre e em estufa, arroz)	
		Produção integrada (pomóideas, citrinos, vinha e olival)	
		Agricultura Biológica (pomóideas, prunóideas, citrinos, figos, frutos tropicais e frutos pequenos, vinha, olival, frutos secos, hortícolas ao ar livre e em estufa, arvenses e aromáticas de regadio de sequeiro, pastagem natural e prado permanente)	
		Sementeira directa	
		Técnicas de mobilização mínima	
		Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes	
	II – Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas.	Sistemas forrageiros extensivo	TM, BL, BI, RO, ALEN, ALG
		Vinhas em socos do Douro	Região Demarcada do Douro
		Hortas do Sul (Alentejo e Algarve)	ALEN, ALG
		Sistema vitícola de Colares	Região Demarcada de Colares
	III – Conservação e Melhoria de Espaços Cultivados de Grande Valor Natural	Sistemas policulturais tradicionais	EDM, TM, BL,
		Montados (Azinho e Carvalho Negral)	ALEN, BI, ALG
		Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico	TM, BL, EDM,
		Olival Tradicional	TM, BL, BI, RO, ALEN
		Pomares tradicionais	RO, ALG, TM, BI, BL, ALEN
	IV – Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagens Dominantemente Agrícolas	Plano Zonal de Castro Verde	Definida pelo anexo I da Portaria nº 346/98 de 5 de Junho
		Preservação de bosquetes ou maciços arbustivos/arborescentes com interesse ecológico/paisagístico	Todo o Território Continental
	V – Protecção da Diversidade Genética	Arrozal	BL, RO, ALEN
		Manutenção de raças autóctones	Todo o Território Continental

Fonte: Quadro adaptado pela autora com base na informação do DGDR, 2002.

## **ANEXO V**

**Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal  
Continental na Região do Alentejo (NUT II) no período entre  
1994 e 2002: Número de Contratos, Áreas de Aplicação e  
Número de Explorações**

Quadro A. Números de Contratos realizados para cada Medida Agro-Ambiental de 1994 a 2002.

Medidas Agro-Ambientais	1994	%	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	Total
Agricultura biológica	3	0,3%	22	3,2%	11	2,2%	8	3,3%	172	6,3%	113	15,2%			128	9,1%	43	3,9%	500
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	167	14,2%	19	2,7%	23	4,6%	36	14,8%	36	1,3%	7	0,9%							288
Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes															10	0,7%	2	0,2%	12
Fruteiras de variedades regionais	7	0,6%	64	9,3%	11	2,2%	1	0,4%	24	0,9%	15	2,0%							122
Hortas do sul																	2	0,2%	2
Luta química aconselhada					4	0,8%	29	11,9%	93	3,4%	27	3,6%			3	0,2%	1	0,1%	157
Manutenção de raças autóctones															68	4,8%	153	14,0%	221
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	3	0,3%							5	0,2%	1	0,1%							9
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)															170	12,1%	71	6,5%	241
Montado de azinho	154	13,1%	85	12,3%	30	6,0%	3	1,2%	455	16,8%	106	14,3%	2	2,1%	4	0,3%	4	0,4%	843
Olival tradicional	496	42,2%	334	48,3%	184	36,9%	107	44,0%	200	7,4%	73	9,8%			175	12,5%	109	9,9%	1678
Plano zonal de Castro Verde											13	1,7%	88	90,7%	1	0,1%	2	0,2%	104
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)															26	1,9%	11	1,0%	37
Pomares tradicionais															6	0,4%	2	0,2%	8
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico																	1	0,1%	1
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	6	0,5%							11	0,4%	3	0,4%							20
Produção Integrada															2	0,1%	20	1,8%	22
Protecção Integrada				0,0%	206	41,3%	55	22,6%	417	15,4%	75	10,1%	5	5,2%	678	48,3%	618	56,4%	2054
Sementeira Directa															4	0,3%	3	0,3%	7
Sistemas cerealíferos de sequeiro	32	2,7%	6	0,9%	3	0,6%			190	7,0%	78	10,5%					2	0,2%	311
Sistemas forrageiros extensivos	307	26,1%	161	23,3%	27	5,4%	4	1,6%	1109	40,9%	232	31,2%	2	2,1%	128	9,1%	46	4,2%	2016
Técnicas de mobilização mínima															2	0,1%	6	0,5%	8
<b>Total</b>	<b>1175</b>		<b>691</b>		<b>499</b>		<b>243</b>		<b>2712</b>		<b>743</b>		<b>97</b>		<b>1405</b>		<b>1096</b>		<b>8661</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009

Quadro B. Número de contratos realizados para cada Medida Agro-Ambiental divididos por Programas Agro-Ambientais.<sup>1</sup>

Quadro B1. Número de contratos realizados no 1º Programa Agro-Ambiental (Época 1994-1997)

Grupo I				
Medidas Agro-Ambientais	1994	1995	1996	1997
Agricultura Biológica	3	22	11	8
Luta Química Aconselhada			4	29
Produção Integrada				
Protecção Integrada			206	55
Grupo II				
Medidas Agro-Ambientais	1994	1995	1996	1997
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	167	19	23	36
Fruteiras de variedades regionais	7	64	11	1
Montados de Azinho	154	85	30	3
Olival Tradicional	496	334	184	107
Sistemas Cerealíferos de Sequeiro	32	6	3	
Sistemas Forrageiros Extensivos	307	161	27	4
Grupo III				
Medidas Agro-Ambientais	1994	1995	1996	1997
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	3			
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	6			

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009

<sup>1</sup> Nos dados fornecidos estão contabilizadas as renovações de contratos.

Quadro B. Número de contratos realizados para cada Medida Agro-Ambiental divididos por Programas Agro-Ambientais.<sup>2</sup>

Quadro B2. Número de contratos realizados no 1º Programa Agro-Ambiental (Época 1998-1999)

Grupo I		
Medidas Agro-Ambientais	1998	1999
Agricultura Biológica	172	113
Luta Química Aconselhada	93	27
Produção Integrada		
Protecção Integrada	417	75
Grupo II		
Medidas Agro-Ambientais	1998	1999
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	36	7
Fruteiras de variedades regionais	24	15
Montados de Azinho	455	106
Olival Tradicional	200	73
Sistemas Cerealíferos de Sequeiro	190	78
Sistemas Forrageiros Extensivos	1109	232
Plano Zonal Castro Verde		13
Grupo III		
Medidas Agro-Ambientais	1998	1999
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	5	1
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	11	3

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009

<sup>2</sup> Nos dados fornecidos estão contabilizadas as renovações de contratos.

Quadro B. Número de contratos realizados para cada Medida Agro-Ambiental divididos por Programas Agro-Ambientais.<sup>3</sup>

Quadro B3. Número de contratos realizados no 2º Programa Agro-Ambiental (Época 2000-2002)

Grupo I				
Medidas Agro-Ambientais	2000	2001	2002	
Agricultura Biológica		128	43	
Luta Química Aconselhada		3	1	
Produção Integrada		2	20	
Protecção Integrada	5	678	618	
Sistemas Forrageiros Extensivos	2	128	46	
Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes		10	2	
Sementeira Directa		4	3	
Técnicas de Mobilização Mínima		2	6	
Grupo II				
Medidas Agro-Ambientais	2000	2001	2002	
Hortas do Sul				2
Grupo III				
Medidas Agro-Ambientais	2000	2001	2002	
Montados (Azinho e Carvalhal) (Nova Edição)		170	71	
Montados de Azinho	2	4	4	
Olival Tradicional		175	109	
Plano Zonal Castro Verde	88	1	2	
Plano Zonal de Castro Verde (Nova Edição)		26	11	
Pomares Tradicionais		6	2	
Grupo IV				
Medidas Agro-Ambientais	2000	2001	2002	
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico				1
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico				
Grupo V				
Medidas Agro-Ambientais	2000	2001	2002	
Manutenção de Raças Autóctones		68	153	

**Fonte** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009

<sup>3</sup> Nos dados fornecidos estão contabilizadas as renovações de contratos.

Quadro C. Número de renovações de contratos realizados para cada Medida Agro-Ambiental entre 1994 e 2002.

Medidas Agro-Ambientais	Uma vez	Duas vezes	TOTAL
Agricultura biológica	20		20
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	3		3
Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes			
Fruteiras de variedades regionais			
Hortas do sul			
Luta química aconselhada	1		1
Manutenção de raças autóctones	2		2
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais			
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)			
Montado de azinho	5		5
Olival tradicional	116		116
Plano zonal de Castro Verde			
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)			
Pomares tradicionais			
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico			
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico			
Produção Integrada			
Protecção Integrada	176	3	179
Sementeira Directa			
Sistemas cerealíferos de sequeiro			
Sistemas forrageiros extensivos	78		78
Técnicas de mobilização mínima			
<b>TOTAL</b>	<b>401</b>	<b>3</b>	<b>404</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.



Quadro D. Aplicação de cada Medida Agro-Ambiental entre 1994 e 2002 nos concelhos da NUT III - Alentejo Litoral (em Área e Cabeças Normais).

Medidas Agro-Ambientais	Unidade	Alcácer do Sal	Grândola	Odemira	Santiago do Cacém	Sines	TOTAL
Agricultura biológica	Hectares	8,68	39,15	199,02	8,95		255,80
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	CN <sup>4</sup>	523,20	154,80	247,30	307,45	57,70	1.290,45
Fruteiras de variedades regionais	Hectares		0,85		2,51		3,36
Fruteiras de variedades regionais (Área de Plantação)	Hectares						-
Hortas do sul	Hectares						-
Luta química aconselhada	Hectares	22,13			96,00		118,13
Manutenção de raças autóctones	CN <sup>4</sup>	437,90	116,00	186,55	100,00	5,40	845,85
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	Hectares	5,00		4,07			9,07
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)	Hectares	25,00			85,62		110,62
Montado de azinho	Hectares	431,02	139,90				570,92
Olival tradicional	Hectares						-
Plano zonal de Castro Verde	Hectares						-
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)	Hectares						-
Pomares tradicionais	Hectares						-
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico	Hectares						-
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	Hectares	74,00					74,00
Produção Integrada	Hectares						-
Protecção Integrada	Hectares	1.057,89	72,23	27,33	20,65		1.178,10
Sementeira Directa	Hectares						-
Sistemas cerealíferos de sequeiro	Hectares	351,56	122,75	93,54	288,41	62,61	918,87
Sistemas forrageiros extensivos	Hectares	6.047,40	2.422,91	5.585,43	3.699,68	645,48	18.400,90
Técnicas de mobilização mínima	Hectares						-
<b>TOTAL</b>		<b>8.022,68</b>	<b>2.797,79</b>	<b>5.909,39</b>	<b>4.201,82</b>	<b>708,09</b>	<b>21.639,77</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.

<sup>4</sup> Cabeças Normais

Quadro E. Aplicação de cada Medida Agro-Ambiental entre 1994 e 2002 nos concelhos da NUT III - Alto Alentejo (em Área e Cabeças Normais)

Medidas Agro-Ambientais	Unidade	Alter do Chão	Arronches	Avis	Campo Maior	Castelo de Vide	Crato	Elvas	Fronteira	Gavião	Marvão	Monforte	Mora	Nisa	Ponte Sôr	Portalegre	TOTAL
Agricultura biológica	Hectares	49,33	369,20	427,81	1.871,37	119,52	562,15	970,42	140,60		638,96	970,12	1.275,87	286,63	18,46	21,00	<b>7.721,44</b>
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	CN <sup>5</sup>	548,85	647,70	536,50	205,80	261,00	927,45	573,70	298,00		12,00	1.510,45	443,90	212,70	175,90	610,70	<b>6.964,65</b>
Fruteiras de variedades regionais	Hectares					3,50		1,10			17,56				10,05	16,65	<b>48,86</b>
Fruteiras de variedades regionais (Área de Plantação)	Hectares		97,00								1.783,00					462,00	<b>2.342,00</b>
Hortas do sul	Hectares																-
Luta química aconselhada	Hectares	234,13	132,77	42,50	488,17			977,03	211,56			405,46					<b>2.491,62</b>
Manutenção de raças autóctones	CN <sup>5</sup>	247,00	401,50	661,00	123,00	81,90	767,55	545,90	160,60			1.261,45	599,15	234,15	112,50	602,56	<b>5.798,26</b>
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	Hectares			10,00			5,00				5,00		7,09				<b>27,09</b>
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)	Hectares	18,10	213,77	101,35	16,51	162,31	2.310,40	82,89	38,00		60,44	700,88	969,72	315,79		589,23	<b>5.579,39</b>
Montado de azinho	Hectares	711,94	3.067,92	923,00	780,61	575,34	4.140,59	2.552,35	230,61		34,66	2.403,44	3.571,33	620,84		726,86	<b>20.339,49</b>
Olival tradicional	Hectares		37,13			909,30	1.019,44	39,83	3,12	6,65	933,05			2.637,95		1.672,72	<b>7.259,19</b>
Plano zonal de Castro Verde	Hectares																-
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)	Hectares																-
Pomares tradicionais	Hectares										29,70					17,00	<b>46,70</b>
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico	Hectares															6,62	<b>6,62</b>
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	Hectares							12,85			10,00					22,38	<b>45,23</b>
Produção Integrada	Hectares			35,03	16,66			32,35				20,00	21,00			44,71	<b>169,75</b>
Protecção Integrada	Hectares	116,08	139,40	1.748,25	637,54	6,95	43,35	756,24	365,39		27,13	125,28	15,66	29,26	8,77	350,78	<b>4.370,08</b>
Sementeira Directa	Hectares			45,20								125,45					<b>170,65</b>
Sistemas cerealíferos de sequeiro	Hectares	306,32	619,49	265,99	509,80		40,69	833,85	566,31			294,85	111,15			282,45	<b>3.830,90</b>
Sistemas forrageiros extensivos	Hectares	3.586,94	3.364,53	3.090,91	2.204,85	1.767,36	5.240,37	12.328,79	1.906,64		65,94	13.341,48	1.132,62	2.078,78	758,97	5.452,45	<b>56.320,63</b>
Técnicas de mobilização mínima	Hectares				359,16			112,80				260,82					<b>732,78</b>
<b>TOTAL</b>		<b>5.022,84</b>	<b>8.041,21</b>	<b>6.690,04</b>	<b>6.884,67</b>	<b>3.544,28</b>	<b>13.361,99</b>	<b>18.700,50</b>	<b>3.462,23</b>	<b>6,65</b>	<b>3.605,44</b>	<b>18.647,78</b>	<b>7.104,44</b>	<b>5.969,25</b>	<b>796,25</b>	<b>9.664,85</b>	<b>111.502,42</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.

<sup>5</sup> Cabeças Normais

Quadro F. Aplicação de cada Medida Agro-Ambiental entre 1994 e 2002 nos concelhos da NUT III - Alentejo Central (em Área e Cabeças Normais).

Medidas Agro-Ambientais	Unidade	Alandroal	Arraiolos	Borba	Estremoz	Évora	Montemor-o-Novo	Mourão	Portel	Redondo	Reguengos de Monsaraz	Sousel	Vendas Novas	Viana do Alentejo	Vila Viçosa	TOTAL
Agricultura biológica	Hectares	320,59	814,99	266,36	466,73	690,71	493,71	612,47	411,44	752,43	154,12	102,22		603,66	302,05	5.991,48
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	CN <sup>6</sup>	390,10	476,80	100,00	396,40	1.319,35	571,55	75,00	172,40	107,00	201,10	278,60	136,30	421,45	393,80	5.039,85
Fruteiras de variedades regionais	Hectares		1,95	39,73	16,00						5,61	6,11			12,71	82,11
Fruteiras de variedades regionais (Área de Plantação)	Hectares															-
Hortas do sul	Hectares															-
Luta química aconselhada	Hectares	1.229,74	71,55	59,02		43,50		154,24		54,14	546,83	212,91			225,61	2.597,54
Manutenção de raças autóctones	CN <sup>6</sup>	375,65	214,90		417,75	975,50	585,62	141,55	209,08	118,00	364,00	100,00	76,00	362,35	254,00	4.194,40
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	Hectares	5,00														5,00
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)	Hectares	128,25	1.180,72		300,92	536,56		112,43	620,58	577,06	56,30	90,43				3.603,25
Montado de azinho	Hectares	3.962,26	8.564,16	197,11	1.247,14	2.678,33	5.416,09	1.074,17	3.243,26	2.124,34	2.003,69	194,60		539,24	1.929,63	33.174,02
Olival tradicional	Hectares				13,44				80,92					2,23	25,47	122,06
Plano zonal de Castro Verde	Hectares															-
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)	Hectares															-
Pomares tradicionais	Hectares															-
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse ecológico/paisagístico	Hectares															-
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico	Hectares	10,00					13,95							126,24		150,19
Produção Integrada	Hectares	29,02			15,26		116,72					9,10				170,10
Protecção Integrada	Hectares	639,98	238,17	1.924,85	1.159,53	953,96	186,07	266,00	2.042,37	2.127,55	2.596,38	1.096,68	209,85		241,07	13.682,46
Sementeira Directa	Hectares		171,72													171,72
Sistemas cerealíferos de sequeiro	Hectares	498,11	220,95	277,28	264,96	1.188,50	394,49	327,98	160,70	85,67	994,34	45,93		74,50	192,50	4.725,91
Sistemas forrageiros extensivos	Hectares	4.942,91	3.574,16	503,61	2.046,32	14.525,37	11.285,72	5.584,27	2.851,96	4.143,10	3.627,85	1.953,48		3.890,33	2.157,49	61.086,57
Técnicas de mobilização mínima	Hectares			20,00	116,64											136,64
<b>TOTAL</b>		<b>11.765,86</b>	<b>14.838,37</b>	<b>3.287,96</b>	<b>5.646,94</b>	<b>20.616,93</b>	<b>17.906,75</b>	<b>8.131,56</b>	<b>9.411,23</b>	<b>9.864,29</b>	<b>9.985,12</b>	<b>3.711,46</b>	<b>209,85</b>	<b>5.236,20</b>	<b>5.086,53</b>	<b>125699,05</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009

<sup>6</sup> Cabeças Normais

Quadro G. Aplicação de cada Medida Agro-Ambiental entre 1994 e 2002 nos concelhos da NUT III - Baixo Alentejo (em Área e Cabeças Normais).

Medidas Agro-Ambientais	Unidade	Aljustrel	Almodôvar	Alvito	Barrancos	Beja	Castro Verde	Cuba	Ferreira do Alentejo	Mértola	Moura	Ourique	Serpa	Vidigueira	TOTAL
Agricultura biológica	Hectares	297,83		897,29	459,96	160,48		450,58	342,54	500,48	9.744,75	55,85	3.384,64	265,21	16.559,61
Apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção	CN <sup>7</sup>		14,95		379,95	227,80	199,80	94,00	171,00	433,95	296,80	176,00	655,65	92,00	2.741,90
Fruteiras de variedades regionais	Hectares			38,20				3,47	58,33					69,26	169,26
Fruteiras de variedades regionais (Área de Plantação)	Hectares													563,00	563,00
Hortas do sul	Hectares						0,74								0,74
Luta química aconselhada	Hectares										221,83	70,00			291,83
Manutenção de raças autóctones	CN <sup>7</sup>	51,00	9,90		221,60	476,04	54,50	73,00	34,00	460,05	274,04	190,46	535,15	180,10	2.559,84
Manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais	Hectares														-
Montados (Azinho e Carvalho Negral) (Nova Edição)	Hectares			13,48	3.271,77	511,96				124,76	3.108,10		770,50		7.800,57
Montado de azinho	Hectares	1,00	694,72	54,30	6.777,65	1.995,70	30,00	175,58		2.271,09	7.022,80	618,13	2.474,91	594,36	22.710,24
Olival tradicional	Hectares				168,92			7,04			32,43		14,79	4,77	227,95
Plano zonal de Castro Verde	Hectares	3.414,16				792,00	14.520,63			1.343,58		529,83			20.600,20
Plano zonal de Castro Verde (Nova Edição)	Hectares	543,17					6.168,24			166,91					6.878,32
Pomares tradicionais	Hectares														-
Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo/arbóreos com interesse	Hectares														-
Preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones,	Hectares				260,89					63,19	1.032,62				1.356,70
Produção Integrada	Hectares	1,92						4,88	67,81	13,20				24,79	112,60
Protecção Integrada	Hectares	60,82		211,31		967,27		617,96	412,28	50,48	1.380,30		3.684,73	2.461,27	9.846,42
Sementeira Directa	Hectares								54,15				329,58		383,73
Sistemas cerealíferos de sequeiro	Hectares	540,24	109,88	140,01		1.341,04	243,55	62,00	121,63	994,10	728,11	465,95	604,77	116,65	5.467,93
Sistemas forrageiros extensivos	Hectares	2.086,60	2.717,96	2.146,27	2.335,06	4.816,09	2.807,71	993,78	2.171,77	10.725,16	6.805,19	5.219,29	2.651,50	2.157,44	47.633,82
Técnicas de mobilização mínima	Hectares										82,38				82,38
<b>TOTAL</b>		<b>6.945,74</b>	<b>3.522,56</b>	<b>3.500,86</b>	<b>13.274,25</b>	<b>10.584,54</b>	<b>23.770,87</b>	<b>2.315,29</b>	<b>3.228,51</b>	<b>16.252,95</b>	<b>30.158,51</b>	<b>6.959,05</b>	<b>13.915,42</b>	<b>6.256,75</b>	<b>140.685,30</b>

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.

<sup>7</sup> Cabeças Normais

Quadro H. Número de Contratos e Número de Explorações entre 1994 e 2002 nos concelhos das sub-regiões do Alentejo NUT III

Sub-Região (NUT III)	Concelhos	Número de Contratos	Número de Explorações <sup>8</sup>	% dos Totais Parciais	% do Total Geral
Alentejo Litoral	1 ALCÁCER DO SAL	119	84	25,2%	1,3%
	2 GRÁNDOLA	49	40	12,0%	0,6%
	3 ODEMIRA	124	112	33,6%	1,8%
	4 SANTIAGO DO CACÉM	91	79	23,7%	1,2%
	5 SINES	20	18	5,4%	0,3%
	<b>Totais Parciais</b>	<b>403</b>	<b>333</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,3%</b>
Alto Alentejo	1 ALTER DO CHÃO	85	55	2,4%	0,9%
	2 ARRONCHES	121	80	3,5%	1,3%
	3 AVIZ	107	73	3,2%	1,2%
	4 CAMPO MAIOR	127	79	3,5%	1,2%
	5 CASTELO DE VIDE	149	113	5,0%	1,8%
	6 CRATO	313	213	9,4%	3,4%
	7 ELVAS	239	166	7,3%	2,6%
	8 FRONTEIRA	62	40	1,8%	0,6%
	9 GAVIÃO	4	4	0,2%	0,1%
	10 MARVÃO	223	185	8,2%	2,9%
	11 MONFORTE	169	102	4,5%	1,6%
	12 MORA	75	40	1,8%	0,6%
	13 NISA	804	673	29,7%	10,6%
	14 PONTE DE SÔR	17	15	0,7%	0,2%
	15 PORTALEGRE	535	425	18,8%	6,7%
	<b>Totais Parciais</b>	<b>3030</b>	<b>2263</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,7%</b>
Alentejo Central	1 ALANDROAL	151	86	4,7%	1,4%
	2 ARRAIOLOS	135	94	5,1%	1,5%
	3 BORBA	207	156	8,5%	2,5%
	4 ESTREMOZ	188	141	7,7%	2,2%
	5 EVORA	261	179	9,7%	2,8%
	6 MONTE-MOR-O-NOVO	197	138	7,5%	2,2%
	7 MOURÃO	93	56	3,0%	0,9%
	8 PORTEL	455	374	20,3%	5,9%
	9 REDONDO	246	179	9,7%	2,8%
	10 REGUENGOS DE MONSARAZ	435	272	14,8%	4,3%
	11 SOUSEL	77	63	3,4%	1,0%
	12 VENDAS NOVAS	7	7	0,4%	0,1%
	13 VIANA DO ALENTEJO	66	44	2,4%	0,7%
	14 VILA VIÇOSA	75	49	2,7%	0,8%
	<b>Totais Parciais</b>	<b>2593</b>	<b>1838</b>	<b>100,0%</b>	<b>29,0%</b>
Baixo Alentejo	1 ALJUSTREL	71	60	3,1%	0,9%
	2 ALMODÓVAR	62	55	2,9%	0,9%
	3 ALVITO	57	40	2,1%	0,6%
	4 BARRANCOS	239	127	6,7%	2,0%
	5 BEJA	165	115	6,0%	1,8%
	6 CASTRO VERDE	162	141	7,4%	2,2%
	7 CUBA	121	100	5,2%	1,6%
	8 FERREIRA DO ALENTEJO	65	47	2,5%	0,7%
	9 MERTOLA	257	181	9,5%	2,9%
	10 MOURA	574	369	19,4%	5,8%
	11 OURIQUE	131	96	5,0%	1,5%
	12 SERPA	389	326	17,1%	5,1%
	13 VIDIGUEIRA	342	249	13,1%	3,9%
	<b>Totais Parciais</b>	<b>2635</b>	<b>1906</b>	<b>100,0%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>8661</b>	<b>6340</b>	-	100,0%

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.

<sup>8</sup> Para efeitos de análise, considerámos o número de beneficiários ser correspondente ao número de explorações.

Quadro I. Número de Explorações de cada Medida Agro-Ambiental contratada entre 1994 e 2002 nos concelhos das sub-regiões do Alentejo NUT III

Sub-Regiões (NUT III)		Concelhos	Agricultura Biológica	Apoio A Manutencao Racas Autoctones Ameac. Extinc.	Envolvimento da Entrelinha de Culturas Permanentes	Fruteiras de Variedades Regionais	Hortas do Sul	Luta Quimica Aconselhada	Manutencao de Racas Autoctones	Manutencao de Terras Agrícolas Interior Manchas FI	Montados (Azinho e Carvalho)	Montados de Azinho	Olival Tradicional	Plano Zonal Castro Verde	Plano Zonal de Castro Verde	Pomares Tradicionais	Pres.Bosquetes/Macicos arb/arb.int.ecol/paisagisti	Preservacao de Macicos de Especies Arboreas /autos	Producao Integrada	Proteccao Integrada	Sementeira Directa	Sistemas Cerealiferos de Sequeiro	Sistemas Forrageiros Extensivos	Tecnicas de Mobilizacao Minima	Totais	
Alentejo Litoral	1	ALCÁÇER DO SAL	1	9				1	8	1	1	10						1		18		8	59		117	
	2	GRANDOLA	1	4		2			4			2							2			4	32		49	
	3	ODEMIRA	4	12	1					1										1		2	97		122	
	4	SANTIAGO DO CACÉM	1	5		3		1	1		1									3		11	65		91	
	5	SINES		3					1													4	12		20	
Alto Alentejo		Totais Parciais	7	33	1	5	0		16	2	2	12	0	0	0		0	1	0	24	0	29	265	0	399	
	1	ALTER DO CHÃO	2	10				3	3		2	10								4			5	40		79
	2	ARRONCHES	8	14		1		1	8		2	20	7							4			10	45		120
	3	AVIZ	6	7				1	7	2	2	14								1	41	1	6	19		107
	4	CAMPO MAIOR	40	2	3			11	2		1	9								1	19		12	22	3	125
	5	CASTELO DE VIDE	2	4		1			2		4	7	103								3			11		137
	6	CRATO	3	12					9	1	24	43	161								5		1	50		309
	7	ELVAS	28	11		2		33	7		2	34	4					1	2	13		10	90	1	238	
	8	FRONTEIRA	4	4				1	2		1	6	1								13		10	20		62
	9	GAVIAO											4													4
	10	MARVÃO	4	1		9					1	3	1	171			6		1		7			6		210
	11	MONFORTE	11	16				2		13		9	24							1	6	1	4	75	1	163
	12	MORA	11	6					9	2	7	18								1	2		2	17		75
	13	NISA	4	6					5		21	14	644								8			41		743
	14	PONTE DE SÓR	2	3		3			2												1			6		17
15	PORTALEGRE	1	11		6			9		5	10	349				2	1	2	2	40		4	41		483	
	Totais Parciais	126	107	3	22	0		52	78	6	83	210	1444	0	0	8		1	4	8	166	2	64	483	5	2872
Alentejo Central	1	ALANDROAL	7	7	1			10	3	1	7	39							1	2	20		10	39		147
	2	ARRAIÓLOS	6	8		1		2	3		10	44									10	3	5	41		133
	3	BORBA	1	1		8		3				6								146		3	2	1	171	
	4	ESTREMOZ	6	5		6			6		6	13	1							2	99		7	21	1	173
	5	EVORA	14	19				5	15		7	24									49		13	105		251
	6	MONTEMOR-O-NOVO	7	14					11			49							2	2	9		6	94		194
	7	MOURÃO	15	1				4	2		4	17									8		10	30		91
	8	PORTEL	5	4					4		7	28	21								332		3	46		450
	9	REDONDO	20	4				2	2		4	19									151		3	28		233
	10	REGUENGOS DE MONSARAZ	4	3		4		65	4		2	27									212		26	41		388
	11	SOUSEL	3	3		1		3	1		1	4								2	43		1	14		76
	12	VENDAS NOVAS		3					1												3					7
	13	VIANA DO ALENTEJO	4	5					6			9	2						4				2	34		66
	14	VILA VIÇOSA	7	2		3		3	3			19	3								13		3	16		72
	Totais Parciais	99	79	1	23	0		97	61	1	48	298	27	0	0	0	0	7	8	1095	3	92	511	2	2452	
Baixo Alentejo	1	ALJUSTREL	3						1			1		16	2			0	7	1	7		10	29		70
	2	ALMODÓVAR		2					1			11											4	44		62
	3	ALVITO	9			6					1	4									16		3	15		54
	4	BARRANCOS	14	8					8		33	52	73					1						45		234
	5	BEJA	5	9					11		8	28		5							29		20	46		161
	6	CASTRO VERDE		5			2		2			1		66	34								6	45		161
	7	CUBA	6	4		6			1			5	3							1	84		1	5		116
	8	FERREIRA DO ALENTEJO	5	4	7	1			2											2	11	1	3	28		64
	9	MERTOLA	3	6					5		6	48		11	1				3	1	2		22	144		252
	10	MOURA	162	6				4	8		49	95	7							4	68		38	112	1	554
	11	OURIQUE	1	4					1	13		20		6									8	76		129
	12	SERPA									1	1									26					28
	13	VIDIGUEIRA	4	1		59			2			9	2							1	191		3	24		296
		Totais Parciais	212	49	7	72	2		5	54	0	98	275	85	104	37	0	0	8	6	434	1	118	613	1	2181
Total Geral			444	268	12	122	2	156	209	9	231	795	1556	104	37	8	1	20	22	1719	6	303	1872	8	7904	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do IFAP, 2009.